

A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS



A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS



Recife · 2020

Reitor: Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão
Vice-Reitor: Prof. Gabriel Rivas de Melo
Diretor da Editora da UFRPE: Bruno de Souza Leão



Conselho editorial

Marcelo Brito Carneiro Leão, Bruno de Souza Leão, Maria Welita Santos, Renata Pimentel Teixeira, Soraya Giovanetti El-Deir, Andréa Carla Mendonça de Souza Paiva, Rafael Miranda Tassinato, Maria do Rosario de Fátima Andrade Leitão, Monica Lopes Folea Araújo

Diagramação: Otávio Augusto A. dos Santos e Lis de Gusmão Lino

Revisão: Lis de Gusmão Lino

Arte e capa: Matheus Koury e Yasmin Lino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

-
- S237f Santos, Otávio Augusto Alves dos
A fragmentação do espaço no Recife / Otávio Augusto Alves dos Santos. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2020.
158 p. : il.
- Inclui referências.
1. Paisagens fragmentadas 2. Isolamento social – Recife (PE)
3. Condomínios 4. Segregação I. Título

CDD 307.76

ISBN: 978-65-86466-00-3

APRESENTAÇÃO

O debate público e a ação conjunta de novos ativismos urbanos têm posto o espaço e o planejamento urbanos em evidência, fazendo reacender a necessidade de se pensar em caminhos para a construção de cidades mais democráticas. Contudo, as leituras mais difundidas da realidade urbana periférica, e mesmo aquelas cuja validade científica é inegável, ainda não são capazes de apontar caminhos à transformação da realidade urbana subdesenvolvida, sobretudo frente ao quadro de fragmentação que se estabelece de forma crescente. Neste sentido, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de leituras críticas sobre a cidade, alinhadas à toda tradição crítica dos estudos urbanos, que permitam conhecer as raízes dos problemas, bem como os caminhos para uma verdadeira transformação urbana.

Este livro sintetiza as principais ideias contidas em minha tese de doutoramento, cujo objetivo foi apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife com base em pesquisa teórica, histórico-geográfica e no estudo da "vida entre-muros", isto é, do cotidiano daqueles cujo sentimento do medo tem sido o principal afeto estruturador de sua sociabilidade. Pretendemos, assim, juntar elementos para a construção de uma leitura crítica da realidade urbana desta cidade, demonstrando que o caráter morfologicamente insular sobre o qual a cidade inicialmente se edificou permaneceu no transcurso dos anos, assumindo, então, o que estamos chamando de "insularidade social".

Os estudos e pesquisas que alicerçaram a tese foram realizados com suor e muita luta, tendo em vista os inúmeros percalços no trajeto, sejam eles de ordem política, social ou pessoal. Mas tratou-se de uma caminhada que não foi vencida sem companhia, graças a contribuição de muitos. Assim, devo reconhecer que me beneficiei sobremaneira das leituras e orientações realizadas pelas professoras Edvânia Tôrres, Aura González e Mariana Zerbone, bem como da contribuição dos demais

integrantes da banca de defesa, os professores Tomas Lapa, Onilda Bezerra e Ruskin Marinho. Cabe registrar também o apoio de todos os integrantes do grupo de pesquisa Sociedade e Natureza, e dos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos concedida, e aos meus familiares pelo carinho e companheirismo. Em especial, agradeço ao amor de minha filha, Luísa, e de minha esposa, Lis Lino, que foram essenciais na finalização da tese e na edição do livro.

Otávio Santos, dezembro de 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 PRODUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO.....	13
1.1 Valorização, consumo e diferenciação do espaço.....	13
1.2 Condomínios e loteamentos fechados - exemplos emblemáticos e periféricos de fragmentação.....	36
2 A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE.....	61
2.1 Processo histórico de produção do espaço no Recife.....	61
2.2 Planejamento urbano e fragmentação do espaço.....	85
3 REFLEXÕES SOBRE VIDA ENTRE-MUROS A PARTIR DE UM EXEMPLO NA CIDADE DO RECIFE.....	105
3.1 Breves ponderações metodológicas.....	105
3.2 Reflexões a partir de um condomínio no Recife.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	148

INTRODUÇÃO

O espaço e o planejamento urbanos estão em evidência e há muito têm ensejado fervorosas discussões na esfera pública. Antes restritos a círculos acadêmicos e técnicos muito específicos, ou objetos de diminutos campos disciplinares, a discussão sobre o significado e o papel social do planejamento urbano têm sido hoje redimensionada, chegando a determinar o conteúdo das agendas políticas e a justificar novas formas de organização e luta social. O fato de mais da metade da população mundial habitar atualmente em grandes aglomerados urbanos¹ constitui, por certo, um dos motivos dessa crescente preocupação acerca do futuro das cidades. Contudo, outro grande fator desencadeador dessa redescoberta tem sido a recente e difusiva percepção de que é possível reagir à ordem hegemônica, descoberta essa lançada pela irrupção simultânea de movimentos de protestos em todo o mundo, tais como os “ocupas”. Neste sentido, o atual debate público sobre o espaço e o planejamento urbanos corresponde também a ecos dessa eclosão, ressonâncias advindas de diferentes classes sociais do mundo periférico, que estão cada vez mais a atentar para a chamada questão urbana – isto é, ao conjunto sistêmico de problemas sociais ligados à presença do capital nas cidades, há muito evidenciado por toda a tradição crítica dos estudos urbanos.

Algo extraordinário está acontecendo nas cidades do mundo capitalista, sobretudo em sua periferia: a percepção coletiva de que o espaço da cidade deveria e pode ser gerido de forma a possibilitar a participação e o bem-estar sociais. Subitamente, as contradições espaciais urbanas, a cuja gênese alude o próprio processo de valorização e consumo voltados à acumulação, tornaram-se visíveis, levando os cidadãos a buscar soluções, ainda que os meios e os fins

¹UNITED NATIONS. Urbanization Prospects.

não estejam muito claros. Em diversas cidades do mundo, como consequência do acirramento das desigualdades espaciais e do solapamento da qualidade de vida, o debate e a luta social pela transformação do espaço urbano tomaram a forma de uma verdadeira insurreição global, mais ou menos sincrônica, apenas comparada na história recente com as mobilizações estudantis de 1968. Não é exagero, pois essa é também a opinião do geógrafo inglês David Harvey (2008), que chegou a sustentar a ideia de uma “revolução urbana”. A experiência brasileira evidencia isso, pois, em 2013, suas cidades foram tomadas por movimentos de protesto onde se criticavam a péssima qualidade dos serviços públicos urbanos e as violações ocasionadas pelos preparativos da Copa do Mundo de 2014. No Recife, o movimento Ocupe Estelita² e o fórum de debates Direitos Urbanos surgiram enquanto desdobramentos dessa onda, problematizando os atuais vetores locais de reprodução do espaço urbano.

Essas recentes insurreições urbanas brasileiras, contudo, aparentemente padecem dos mesmos limites que Zizek (2012) apontou nos movimentos dos “ocupas” em 2011: a de limitar-se a expor aquilo contra o qual se luta, sem saber ao certo o que de fato se quer em troca (essa foi, inclusive, uma das máximas de sua fala na Liberty Plaza, durante o Occupy Wall Street). Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual os protestos de junho de 2013 no Brasil tenham sido desvirtuados. A contagiante descoberta de que é possível se opor ao que está posto não foi acompanhada de novas proposta claras de organização do espaço, criando um vácuo político que foi tomado por toda sorte de ideologias, inclusive conservadoras. No caso brasileiro, o conservadorismo perdeu completamente o pudor e ensajou mobilizações que resultaram na queda da presidenta eleita

² Movimento de protesto cujo surgimento se deu na esteira do processo de resistência popular ao projeto imobiliário Novo Recife, projetado para o antigo Cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife.

democraticamente, na constituição de um governo sem a legitimidade do voto e na implementação de um conjunto de medidas que visam a reduzir ainda mais os direitos sociais e a oferta de serviços públicos. Em outras palavras, a sucessão dos acontecimentos apontou exatamente para aquilo contra o qual se lutava. A reveladora crítica advinda com a explosão dos movimentos de protesto, não tendo sido acompanhada de novas e contundentes formas de pensar e planejar a cidade, acabou abrindo espaço para o surgimento de interpretações e propostas sem qualquer compromisso social.

Tem-se tornado cada vez mais urgente a reelaboração de leituras críticas sobre a cidade periférica, alinhadas à toda tradição crítica dos estudos urbanos, que permitam conhecer as raízes dos problemas, apontando também os caminhos para ações efetivamente transformadoras. Esse é o primeiro passo necessário para ir além da simples negação ao que está posto: conhecer profundamente aquilo sobre o qual se pretende agir, a natureza do objeto que se deseja transformar. Como Lukács (2013) advertia, o conhecimento do objeto pressupõe a práxis. Apenas mediante o conhecimento do real é que se pode agir sobre ele. E, vale dizer, o real é dinâmico, porque é histórico. Qualquer esforço de apreensão requer a observação de suas mudanças no tempo, no intuito de identificar os fatos passados que atuam imperiosamente sobre o presente, fazendo-o ser desta forma e não de outra. Por isso, Marx e Engels afirmavam ser a história a “única ciência”, e por isso também Lefebvre propunha o método regressivo-progressivo. Só é possível compreender o real pela via de suas determinações históricas. Em suma, eis o grande desafio posto àqueles que lutam por uma outra cidade: olhar para o passado na perspectiva de melhor compreender o presente e, dessa forma, agir radicalmente sobre ele.

É a partir da história que se pode ir além da "pseudoconcretude" do imediato, além do pragmatismo. Segundo Kosik (1976), é necessário superar o imediato, negar a identidade entre o que se apresenta e a

coisa em si. Por exemplo, qualquer observação da realidade urbana latino-americana, mormente a cidade do Recife, tende a nos levar à evidente conclusão de que as cidades têm sido cada vez mais tomadas por condomínios, loteamentos fechados e toda sorte de tipologias habitacionais segregadas. Na busca de explicações, imediata e equivocadamente elegemos a violência, tão característica dessas cidades, como o elemento desencadeador desse fenômeno espacial. O exame histórico, entretanto, não se contenta com o imediato, vai além, procurando determinar as motivações histórico-concretas do supracitado processo. Na verdade, conforme afirma Leitão (2005, p. 240), o argumento da insegurança urbana que vem sendo utilizado como justificativa para os atuais modos de habitar as cidades, muitas vezes, “expressa apenas uma meia verdade”, pois, “a preferência pela moradia em condomínios fechados manifesta, também, o desejo de se fazer distinto”. Como veremos a seguir, a urbanização na periferia do capitalismo sempre se deu nos marcos da difusão de um estilo de vida insular, desenraizado e, sobretudo, segregador. O surgimento das referidas tipologias habitacionais constituem um fenômeno que deita suas raízes na história da urbanização periférica e, portanto, não é só a violência atual que os explicam.

A propósito, acreditamos que o espaço urbano periférico encontra-se “fragmentado” em função do surgimento desses “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). Por isso, o tema da difusão dos condomínios e loteamentos fechados é imprescindível para que se possa compreender criticamente as cidades contemporâneas, especialmente as latino-americanas. Segundo Caldeira (2000, p. 11-12), os enclaves fortificados correspondem aos:

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem

espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias.

Nenhuma teoria ou proposta de ação em favor da transformação da realidade urbana periférica pode prescindir do estudo desse fenômeno. Há, nessas cidades, uma busca incessante por uma vida garantida e comunitária, de modo que viver em um condomínio ou loteamento fechado tem sido tratado, cada vez mais, como um “mal menor”, um fardo necessário frente a uma realidade urbana caótica e violenta. Assim, partir do estudo histórico sobre o surgimento desses enclaves constitui uma via muito mais interessante e profunda para se compreender as cidades latino-americanas e formular estratégias de ação mais eficazes para sua transformação.

Foi reconhecendo este fato que construímos a pesquisa de doutorado que este livro busca sintetizar. Nossa intenção foi contribuir à construção de uma leitura crítica da realidade urbana do Recife, com base no conceito de fragmentação. Os argumentos dessa leitura foram desenvolvidos em três capítulos. Um primeiro em que buscamos, por um viés histórico-materialista, refletir sobre os processos de valorização, consumo, produção e reprodução do espaço, bem como o de diferenciação espacial, considerando também o papel dos valores sociais subjetivos. Nossa intenção foi situar o surgimento dos enclaves fortificados e a consequente fragmentação do espaço na esteira desses processos. Sob o mesmo viés, e ainda no primeiro capítulo, procuramos também recapitular como tem se dado o processo de urbanização na periferia do capitalismo, dando especial atenção à realidade urbana latino-americana, onde a difusão de enclaves fortificados e de um estilo de “vida entre-muros” tem se tornado cada vez mais evidente. Por sua densidade, este primeiro capítulo também foi escrito na perspectiva de

criar uma linha de raciocínio própria, com base na qual muitos outros estudos poderão ser realizados no futuro.

No segundo capítulo tentamos responder como tem se dado o processo de fragmentação do espaço no Recife. Para tanto, lançamos mão de alguns dados históricos, muitos dos quais tratados sob viés teórico, na tentativa de entender as bases fundamentais da produção do espaço da cidade, os seus atuais vetores e o papel do planejamento urbano. No terceiro e último capítulo, desenvolvemos um sucinto estudo de caso, buscando atestar a construção teórica arrolada nos dois primeiros. Neste sentido, procuramos compreender pormenorizadamente alguns dos principais aspectos dessa "vida entre-muros" em um dos muitos enclaves existentes na cidade do Recife, tomando-o como evidência dos argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Partimos, assim, do todo para as partes, e depois retornamos ao todo, em um esforço dialético.

1 PRODUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

1.1 Valorização, consumo e diferenciação do espaço

Neste capítulo, procuramos delimitar as bases ontológicas da produção do espaço, bem como as formas de sua diferenciação. Segundo a perspectiva histórica que pretendemos trilhar, compreender essa produção exige, antes de tudo, a reflexão crítica a propósito do processo de trabalho.

Ser social, valor e espaço

Marx compreendia o trabalho como a totalidade das formas de produção material da vida humana, algo que sempre se deu no âmbito de um processo entre homem e natureza. O trabalho, fonte de toda riqueza, corresponde ao conjunto das ações a partir das quais o homem transforma a natureza e produz a si mesmo enquanto ser social, sendo o elemento instaurador do mundo dos homens. Apenas os homens possuem essa capacidade de criar algo efetivamente novo, e isso é o que os distingue dos demais seres vivos e da natureza. Como o próprio Marx resumiu:

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade [sic] (MARX, 1974 [1867], p. 202).

Diferente de Aristóteles e Hegel, que postularam a concepção segunda a qual haveria uma teleologia universal, Marx esclareceu-nos

que só há teleologia no âmbito das atividades humanas, uma vez que são os próprios homens que fazem sua história. No processo de trabalho, como nos lembra Lukács (2013), o homem prefigura o resultado de sua ação em sua mente (ideação) e transforma a natureza de forma a objetivar o que havia planejado (objetivação). Entretanto, não se pode, em função disso, supor que o trabalho corresponde a uma simples consequência prática de algo que se inscreve, a priori, na subjetividade humana, uma vez que ele só acontece quando a ideiação se objetiva, isto é, quando a matéria natural é transformada pela ação material do sujeito (NETTO & BRAZ, 2012). A partir dessa transformação material o mundo social é então edificado. O trabalho é o ato inicial do processo de “humanização do homem”. “O homem, portanto, é natureza historicamente transformada” (Ibidem, p. 51). Tal processo, entretanto, não se limita ao trabalho de transformação da natureza, mas vai além com a criação de objetivações cada vez mais complexas. Isso significa dizer que o mundo social não se resume a um produto direto do trabalho, mas a um processo que nasce com o trabalho e se completa com a “práxis”.

O trabalho “necessariamente remete para além de si próprio”, disse Lukács em célebre expressão. Assim, na medida em que o ser social se desenvolve, mais diversificadas se tornam suas objetivações. Os homens passam então a agir não apenas na natureza, mas também sobre o produto do trabalho, no sentido de geri-lo, coordenando a produção desses valores e criando as condições para a sua manutenção e aprimoramento. Há, com efeito, uma relação dialética entre a base material de dada sociedade e suas instituições e formas de consciência, ou, para ser mais claro, entre o trabalho e os complexos sociais. O trabalho funda tais complexos e estes, ao mesmo tempo, possibilitam o desenvolvimento do trabalho, em uma interação mútua e correspondente. Essa dialética entre trabalho e complexos sociais compõe a totalidade social. Marx chamou essa totalidade de “modo de produção”, conceito central em seu pensamento e que busca designar a

articulação entre o conjunto de elementos que compõem o processo de trabalho, as chamadas "forças produtivas" (meios, objetos e força de trabalho), e o conjunto de relações sociais sem as quais a produção não seria possível, as chamadas "relações de produção".

O modo de produção sintetiza um modelo de intercâmbio do homem com a natureza e as subjacentes relações sociais que lhes dão suporte. Trata-se de uma mediação particularizadora da história, uma vez que todo modo de produção pressupõe um período histórico. Mas todo modo de produção também é uma mediação particularizadora da geografia, posto que cada um deles pressupõe uma forma de transformar o entorno. Foi, inclusive, atentando para esse último detalhe que Milton Santos (2014, p. 96) asseverou: "[...] não há produção que não seja produção do espaço [...]".

O ser social desenvolve-se também por meio da transformação do seu entorno, sendo o espaço, conforme Santos (2014), o “conteúdo corporificado da sociedade”³. Isso significa dizer que o trabalho das sucessivas gerações vai se incorporando cumulativamente ao solo, transformando-o de forma a torná-lo, cada vez mais, em um "depositário universal da história" (MORAES & COSTA, 1987). É no desenvolvimento do ser social que as grandes transformações espaciais vão ocorrendo, e a natureza primeira vai dando lugar ao ecúmeno. Como diria Santos (2014, p. 42), “[...] o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”.

Assim como há uma dialética entre as relações de produção e as forças produtivas, há também uma dialética entre o espaço habitado resultante do trabalho e o desenvolvimento do ser social. Por isso, o ser social está para o seu espaço, assim como o espaço está para o ser

³ Há, contudo, um espaço anterior e independente à prática humana, que é o "espaço absoluto" de que fala Harvey (1980, 2012). Esse espaço é apropriado e valorizado pelo homem, de modo que sua extensão é frequentemente relativizada pelos meios de transporte e comunicação (espaço relativo) e suas diferentes frações constituem-se com base nas relações com todas as demais frações (espaço relacional).

social. Como afirmou Santos (2004a), o espaço é um fato, um fator e uma instância social, ou seja, uma objetivação humana interveniente no processo histórico. Em outras palavras, o homem produz valores pela via de sua atividade teleologicamente orientada, cujos resultados vão se agregando e se acumulando ao solo enquanto trabalho morto, ou "valor do espaço" (MORAES & COSTA, 1987). Essa herança geográfica, como explica Santos (2006), muitas vezes perdura por muito mais tempo que os processos que as engendraram e, em sua "inércia dinâmica"⁴, acaba influenciando ou, pelo menos, limitando o poder das atividades teleologicamente orientadas posteriores. Assim, conforme resumiu Soja (1993), a organização do espaço não apenas é um produto social, mas, simultaneamente, repercute na modelagem das relações sociais.

Essa relação dialética entre ser social e espaço, em princípio omitida pela própria tradição histórico-materialista (dada sua preocupação muito maior com a noção de tempo), tem sido o mote de toda a abordagem crítica da Geografia, disciplina que se incumbiu da difícil tarefa de compreender o espaço. Uma das mais profícuas contribuições neste sentido é aquela construída pelos já citados Moraes (1982, 2005) e Moraes e Costa (1987), em sua busca de uma teoria marxista da Geografia, isto é, por um tratamento do temário geográfico à luz do materialismo histórico. Baseado no pensamento lukasiano, Moraes (1982) afirmou que a Geografia, como todas as demais ciências, é um momento da práxis. No processo de trabalho o homem apropria-se do espaço, o espaço absoluto e anterior à sua consciência, elaborando categorias lógicas sobre esse objeto. E como o processo de apropriação e transformação desse espaço pelo homem é constante, cabe à Geografia compreender o movimento de transformação desse

⁴ "Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais" (SANTOS, 2004a, p. 185).

espaço, ou seja, de sua "valorização".

A proposta de compreender a relação sociedade-espaço pela via do processo de valorização sustenta-se na ideia segunda a qual o valor, assim como o trabalho, é uma categoria fundamental da materialidade social. Em qualquer lugar e em qualquer época, as sociedades, em seu processo de vida, criam valores. Isso significa dizer que as objetivações humanas, os resultados das atividades humanas realizadas sob o fito de materializar aquilo que havia sido previamente planejado, são sempre valores. Como os autores resumiram: "Não existe ser social sem trabalho. Não existe trabalho sem criação de valor" (Ibidem, p. 116).

Em linhas gerais, Moraes (1982) e Moraes e Costa (1987) argumentam que os homens, no âmbito de determinados modos de produção, são tomados pela necessidade e constroem coletivamente uma certa quantidade de valores, um conjunto de objetos a partir dos quais a sua vida é reproduzida. Tais objetos agregam-se ao solo em forma de trabalho morto, constituindo, assim, um novo espaço sobre o qual novos processos de valorização irão incidir.

[...] a sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém através de um permanente processo de valorização. O homem, com seu trabalho, cria e transfere valores. Parte desses valores se agregam ao espaço e vão condicionar, assim como os recursos da primeira natureza, processos futuros (MORAES & COSTA, 1987, p. 119).

Não há valorização pontual e isolada, pois toda ela acompanha muitas outras, constituindo um sistema, um processo de produção, que também envolve diferentes formas de consumo⁵. É por meio da valorização e do consumo, isto é, da produção, que o entorno vai dando lugar ao ecúmeno, até o momento em que toda a primeira natureza é transformada. O exemplo extremo é a metrópole

⁵ Quando falamos em valorização, estamos automaticamente nos referindo à etapa mais essencial do processo de produção do espaço. Consideramos a valorização e o consumo como as duas grandes etapas desse processo, podendo ainda esse consumo ser produtivo ou não-produtivo. Tornaremos mais adiante a tratar de forma mais detalhada essa perspectiva.

contemporânea. Quantos trabalhos e conhecimentos há acumulados nesses espaços tão transformados pela ação humana? Não constitui um erro pensar que, quanto mais desenvolvida é a sociedade, maiores e pujantes são suas cidades. Portanto, quanto mais desenvolvido o ser social, mais diversificada e complexa é a criação de valores, maior é também a transformação do espaço. O desenvolvimento do ser social implica, necessariamente, em um permanente processo de produção do espaço.

Finalmente, cabe distinguir as formas de valor em sua relação com o espaço. Segundo Moraes e Costa (1987), a primeira natureza já constitui um valor-de-uso, pois é condição universal para a reprodução humana. Sobre ela incidem a ação dos homens, as atividades teleologicamente orientadas, cujos resultados são outros valores. Uma parte desses valores incorporam-se ao substrato enquanto "valor DO espaço", a outra circula sobre o espaço enquanto "valor NO espaço". O valor do espaço é a manifestação concreta da valorização, trata-se dos objetos geográficos necessários à reprodução dos modos de produção. Isso envolve desde as unidades produtivas *stricto sensu* (o capital constante) e a totalidade dos objetos geográficos. O valor no espaço corresponde aos processos sociais que ocorrem sobre ou entre os objetos geográficos, processos esses que revelam muito mais as formas de valorização e cujo melhor exemplo é a circulação. A valorização do espaço é precisamente a articulação dialética entre valores do espaço e valores no espaço. Como resumem Moraes e Costa (1987, p. 136), "os fundamentos da valorização do espaço repousam, assim, numa unidade contraditória entre valor do espaço e valor no espaço".

Diferenciação espacial

Independente do contexto sócio-histórico, o espaço nunca se apresenta homogêneo em toda sua extensão, mas diferenciado. Smith (1988), neste sentido, afirmava que as diferenças na natureza

implicavam em diferenças da organização social. De fato, o espaço não é homogêneo e as constantes reestruturações de seu uso apenas fortalecem as diferenças⁶. Reconhecer essas diferenças espaciais é, com efeito, uma das maiores tarefas da Geografia, sobretudo quando se considera a compreensão do processo de valorização o seu objetivo precípuo. Com vistas a compreender as diferenças espaciais foi que Lacoste (1980) falou de uma “espacialidade diferencial”, que Milton Santos (1977) em “formação socioespacial”, e Smith (1988), Massey (1984) e Harvey (2006) em “desenvolvimento desigual”. O espaço é fundamentalmente diferenciado e nosso objetivo a partir de agora é compreendê-lo nessa sua complexidade.

Antes de mais nada, cabe lembrar que a natureza primeira é diversa e não está homogeneamente distribuída sobre a superfície. Com efeito, a constituição do ecúmeno deu-se historicamente de maneira diferente e desigual, posto que os recursos são diferentes e as técnicas sempre estiveram desigualmente distribuídos sobre o globo, fazendo com que as forças produtivas se desenvolvessem de forma não homogênea. Os valores, neste sentido, sempre foram criados de maneira diferente e descontínua em termos de extensão geográfica⁷. No capitalismo, porém, há uma homogeneização das técnicas e dos valores, mas a lógica desigual de distribuição permaneceu e ganhou novos contornos. Como diria Santos (1999), os modos de produção, que antes estavam separados, convergiram com o surgimento do

⁶ Bessa (2010) chama a atenção para a importância da diferenciação na Geografia, uma vez que essa ideia, tratada sempre de forma banal e dissolvida no imediatismo do dado aparente, pode servir de categoria analítica capaz de enriquecer o significado de muitos conceitos-chave da disciplina.

⁷ Para a Geografia Tradicional, os “gêneros de vida” tornavam a superfície da Terra um verdadeiro mosaico de regiões singulares. Tal concepção não deixa de ser verdadeira. Segundo Santos (2014), ainda que admitamos processos globais, como a difusão de objetos e relações padronizados necessários a expansão geográfica do capitalismo, os lugares nunca se tornam idênticos e, pelo contrário, são sempre diferentes. Primeiro porque a configuração territorial é diferenciada em cada lugar. Depois, a adequação do trabalho aos objetos e o rendimento deles extraído é também diferenciado. Por último, o próprio sistema mundial de produção e circulação cria especializações produtivas.

capitalismo, constituindo uma história global comum. Mas o movimento unificador sempre teve de passar pela mediação das formações sociais constituídas a partir de cada lugar. Nesse mesmo movimento, acrescenta Harvey (2006), o modo de produção unitário criou especializações produtivas em cada região, sob diferentes patamares tecnológicos e níveis de apropriação da riqueza, hierarquizando-as de forma a promover um desenvolvimento geográfico desigual. Há, portanto, uma produção do espaço cada vez menos diversa e mais desigual, sendo a desigualdade o principal aspecto do espaço resultante.

Como o espaço é condição à produção de riquezas e como a acumulação é o objetivo precípua do regime de capital, a valorização capitalista do espaço é essencialmente expansiva⁸ e sempre tencionou expandir-se por todo globo. Nesse movimento expansivo o capital já se deparou e ainda hoje tem de lidar com inúmeros "obstáculos geográficos". Quando o capital se depara com tais entraves, tende a entrar em "crise" e, neste sentido, põe-se a preparar um novo salto político, econômico e tecnológico, rumo a novas formas de produção e acumulação de valores.

Da mesma forma em que se expande geograficamente, o capital também concentra em determinadas localidades a grande maioria dos processos de valorização, com vistas a baratear seus custos. A geografia do capitalismo diz respeito, por isso mesmo, a um ininterrupto e contraditório movimento de expansão e concentração. O mais ilustrativo exemplo de expansão é o imperialismo, e de concentração, as grandes metrópoles. Na escala das cidades, por outro lado, a expansão

⁸ Expansão que não pode ser confundida com ampliação do ecúmeno, posto que a propriedade privada se impõe como mediação restritiva. Como esclarecem Moraes & Costa (1987), a expansão deve ser entendida como apropriação pela posse jurídica de porções do ecúmeno, sendo a manifestação mais eloquente desse processo a dominação territorial, a colonização e o imperialismo. Harvey (2006, p. 118), por sua vez, afirma que "[...] o desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência [...]" desse sistema, pois nessas novas regiões o excedente pode ser absorvido, criando novos valores e mercados.

amplia o tecido urbano em direção ao campo, e a concentração aglutina em poucos bairros a maior parte dos equipamentos e serviços urbanos.

O consumo do espaço é também desigual, posto que os valores do e no espaço são apropriados diferentemente pelo Capital em sua reprodução sempre ampliada. Tal apropriação desigual é ainda mais nítida nas cidades, onde vive a maior parte da população mundial. A chamada “acumulação urbana”⁹, com efeito, tem por base uma maior capacidade que possuem as classes mais abastadas em se apropriar do espaço urbano e dele extrair mais-valia. Neste sentido, essas classes criam as condições para o surgimento de uma verdadeira “indústria do espaço urbano”, isto é, um ramo da produção capitalista voltado inteiramente à produção do espaço a partir do próprio espaço¹⁰. Daí que surgem as empreiteiras e as demais firmas da área de construção civil.

O consumo improdutivo do espaço, por sua vez, é ainda mais desigual, pois depende das capacidades econômicas e aquisitivas de cada classe social. Como a moradia e a localização, como bem lembra

⁹ Referimo-nos ao processo de acumulação de riquezas com base na apropriação e renda da terra urbana, na provisão de obras públicas e privadas, de moradias e infraestrutura. Esse tipo de acumulação frequentemente leva ao monopólio sobre o solo urbano, tendo em vista se tratar de uma mercadoria com lenta capacidade de crescimento em termos de oferta. O monopólio acirra ainda mais as desigualdades e dificulta a vida dos mais pobres, pois, como bem lembra Harvey (1980), os ricos têm maior escolha econômica, enquanto os pobres têm escolhas muitíssimo limitadas. Essa situação, por fim, faz com que “o rico possa dominar o espaço, enquanto que o pobre permanece aprisionado a ele”.

¹⁰ É neste sentido que Harvey (1978) se refere a um “secondary circuit of capital”. Isto é, um circuito do processo de acumulação que se assenta na produção de bens imóveis e do próprio ambiente construído (ou seja, das habitações e das infraestruturas que compõem o capital social geral).

¹¹ Nenhum exemplo é mais ilustrativo do consumo desigual do espaço que a metáfora do teatro ligeiramente citada por Harvey (1980) ao falar das teorias do uso do solo urbano. O espaço da cidade, segundo o autor, é como um teatro vazio, onde os primeiros a entrar possuem mais escolhas de acentos para se acomodar. Os que entram depois tem cada vez menos escolhas. E o que define quem serão os primeiros a entrar no teatro é a posição dos indivíduos na hierarquia social. Assim, “[...] se os que entram o fazem de acordo com seu poder de compra então os que tem dinheiros têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha” (Ibidem, p. 144).

Carlos (2007b), estão sujeitos às regras de mercado¹¹, as classes mais abastadas apropriam-se dos melhores lugares e, além disso, tendem a concentrar em torno de si a maior parte dos valores criados. Por isso mesmo, seus lugares são geralmente bem-dotados de equipamentos e serviços. As classes mais pobres, no entanto, não possuem as mesmas capacidades no que tange ao consumo do espaço e, por consequência, vivem nos piores lugares e não possuem, em torno de si, a mesma quantidade e/ou qualidade em termos de equipamentos e serviços¹². Em vista disso, o espaço resultante apresenta inúmeros segmentos, cada qual expressando diferentes quantidades/qualidades de valores do espaço e formas de consumi-los.

O papel dos valores subjetivos

Vale acrescentar que essa valorização e consumo desiguais do espaço requer necessariamente que os indivíduos estabeleçam representações acerca do seu espaço, para que se possa avaliar os meios materiais sobre o qual suas atividades incidirão e o que se pretende consumir. Conforme Moraes (2005, p. 15-16):

[...] Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, os usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo [...]

Moraes (2005) argumenta que é inegável a influência da esfera

¹² O "submercado informal de moradias em assentamentos consolidados", como bem lembra Abramo (2010), rompe parcialmente com essa tendência nas cidades latino-americanas, na medida em que, muitas vezes, permite a localização dos mais pobres em regiões com uma melhor rede de serviços que aquela usufruída nos bairros pobres periféricos. Aliás, as cidades da periferia do capitalismo, como veremos a seguir, são extremamente rebeldes a determinadas formas de generalização, possuindo especificidades que põem em xeque, inclusive, as próprias noções de centro e periferia.

econômica na valorização, mas apenas ela não recobre a integralidade do processo, pois não explica, por exemplo, a diversidade arquitetônica, a variedade dos estilos das construções, os diferentes usos e formas de convivência que podem respaldar. No intuito de destacar o papel da consciência e da subjetividade na produção do espaço, este autor afirmou que as sensibilidades, a moral e as concepções de belo interessam à Geografia na sua tarefa de compreender as diferenças espaciais. Isso significa dizer que o entendimento da valorização e do consumo do espaço requer que se leve em consideração as formas de consciência e seus valores subjetivos. Por isso Milton Santos (1996) apontou a importância da “psicoesfera”, isto é, da imagem padronizada do mundo, muitas vezes criada sob o fito de internacionalizar crenças, desejos e hábitos. Como diria Lefebvre (2008, p. 82), “[...] o espaço não é apenas organizado e instituído, ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas estratégias, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia [...]”.

Os indivíduos no interior do processo de produção do espaço, são mobilizados segundo diferentes motivações e suas atividades teleologicamente orientadas estão sempre calcadas em valores subjetivos, avaliações sobre o real. Esses valores envolvem o complexo universo da moral e da arte, de forma que, no processo de valorização e consumo do espaço, há também um conjunto de princípios éticos e de preferências estéticas, individuais e coletivas.

Ética e a estética constituem “momentos da práxis”. Isso significa dizer que a ética e a moral, assim como a fruição artística e os gostos estéticos surgem quando o homem se depara com a necessidade de fazer escolhas ou tomar proveito de novas possibilidades no âmbito de sua atividade teleologicamente orientada. Tratam-se, assim, de valores subjetivos que auxiliam os homens no processo de trabalho. Conforme já destacamos, o espaço é produzido de maneira diversa e desigual e isso ocasiona a sua diferenciação. Mas as escolhas a respeito dos valores criados, sua aparência, sua distribuição na superfície e sua

maior ou menor concentração em determinada localidade se dá também em atenção à certos princípios éticos e estéticos.

No capitalismo, esses valores são essencialmente contraditórios, uma vez que afirmam de maneira universal a liberdade e a inovação, mas, concretamente, interditam ambas no processo de produção e acumulação. Daí, inclusive, reside o grande dilema deste modo de produção: o de servir ao mesmo tempo à reprodução da vida e à criação de mais-valia. Contudo, o atual contexto histórico caracteriza-se pela sobreposição deste segundo aspecto sobre o primeiro, isto é, a criação da mais-valia tem tido primazia sobre a reprodução da vida. Conforme advertiu Harvey (2008, p. 23), "[...] we live, after all, in a world in which the rights of private property and the profit rate trump all other notions of right [...]". Isso significa dizer que na produção espaço, bem como nos consequentes processos de diferenciação, os princípios éticos e estéticos imprimem um caráter universal e socialmente positivo para ações individuais e coletivas. Mas, ao mesmo tempo, tolhem-nas de modo a não infringir o conjunto de condições essenciais à reprodução do sistema capitalista.

Tomemos como exemplo o caso das cidades contemporâneas, quando são acometidas por grandes processos de valorização, como as obras e intervenções urbanísticas de média ou larga escalas, sejam elas de ordem pública ou privada. Grosso modo, essas obras são orientadas e justificadas por princípios que, direta ou indiretamente, correspondem ou ao menos se assemelham àqueles que visam contribuir ao bem comum e ao alargamento das liberdades individuais, como o “desenvolvimento” e a “qualidade de vida”. Mas, contraditoriamente, esses mesmos princípios as vezes cerceiam o alcance socialmente positivo de tais obras, pois não podem se concretizar em contradição com a propriedade privada e o processo de acumulação que, inevitavelmente, restringem quaisquer ganhos sociais.

O mesmo se pode perceber na construção de loteamentos fechados, bairros planejados e condomínios. Em geral, os princípios

que os fundamentam são os mais universais e positivos, como o da manutenção da vida comunitária e guarneçada. Mas, na grande maioria dos casos, esses enclaves fortificados, construídos para distinguir formas de convivência são destinados apenas àqueles que podem comprar, fato esse que promove, com intermédio dos muros, o aumento das tensões sociais.

As preferências estéticas, por sua vez, parecem apontar para formas autênticas de fruição da criatividade humana. Mas, na verdade, indicam apenas as diferentes feições das mercadorias no seu permanente jogo de sedução. Seguindo o supracitado exemplo das obras e intervenções urbanísticas, as preferências hegemônicas projetam desenhos e formas arquitetônicas que parecem exprimir as mais genuínas expressões do cotidiano. Quando que, na maioria das vezes, correspondem a reproduções mais ou menos idênticas de objetos presentes em outros lugares, cuja função mais habitual é integrar partes da cidade aos fluxos econômicos globais. A cidade passa possuir objetos e lugares (monumentos, vias, parques, fragmentos revitalizados etc.), que servem quase que exclusivamente para atrair outros valores (investimentos privados, turismo etc.) ao seu entorno, evidenciando também o fato de que as atividades de turismo e lazer, em sua contínua criação de lugares visuais e atraentes, criam novas centralidades, redimensionam os fluxos de pessoas, em um movimento orientado pela informação e pelo marketing que completa a mercadificação do espaço (CARLOS, 1999).

Os princípios éticos que orientam o consumo do espaço, por sua vez, pressupõem o acesso de todos à terra e aos equipamentos e serviços necessários a uma vida digna. Mais uma vez, contraditoriamente, o cotidiano sob o imperativo da acumulação estreita as possibilidades de consumo, pois reafirmam a propriedade privada. Por isso é que o direito a um lugar e o acesso ao conjunto dos lugares da cidade é declarado enquanto prerrogativa de todos, mas é, ao mesmo tempo, negado para grande maioria das pessoas que não

consegue atender aos requisitos mínimos de aquisição. A própria cidadania é frequentemente conclamada enquanto um atributo de todos os indivíduos, mas, como bem lembrou Milton Santos (2007), ela não só é atrofiada, como em alguns casos simplesmente não existe. Em vez de cidadãos, tornamo-nos “consumidores mais-que-perfeitos”, muitos dos quais permanentemente insatisfeitos por não conseguir adequar-se perfeitamente aos ditames do mercado. Isso tudo, conseqüentemente, desencadeia profundas lutas políticas pelo consumo do espaço, como o são os fóruns de reforma urbana e as táticas socioespaciais dos movimentos sem-teto e sem-terra.

Há também uma disputa por certos lugares em função da presença de determinados valores do espaço. Outros lugares são criados para acolher aqueles que se identificam com certos valores subjetivos. Nesses casos, as aparências do espaço-mercadoria, em sua permanente sedução, induzem as classes sociais, sobretudo aquelas com fortes possibilidades e propensões aquisitivas, a pensar que, no ato do consumo, estariam apropriando-se de um valor-de-uso. Mas, como dito, o que elas adquirem é um bem mercantil. Quanto mais dotado de valores que referenciem certas preferências estéticas, mais disputados tornam-se esses espaços e maior se torna a capacidade de o capitalista obter a partir dele a chamada “renda monopolista”, conforme esclarece Harvey (2006). Essas aparências, portanto, não apenas obscurecem o valor-de-troca do espaço, como também conduzem as escolhas dos indivíduos e classes sociais, de modo a reafirmar hegemonias e consolidar o status quo.

Por isso algumas classes preferem se localizar em bairros e áreas específicos da cidade. Cada bairro ou localidade da cidade corresponde a uma aparência do espaço-mercadoria, e cada uma dessas aparências indica uma posição na hierarquia social. As classes sociais, sobretudo as mais abastadas, apropriam-se de alguns lugares da cidade com base nessas aparências e, com isso, reafirmam sua posição nessa hierarquia. Em função disso também Milton Santos (2007) afirmava que o valor

dos indivíduos depende de sua localização no espaço. A localização na cidade muitas vezes corresponde a um fator denotativo de certas preferências estéticas e, conseqüentemente, da classe social. No entorno dos diferentes lugares, portanto, desenvolvem-se redes diferenciadas de equipamentos e serviços, sempre em conformidade com as preferências hegemônicas. No processo de consumo, os espaços são segmentados segundo os valores e regras de convivência praticados. Para cada segmento há um conjunto valorativo distinto. Muitas vezes, alguns segmentos são constituídos para demarcar diferenças entre distintos modos de conviver. Nestes casos, tem-se o processo de segregação.

Segmentação, segregação e fragmentação

Conforme Carlos (2007a), é na escala do habitar, no interior das cidades, através dos conflitos pelas apropriações sempre diferenciadas do espaço, que a desigualdade e, conseqüentemente, a diferenciação se apresentam de maneira mais clara. Nossa reflexão encontra aqui um ponto de inflexão importante. Há diferentes formas de diferenciação na cidade e boa parte delas está envolta em uma verdadeira polissemia. Conceitos como os de segregação e o de fragmentação, por exemplo, têm sido usados na Geografia e nas demais ciências sociais de maneiras extremamente diversas, o que têm causado algumas confusões teórico-metodológicas e imprecisões interpretativas. Nosso objetivo a partir de agora é refletir um pouco sobre os conteúdos e as diferenças de cada uma das mais importantes formas de diferenciação, atentando para três que jugamos importantes no estudo da realidade urbana periférica, quais sejam, a "segmentação", a "segregação" e a "fragmentação".

Acreditamos que a segmentação é o resultado imediato da produção capitalista do espaço, correspondendo às formas mais singelas de sua desigual apropriação. A segregação, diferente do que

¹³ Para a grande maioria dos autores, a segregação corresponde à manifestação espacial das diferenças sociais, ou à acentuação da divisão social do espaço (SORBAZO, 2000).

sugere Carlos (2013) e a maior parte dos estudiosos sobre o tema¹³, é um desdobramento específico do processo de segmentação. Como bem pondera Vasconcelos (2004), segregação é um conceito surgido em contextos sócio-históricos bastante específicos¹⁴, procurando caracterizar o encerramento forçado ou auto-induzido de determinados grupos sociais em frações do espaço em virtude de conflitos sociais de fundo étnico e/ou político, tais como os guetos de Varsóvia, a Berlim da Guerra Fria e os cinturões negros das cidades norte-americanas. Nesses casos, como em muitos outros, há uma apartação radical entre classes e/ou grupos sociais, de forma que a totalidade do tecido social se encontra efetivamente dividido em termos econômicos, políticos ou culturais. A segregação, neste sentido, pode criar pequenas deseconomias e obstáculos ao permanente processo de acumulação, pois muitas vezes cria barreiras à circulação de mercadorias e ao consumo do espaço. Na simples segmentação, por outro lado, apesar de socialmente dividido, o espaço ainda se encontra muito mais integrado, sobretudo do ponto de vista econômico. Na segmentação há uma circulação mais livre de mercadorias e os diferentes segmentos podem ser frequentados e consumidos por todos aqueles que apresentam propensões aquisitivas, independentemente de sua aparência ou lugar de origem.

Não pretendemos, com essa primeira distinção conceitual, engrossar o coro de interpretações da realidade brasileira adjacente às ideias claramente conservadoras de cordialidade e fraternidade entre as classes e raças, como aquelas que fundamentam a tese freyriana da

¹⁴ O conceito de segregação surgiu junto aos modelos sistemáticos de estudos das cidades norte-americanas, formulados por importantes pensadores da famosa "Escola de Chicago". As cidades periféricas, por outro lado, possuem especificidades que inviabilizam a irrestrita utilização desses modelos. Por isso é que, para Vasconcelos (2004), a segregação não é um conceito plenamente aplicável à realidade brasileira. Por outro lado, a ausência das condições sócio-históricas a partir das quais o conceito foi inicialmente utilizado não desautoriza definitivamente sua aplicação atual, até porque, como observou Souza (2013), ele já tem sido usado por diferentes grupos sociais para designar processos reais em suas vidas, estando presente também nos mais profícuos debates sobre as desigualdades e os conflitos urbanos periféricos.

democracia racial. Acreditamos, inclusive, que o racismo e o preconceito de classe (e suas respectivas expressões espaciais) são concretamente mais fortes no Brasil do que nas sociedades onde tais fenômenos sociais ocorreram de maneira supostamente “mais explícita”. Estamos apenas dizendo que no espaço segmentado há, naturalmente, embargos e restrições de acesso movidos por preconceitos e intolerâncias, mas os discursos discriminatórios e todo o aparato restritivo poucas vezes são efetivamente capazes de interditar completamente a dinâmica social e a circulação de mercadorias. O mercado imobiliário de hoje, por exemplo, também tem se especializado em produzir segmentos diferenciados e destinado a determinadas classes que, por meio de interdições simbólicas, promovem fortes restrições ao acesso daquelas pessoas consideradas “perigosas”. Entretanto, quando se leva em consideração a realidade urbana de muitos países, sobretudo os periféricos, a presença de determinadas classes em segmentos onde elas “não deveriam estar” acaba se dando de uma forma ou de outra, nem que seja de maneira subordinada e/ou hostil, como são os casos das pessoas negras e pobres em shopping centers (como nos famosos “rolezinhos”). Uma pessoa de origem pobre também pode adquirir sem grandes impedimentos um lugar em um bairro nobre, desde que apresente condições econômicas para tal, como fazem muitos narcotraficantes que mantêm suas atividades baseadas nas favelas mas moram em bairros de classe média alta.

A segmentação, portanto, muitas vezes baseia-se no estabelecimento de embargos e restrições espaciais. Mas, diferente da segregação, nela não há uma clara tentativa de bloqueio e separação. Talvez vale considerar, para fins dessa distinção conceitual, o que Vasconcelos (2013) chamou de “justaposição” e “separação” espaciais. Na segmentação haveria justaposição, na segregação, separação. Neste mesmo sentido, Sposito (2013b, p. 65) afirma que:

“[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as

formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana”.

Consideramos, neste sentido, que a segmentação é uma diferenciação que resulta de maneira imediata do processo de valorização e consumo capitalista do espaço. A segregação, por sua vez, é uma forma particular e muito mais cruel de diferenciação, baseada na separação. Podemos ainda considerar como exemplo de segmentação a justaposição de bairros com perfis socioeconômicos diferentes, e de segregação, os condomínios e loteamentos fechados encravados do tecido da cidade, podendo situar-se, inclusive, entre diferentes segmentos.

Mesmo assim, ainda é extremamente forçoso afirmar, por exemplo, que um loteamento auto-segregado como *Alphaville*¹⁵ advém do mesmo processo ou tem o mesmo impacto que um condomínio fechado de classe média baixa com apartamentos de até quarenta e cinco metros quadrados, apenas porque se tratam de enclaves com muros e que resultam claramente de um processo de diferenciação por separação. Quando se faz isso, omite-se formalmente os conteúdos e atenta-se unicamente para as formas. Mesmo mantendo inegáveis semelhanças, o segundo tipo de enclave possui características tão diversas que inviabilizam situá-lo no mesmo patamar que o primeiro. E o que dizer dos condomínios edilícios, dos parques privados e de toda sorte de espaços para o lazer construídos sob processos de diferenciação por separação? Podemos afirmar que são apenas exemplos de espaços segregados? Conforme Sposito (2013), acreditamos que o conceito de segregação não é suficiente para tratar das mais diversas formas de diferenciação espacial por separação, ainda mais diante do atual processo de pulverização da vida social

¹⁵ O Alphaville é um loteamento fechado de alto padrão presente em diversas cidades brasileiras, cujo primeiro empreendimento foi construído nos anos 1960 entre os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo.

ocasionadas pelas estratégias privatizantes do capital. Quando o assunto são as mudanças espaciais contemporâneas em diversas esferas da vida social, envolvendo desde o aprofundamento da segmentação e a complexificação da segregação, é preferível falar em fragmentação. Este último processo corresponde a algo que, sem contrastar com a segregação, vai muito além dela (SPOSITO, 2013; SPOSITO & GOES, 2013; SOUZA, 2000, 2008).

O tema da fragmentação, como bem lembra Souza (2000), popularizou-se recentemente e tem sido utilizado para os mais diversos fins, sobretudo o de caracterizar as desigualdades socioespaciais intensificadas pelo processo de globalização. Para Salgueiro (1998), a fragmentação diz respeito ao aumento da diferenciação e a existência de rupturas entre grupos sociais nas cidades pós-industriais. Tendo como referência as cidades europeias, Donzelot (1999) afirma que a antiga "questão urbana" desenvolvida no bojo da sociedade fordista em função das aglomerações dos pobres urbanos, dos problemas socioambientais e dos conflitos sociais, foi substituída pela "nova questão urbana". Segundo sua visão, essa nova questão aparece quando do declínio do fordismo, mais precisamente quando o urbanismo funcionalista é substituído pelo "urbanismo de afinidades". A fragmentação seria o resultado desse segundo tipo de urbanismo. Vasconcelos (2013), por sua vez, considera que a fragmentação é um complexo de usos desconexos ou mal articulados, produzido pelo mercado imobiliário e pelo Estado.

A partir do exemplo da cidade de São Paulo, Milton Santos (1990) afirmou que a produção do espaço é cada vez mais comandada por grandes corporações e, em função disso, os pobres estão cada vez mais isolados e com sua mobilidade reduzida. A fragmentação, segundo este autor, advém desse fracionamento da cidade em espécies de "guetos". Souza (2000, 2008), por outro lado, prefere falar em "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial", sendo ela o conjunto de conflitos e tensões que frequentemente desafiam o controle

territorial estatal, correspondendo à territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas das classes sociais mais abastadas. O autor ainda acrescenta que a cidade resultante dessa fragmentação compõe uma unidade do ponto de vista econômico, mas é fraturada sociopoliticamente, de forma que seu caráter congregador é sistematicamente relativizado. No mesmo sentido, Préteceille (1997, p. 65) afirma que a fragmentação "[...] resulta das tensões sociais, quase sempre explosivas, ligadas ao aumento da pobreza e da 'exclusão social', bem como ao crescente sentimento de insegurança".

Mesmo diferentes da perspectiva teórica aqui utilizada, as propostas de Souza e Préteceille parecem-nos interessantes, na medida em que põem a questão dos conflitos e do medo no cerne do processo. Segundo Souza (2008), o medo generalizado se alastra exatamente nas cidades fragmentadas, levando ao tratamento militarizado de seus problemas. Analisando as cidades brasileiras, este autor chega a falar em "Fobópoles", isto é, a cidades onde o medo e a percepção do risco são demasiadamente determinantes do cotidiano. De fato, é a partir do sentimento do medo que se projetam e se objetivam as transformações urbanas e é com base nele que as classes sociais disputam e fragmentam o espaço no ato do consumo.

Partindo da ideia de que os afetos e o corpo são os grandes determinantes da sociabilidade e da política, Safatle (2015) muito acertadamente explica que o sentimento do medo é o principal definidor dos "circuitos dos afetos"¹⁶ nas sociedades modernas e liberais. A ideia tornada hegemônica de uma sociedade fundada em um pacto entre indivíduos proprietários sem qualquer relação natural, para que o "pandemônio entre lobos" seja evitado, já evidencia o medo

¹⁶ Segundo Safatle (2015), os indivíduos produzem crenças, desejos e interesses, adotando certos comportamentos e recusando outros, criando assim circuitos de afetos. Seja na vida cotidiana ou na política, os indivíduos produzem constantemente afetos a partir dos quais mobilizam sua adesão no tecido social. A política, portanto, é um modo de produção de circuitos de afetos. E o sistema capitalista, com todas as suas vicissitudes econômicas e políticas, reproduz-se com base no manejo de nossos afetos.

como princípio ético. Esse elementar sentimento humano vê-se cada vez mais intensificado nas cidades periféricas em função das contravenções e da violência, sendo também manejado por um mercado de segurança privada cada vez mais robusto e por preconceitos de todos os matizes.

Por isso é que surgem as estratégias defensivas (mas também escapistas) das classes mais abastadas, que passaram a construir seus “territórios exclusivos” (SEABRA, 2004). Em função da difusão dos condomínios e loteamentos fechados, tem-se uma cidade cada vez mais dividida entre aqueles que estão “entre-muros” e aqueles que estão “além-dos-muros”, sendo o muro a fronteira que delimita diferentes formas de conviver. Aqueles que se encontram entre-muros vivem de acordo com certas regras de convivência social e aspiram a certos gostos e preferências estéticas. Os que estão além-dos-muros, supõe-se, possuem outros valores e preferências. A fronteira não é rígida, muito menos intransponível, pois as diferentes formas de sociabilidade e de consumo do espaço frequentemente se imbricam ou invadem umas às outras, criando mal-estar. Os muros evitam sistematicamente tal mistura, sendo essa uma de suas principais funções. Mas as interdições dificilmente conseguem conter as “transgressões” ou os “amalgamas”, evidenciando o fato de que os muros são quase sempre “porosos” e que os espaços nunca estão totalmente fechados.

O espaço público

Há, também um processo de diferenciação mais essencial e que subjaz todos os demais citados, sendo ele o responsável pela distinção entre o privado e o público. Ainda quando das transformações espaciais mais elementares, um espaço de uso coletivo é constituído, sendo ele destinado a ação política. Hannah Arendt (2000) explica que o privado é a esfera da necessidade, da vida familiar, já o público é a esfera da liberdade e, por isso mesmo, da política. Essa segunda esfera, segundo a autora, seria o lugar da ação, do agir político, que não pode

prescindir da convivência e da experiência entre os homens para além de suas necessidades e interesses privados. Essa esfera se materializa no espaço público, um espaço que é produzido como os demais, mas que não é propriamente destinado ao consumo, muito menos ao consumo produtivo. Além da acessibilidade universal, sua função é servir de base material para o cotejamento entre diferentes posições e para o arranjo do governo da sociedade.

É exatamente essa contradição público-privado, segundo Carlos (2016), que fundamenta a práxis, que funda as relações sociais. O *oikos*, lugar a partir do qual o indivíduo lança suas teias de relações, encontra na *ágora* o lugar de onde se define coletivamente as transformações do mundo e a arrumação do trabalho e do consumo. No mundo contemporâneo, porém, essa contradição revela a extensão da privação. O espaço público vê-se cada vez mais minguado, posto que a propriedade privada e a valorização com vista à constituição da mais-valia penetram sob todos os poros das atividades humanas. Em razão disso é que o espaço se torna cada vez mais segmentado, segregado e fragmentado. Portanto, no mundo contemporâneo, o espaço público é aquele onde ainda prevalece o valor-de-uso, ou onde o capitalismo ainda não impôs de maneira plena o valor-de-troca.

Quando produzido sob o fito de gerar mais-valia, o espaço se torna uma mercadoria. Uma mercadoria especial, pois também é condição e meio do ininterrupto processo de valorização. O valor-de-troca, nesse caso, se impõe, constituindo uma dialética entre valor-de-uso e valor-de-troca no ato social do consumo. Contudo, no espaço público, o valor-de-troca não se estabelece integralmente, de forma que esse espaço passa a ser definido muito mais por sua utilidade imediata, do que por sua destinação ao mercado.

O espaço público sempre constituiu o suporte para o complexo da política, um dos muitos complexos sociais com base no qual a reprodução social é garantida. Ele, entretanto, possui um caráter duplo. Por um lado, funciona como resultado e sustentáculo das relações de

produção. Por outro, abre possibilidades para o novo e para trajetórias sociais divergentes que, inclusive, podem questionar os fundamentos da produção. Assim, o espaço público é aquele capaz de fugir ao cálculo capitalista de valorização e consumo visando à acumulação. Não por acaso, seu alargamento tem sido apontado como resistência. Não apenas uma resistência do político frente ao econômico, o que significaria a ampliação do Estado (lugar por excelência da política), mas uma resistência a todo o sistema. Neste sentido, ao valorizar os espaços públicos e os comuns urbanos, muitos dos atuais movimentos sociais buscam avigorar esse segundo caráter do espaço público, que é o de abertura para o novo, seu sentido político mais profundo.

O fortalecimento do espaço público enquanto via para o surgimento do novo não implica necessariamente que se desconsidere as possibilidades para uma superação do sistema tomando-se proveito daquilo que o Estado oferece. Poulantzas (1985), por exemplo, afirmou que o Estado corresponde a uma relação de forças. Isso nos leva mais uma vez a constatação de que o sistema capitalista não é um bloco coeso. Além de suas contradições naturais, a atividade política que ele mesmo engendra, com sua relativa autonomia frente à base infra-estrutural da sociedade, pode apontar para algo inteiramente novo. De certa forma, Mészáros (2015) concorda com essa perspectiva ao afirmar que o Estado constitui hoje a "montanha" a ser conquistada na luta pela derrocada do capitalismo. Entretanto, este autor também afirma que é preciso reformular esse Estado, no sentido de reconhecer sua falência, superar as ilusões do liberalismo democrático e da gestão do capitalismo e, assim, partir para seu resgate sobre outras bases, onde a "democracia substantiva" e a "igualdade substantiva" sejam os grandes referenciais (MÉSZÁROS, 2015, 2008).

Independente da perspectiva, o espaço público é de fato o lugar da ação política, pois é o lugar da experiência, conforme asseveram Arendt (2000) e Benjamin (1994). Este último autor, por sua vez, distingue a experiência da vivência. A experiência estaria relacionada à

tradição e à memória coletiva, já a vivência estaria relacionada a vida privada. Nas sociedades modernas, afirmou Benjamin e reiterou Sennet (1989), há um declínio da vida pública, isto é, da experiência. Observando a moderna sociedade europeia, Benjamin (1994) afirmava que havia uma intensificação da vivência, da vida privada, posto que as experiências de choque presentes no mundo moderno – choques em relação às antigas certezas – inviabilizam a plena elaboração cognitiva do percebido, criando uma consciência fechada na vivência ou no esforço de evitar outros choques. Trata-se, portanto, de uma consciência incapaz de compreender e julgar o real, que não prevê o compartilhamento e a vida pública. Este autor nos leva a pensar, conforme muito bem deduz Serpa (2016), na impossibilidade da esfera pública, dada a situação de isolamento dos indivíduos.

Em posse dessas considerações preliminares a propósito da valorização, do consumo e das formas de diferenciação do espaço no capitalismo, podemos enfim avançar no entendimento da fragmentação do espaço no Recife e, depois, tornar às questões postas no início.

1.2 Condomínios e Loteamentos fechados - exemplos emblemáticos e periféricos de fragmentação

Muito mais que uma simples forma contemporânea de habitar a cidade, os condomínios constituem o exemplo mais eloquente da fragmentação do espaço urbano na periferia do capitalismo. Não se trata, obviamente, de uma exclusividade dessas regiões, mas algo que, sem sombra de dúvidas, caracteriza decisivamente os desdobramentos mais recentes de sua urbanização. Neste subcapítulo, procuraremos demonstrar o que, afinal de contas, significam esses enclaves no contexto das grandes cidades periféricas, dando especial atenção às cidades latino-americanas. Antes, porém, necessitamos revisar algumas

das principais características do próprio processo de urbanização.

Urbanização na periferia do capitalismo

A valorização e o consumo desiguais do espaço até então caracterizados podem ser também compreendidos nos marcos do atual processo de urbanização do mundo. Neste sentido, é preciso atentar para a perspectiva metodológica da construção global de uma “sociedade urbana”. Essa concepção é amparada no pensamento de Lefebvre, para quem a cidade deve sempre constituir a reflexão inicial do processo de produção do espaço. Para Lefebvre (1999; 2008), há uma diferença entre cidade e urbano, pois a cidade é a materialidade próxima, o prático-sensível. O urbano é a dinâmica que redimensiona a referida materialidade. A cidade é anterior ao urbano, ela é a maior de todas as obras humanas, lugar da política e do comércio. O urbano, por outro lado, surge do valor-de-troca, da indústria e do mercado capitalista. O mundo vem passando por um conflituoso processo de transformações sociais e ambientais em direção à uma “sociedade urbana” global. Essa sociedade urbana, por sua vez, não designa um objeto dado, posto tratar-se muito mais de uma tendência, um movimento que nasce desde as questões impostas pela industrialização até o momento atual, onde o mundo se apresenta é majoritariamente urbano.

Lefebvre (1999; 2008) afirmava que a industrialização induziu uma série de transformações socioespaciais, quais sejam: os processos de implosão da cidade-política; explosão do espaço habitado; e redirecionamento do mundo rural, fazendo-o existir em função do urbano. A cidade que existia a partir de valores-de-uso transformou-se com a industrialização, e a centralidade da mercadoria no mundo moderno fez com que tudo passasse a possuir um valor-de-troca. Nesse conflituoso transcurso histórico, o sentido de polis foi suplantado e o espaço público pulverizado. Em vez de lócus privilegiado da atividade política como em outrora, a Coketown – para

empregar o termo usado por Mumford (1982) e oriundo do romance de Charles Dickens – surgida a partir da cidade industrial era o lugar da mercadoria, cujas grandes modificações espaciais procuravam dar respaldo a reprodução do regime então hegemônico, incluindo as condições de reprodução coletiva da força de trabalho. Neste sentido, a urbanização caracteriza-se pela: elevação do mundo da mercadoria; por um esmaecimento do espaço público; e pela desigualdade. Trata-se, assim, de um fenômeno que deita suas raízes em conflituosos processos de diferenciação.

Lembre-mos de que a mais elementar expressão da segmentação no espaço corresponde àquela caracterizada pelas diferentes formas de morar que, quase sempre, evidenciam as desigualdades socioeconômicas. Excelente descritor das condições espaciais do início da industrialização europeia, Friedrich Engels produziu o mais completo relato da segmentação do espaço das cidades inglesas em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, de 1845. Em capítulo onde descreveu as condições de moradia dos operários ingleses, Engels já discriminava o surgimento dos primeiros bairros pobres modernos, tão comuns nas cidades de hoje:

Todas as grandes cidades [inglesas] têm um ou vários bairros pobres onde se concentra a classe operária. É certo que muitas vezes a pobreza habita tugúrios escondidos perto dos palácios dos ricos; mas, de uma maneira geral, é-lhe atribuído um terreno à parte, longe das vistas das classes mais felizes, onde o proletariado se governa sozinho, bem ou mal. Estes bairros miseráveis são organizados da mesma forma em quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, nas zonas piores da cidade. As mais das vezes, são edifícios de dois andares, ou mesmo térreos, em tijolo, alinhados em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídos. Estas pequenas casas de três ou quatro compartimentos e uma cozinha constituem vulgarmente em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, o tipo de habitação da classe operária. As próprias ruas, habitualmente, não são nem planas, nem pavimentadas; são geralmente sujas,

cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos e cobertas de poças de água estagnada e fétida. A ventilação é dificultada pela construção deficiente e confusa de todo o bairro, e como muitos indivíduos ali vivem num reduzido espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nesses bairros operários (ENGELS, 1975 [1845], p. 47) (acréscimos nossos).

A urbanização diz respeito, em resumidas contas, a um pujante e caótico processo de valorização e consumo desiguais do espaço, com imbricadas e profundas repercussões políticas, ambientais e sociais, que levam sempre a um processo de segmentação. Exatamente por isso é que sempre incitou e, muitas vezes, até se baseou em práticas institucionais concebidas a partir de conhecimentos parcelares, destinadas à reconstrução e ordenamento da cidade. O urbanismo, como são chamadas tais práticas, é a ciência responsável pela reinvenção da realidade urbana, depois de sua destruição pelo Capital, conforme asseverou Lefebvre (2001). Para essa ciência, alicerçada no racionalismo operatório, faz-se necessário gerir o “caos urbano” e as formas de habitar, sendo essas atividades uma das principais responsabilidades do Estado. Assim, cabe a esta instância a tarefa de valorizar os espaços consoante ao modelo de acumulação hegemônico, bem como reger e administrar o seu consumo, observando-se os preceitos e metodologias do ideário modernista.

O urbanismo modernista surgiu na esteira do processo de reinvenção da realidade urbana, calcado no racionalismo tecnicista e operatório, assim como em um conjunto fragmentado de conhecimentos pretensamente neutros. Seus modelos analíticos, cuja melhor expressão é a própria Carta de Atenas de 1933, baseiam-se em setorizações do espaço e esquematismo simplistas que frequentemente levam à crença de uma permanente “disfunção urbana”. Tal disfunção, portanto, deve ser objeto de intervenções, cujo objetivo precípuo é arranjar o espaço de maneira funcional, revalorizando e redefinindo seletivamente as formas de consumo, segundo os hábitos do “homem moderno”. Não é de se estranhar que, no transcurso das experiências

de aplicação desses preceitos, algumas classes sociais e suas respectivas formas de sociabilidade, tidas como não-modernas, tenham sido desconsideradas. O caráter muitas vezes higienista e impiedoso das reformas urbanas sempre deixou claro os seus reais objetivos políticos. Ao falar das cidades europeias no século XIX, por exemplo, Hobsbawm (2004, p. 295) afirmou que:

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitarizados e certamente menos perigosos [...].

Por isso, os habituais processos de realocação das classes mais pobres para as "regiões periféricas" da cidade, criando uma estrutura espacial urbana segmentada e cujos modelos concêntricos da Escola de Chicago são sua melhor representação. As periferias, desde então, passaram a ser o lugar dos mais pobres e de onde frequentemente insurgiam princípios éticos e estéticos diferentes daqueles vivenciados nas regiões centrais, bem como ações políticas que, se por um lado almejavam a garantia dos meios mais essenciais de reprodução da classe trabalhadora (moradia, serviços e equipamentos públicos), por outro lado questionavam o próprio sistema. Foi na periferia das grandes cidades europeias que surgiram o movimento sindicalista e as mobilizações sociais por melhores condições de trabalho. Vêm das periferias também as lutas pela identidade e pelo reconhecimento das distintas formas de consumo do espaço.

O supracitado modelo moderno de urbanismo foi parcialmente transposto para a periferia do capitalismo, sendo o responsável, entre outros fatores históricos específicos, pelo crescimento de suas principais cidades e pelo acirramento das desigualdades. Na verdade, há diferenças fundamentais entre a urbanização ocorrida nesses países e aquela que ocorreu nas regiões ricas e desenvolvidas, diferenças essas

que, naturalmente, repercutiram-se para a experiência urbanística.

No intuito de caracterizar a urbanização nos países “subdesenvolvidos”, Milton Santos (2008) havia afirmado que não houve, nesses países, uma passagem da população do setor primário, para o secundário e, depois, para o terciário, tal como ocorreu no mundo desenvolvido. Pelo contrário, a urbanização periférica sempre foi terciária¹⁷. Entretanto, esse setor sempre se apresentou de maneira dividida, posto ser constituído por dois circuitos. Há, dessa forma, um “circuito superior” da economia urbana, formado pelas grandes firmas, pelos bancos e pelas demais atividades formais, e um “circuito inferior”, formado pelas atividades de menor escala, geralmente informais¹⁸. Segundo o autor, o caráter contraditório e ao mesmo tempo complementar desses circuitos torna a urbanização periférica ainda mais peculiar (SANTOS, 2004b). Neste sentido, pode-se dizer que os processos de valorização e consumo do espaço nas cidades periféricas realiza-se com base em duas dimensões distintas e interdependentes, mas cujo circuito inferior apresenta-se muito mais numeroso em comparação ao dos países desenvolvidos.

O maior número de atividades ligadas ao circuito inferior indica

¹⁷ Poder-se-ia pensar, em função disso, que a urbanização na periferia do capitalismo não é produto da industrialização, conforme havia sugerido Lefebvre. Entretanto, é preciso lembrar que o capitalismo é um modo de produção global, um sistema-mundo como diria Wallerstein (1974) e suas transformações muitas vezes localizadas repercutem-se para todo o mundo. Neste sentido, o processo de industrialização, mesmo que majoritariamente localizado na Europa, suscitou o conjunto de transformações socioeconômicas que resultaram, ainda que indiretamente, na urbanização da periferia. Além disso, é preciso lembrar que esse processo se viu intensificado exatamente na esteira da industrialização tardia do chamado “Terceiro Mundo”.

¹⁸ A informalidade tem sido historicamente entendida enquanto atividades que se desenvolvem à margem da legislação e nos limites do mercado, além de um aspecto denotativo de atraso socioeconômico. No entanto, ela não deve ser vista apenas do ponto de vista legal, mas também político-econômico. Sua existência ressalta muito mais a especificidade da economia urbana na periferia do capitalismo do que um hipotético atraso. É neste sentido, inclusive, que Milton Santos formula sua tese, evidenciando a existência de dois circuitos que, em vez de opostos e indiferentes, articulam-se dialeticamente.

uma predominância muito maior, nas cidades periféricas, de um "operariado urbano informal". Longe de ser uma exceção, como nas economias centrais, essa espécie de lumpemproletariado é a regra na maioria dos países periféricos, correspondendo a uma fatia representativa de sua população. Jessé de Souza (2003) refere-se a essas classes como "ralé social", demonstrando que esses trabalhadores super explorados muitas vezes são vistos como inaptos a qualquer outro tipo de atividade. Entretanto, mesmo diante da ausência de uma organização política nos moldes do operariado europeu, esses "hiperprecarizados"¹⁹ (SOUZA, 2009) não constituem uma massa amorfa, sendo também sujeitos na produção do espaço e na resistência ao modelo de urbanismo praticado.

Ao estudar a urbanização periférica, Mike Davis (2006) afirma haver uma verdadeira generalização dos "slums", sendo esse modo de valorização e consumo do espaço o maior distintivo das cidades do chamado "Terceiro Mundo". Segundo este autor, a urbanização tem se dado de forma muito mais intensa nos países "subdesenvolvidos", mas ela resguarda poucas características daquela ocorrida nos países industrializados europeus, em função da rapidez e da "reprodução da pobreza". Tendo em vista o fato de que a maior parte das grandes metrópoles atuais se localizam nos países periféricos, esse autor prevê que:

[...] as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, p. 28-29).

¹⁹ Termo proposto por Marcelo Lopes de Souza para designar os trabalhadores sem trabalho e renda fixos nos países periféricos, a fim também de evitar o uso do termo "lumpemproletariado" que, segundo o autor, referencia-se no pensamento marxista tradicional e na realidade europeia de séculos passados. As principais lutas e movimentos sociais urbanos em países como o Brasil, segundo Souza, tem por base a atuação desses sujeitos.

Davis também esclarece que essa mega-urbanização precária é "[...] apenas uma das várias descidas inesperadas para as quais a ordem mundial neoliberal vem direcionando o futuro" (Ibidem, p.26). Por isso, no seu entendimento:

[...] o capitalismo neoliberal, a partir de 1970, multiplicou exponencialmente o famoso cortiço Tom-All-Alone de Charles Dickens em A casa soturna. Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana mundial (Ibidem, p. 34).

Esse enorme contingente de favelas, entretanto, não está apenas localizado nas áreas mais distantes do centro das grandes cidades periféricas, mas também nas próprias áreas centrais. As invasões de terrenos em áreas centrais e, como diria Abramo (2010), o "subcomércio informal de moradias em assentamento consolidados" permitem a fixação dos pobres no centro. Por isso mesmo, no mundo periférico, a periferia urbana deve ser entendida muito mais pelo seu conteúdo do que por sua localização no mapa da cidade. A estrutura espacial das cidades periféricas nem sempre obedece à lógica mais tradicional centro-periferia, advindas dos modelos geométricos de interpretação das cidades anglo-saxônicas.

O urbanismo, que havia surgido na Europa para dar conta das disfunções urbanas e solucionar a questão da habitação da classe operária, torna-se completamente obsoleto frente a essa realidade. Suas metodologias modernistas de compartimentação sintática do espaço entre centro, periferia, áreas residenciais, comerciais, eixos viários etc., não fazem qualquer sentido em cidades onde a pobreza emana de todos os lugares, onde os espaços manifestam a coexistência de

²⁰ A herança funcional-racionalista tende a fazer com que as práticas urbanísticas, na periferia do capitalismo, contemplem mais algumas partes da cidade, tratando-as também de maneira fragmentada e seguindo prioridades destacadas por agendas internacionais. O grande desenvolvimento técnico e o refinamento dos instrumentos para se propor soluções contrastam com a reduzida capacidade de compreensão da totalidade urbana e da coexistência de tempos que a caracteriza. Há, portanto, uma

diferentes tempos e os conteúdos frequentemente subvertem as formas espaciais²⁰. A matriz modernista/funcionalista do urbanismo, por sua vez, não compreende o fato de que, na periferia do capitalismo, o ilegal se sobrepõe ao legal e, por isso mesmo, comete o equívoco de considerar como “subnormal” aquilo que concretamente deveria ser tratado como normal. Essa transposição de ideias constituídas em outras realidades ao contexto urbano periférico, bem como a desconsideração dessa realidade concreta nas ideias urbanísticas é uma das marcas do urbanismo nos países pobres, chegando a constituir, como sugere Maricato (2000), a situação em que “as ideias estão fora do lugar e o lugar está fora das ideias”.

Talvez por isso, o urbanismo venha sendo utilizado enquanto prática discricionária para acirrar desigualdades, fragmentar o espaço e incitar tensões sociais. Em capítulo que trata do urbanismo “nos trópicos”, Davis (2006) afirma ainda que, nas cidades periféricas, os governos estão permanentemente engajados na eliminação dos pobres, considerando-os, inclusive, como verdadeiros “entraves humanos” ao bom funcionamento da cidade (isto é, à acumulação urbana). Os slums, tão comuns nessas cidades, muitas vezes constituem obstáculos geográficos, obstruções ao ininterrupto processo de valorização capitalista que forçam uma racionalização do desenvolvimento econômico e a implementação de estratégias geográficas à superação, como os processos de “des-revalorização” do espaço. A trama é quase sempre a mesma: identifica-se o lugar dos pobres, estigmatiza-o como a “fonte do mal”, do crime e do atraso, depois se realiza a remoção de todos ali para lugares notadamente piores. Por fim, realiza-se a destruição dos valores agregados ao solo (casas, ruas, praças etc.) e

grande dificuldade em compreender e intervir nos “espaços liminares”, isto é, naqueles espaços que expressam materialmente a coexistência de tempos e que, por isso mesmo, os conteúdos frequentemente subvertem as formas (GOMES, 2008, 2002).

²¹ Segundo Smith (1996), os discursos e práticas regenerativas na cidade funcionam como instrumentos de poder e de mobilização de excedentes e recursos públicos para processos de “gentrificação”, isto é, de valorização do espaço pela via da expulsão e reapropriação por diferentes classes. Tratam-se, conforme o autor, de práticas que

projeta-se um novo processo de valorização, sob novas perspectivas estéticas e destinadas à outras formas de convivência ética²¹.

Comprometido política e economicamente com os interesses de proprietários, de investidores estrangeiros e das classes predispostas ao consumo do espaço, o urbanismo periférico tem a função de limpar e reconstruir a cidade, sob o fito de possibilitar a acumulação urbana e o controle social. No lugar dos slums ou apesar deles, constroem-se e defende-se o que Davis (2006) chamou de "ilhas de cibermodernidade" ou o que Svampa (2008) chamou de "nuevos paraísos", destacados da paisagem social urbana periférica e a despeito de suas necessidades não atendidas. Trata-se de espaços exclusivos e amenos, amparados pelo que há de mais avançado em termos de segurança e tecnologia.

Fora dos muros concretos e simbólicos das referidas ilhas, onde, segundo Dunker (2015), "o desejo não é determinado nem a angústia determinante", a valorização e o consumo do espaço seguem o curso desigual até então descrito. É lá onde se difundem as tensões sociais e o permanente clima de guerra ocasionado pela ascensão dos "espaços do homo sacer"²², lugar onde habita aqueles cujos valores criados e formas de consumo destoam (ética e esteticamente) dos padrões estabelecidos. Sobre eles frequentemente recai de maneira implacável o braço pesado do estado de exceção policial.

Portanto, além da divisão entre os circuitos da economia urbana, da esmagadora presença de um operariado urbano informal e da

denunciam um novo regime de desenvolvimento geográfico por ele chamado de "cidade revanchista", fruto da ofensiva neoliberal e cuja principal característica é o privilegiamento de determinadas classes sociais em detrimento da maioria dos cidadãos. Smith (2007) ainda afirma que a ideia da gentrificação relaciona-se a ideologia de fronteira, tão comum no nacionalismo norte-americano.

²² Conforme lembra Agambem (2002), O Homo Sacer é o sujeito constituído mediante o permanente estado de exceção paradoxalmente criado pelos Estados modernos e cuja consolidação dá-se por um processo de exclusão. Do ponto de vista histórico, a figura do Homo Sacer alude àqueles sujeitos que, na sociedade romana, não possuíam direito algum. Tais indivíduos não poderiam ser utilizados em sacrifícios religiosos, mas suas vidas poderiam ser interrompidas sem que o homicida imputasse para si o crime do homicídio. Tratava-se, assim, de vidas sacrificáveis.

existência de um urbanismo alienado e socialmente predatório, as cidades periféricas possuem uma estrutura espacial profundamente fragmentada entre aqueles que estão entre-muros — "los que ganaron", como prefere Svampa (2008) —, e aqueles que estão além-dos-muros. Conforme já mencionado, o sentimento do medo (que frequentemente leva a uma arquitetura do medo), justifica e possibilita tal fragmentação. Contudo, longe de apenas indicar sociedades violentas, o medo e os muros revelam um escapismo por parte das elites socioeconômicas e a tendência à fratura social, conforme destacam Mollenkopf e Castells (1991), Svampa (2008) e Caldeira (2000).

A urbanização brasileira e a vida entre-muros

Conforme Santos (2015), a urbanização brasileira deu-se com base na utilização dos excedentes da economia nacional. Até a década de 1980/90, havia uma produção expandida do espaço (sprawling) pela via da ampliação da fronteira urbana. Nesse primeiro período, o Estado exercia o papel essencial de proporcionar as condições de investimento do excedente, a ocupação e a industrialização do território. O alucinante crescimento do mercado imobiliário neste período prova que a urbanização do território brasileiro já foi (e ainda é) uma lucrativa atividade econômica e, em muitos casos, condição à acumulação. O crescimento das grandes cidades e seu processo de metropolização, bem como o surgimento de cidades médias permitiram a absorção do excedente, possibilitando a própria acumulação na economia brasileira. A partir da década de 1990, entretanto, é a reprodução do espaço, com o intermédio do urbanismo, que tem possibilitado a acumulação. A reprodução do espaço acontece, substancialmente, quando da emergência dos limites à produção expansiva do espaço, no sentido de ordenar e redirecionar o processo de valorização. No novo estágio do processo de urbanização brasileira, em que a reprodução se sobrepõe à produção expansiva do espaço, consolida-se um pacto estabelecido entre o Estado e o mercado imobiliário financeirizado, onde o

excedente é aplicado em processos de des-revalorização, bem como na construção de novas centralidades.

Isso significa dizer que a urbanização brasileira segue a própria dinâmica geográfica do Capital, baseada no ininterrupto e contraditório movimento de expansão e concentração. Até a década de 1980/90, o processo de valorização e consumo era expansivo, depois tornou-se mais concentrado. Isto é, a urbanização brasileira que se assentava na ampliação da quantidade de trabalho vivo, foi reestruturado nas últimas décadas do século XX e passou a se dar pelo uso mais intensivo do trabalho morto. A acumulação urbana, que é hoje central à própria acumulação global do capital, conforme assevera Carlos (2015), tem se dado majoritariamente por sucessivos processos de des-revalorização e na construção de novas centralidades urbanas, muitas vezes a partir de obras gestadas no âmbito de uma associação entre o Estado e o mercado imobiliário financeirizado. Este último, por sua vez, orienta muitas das práticas urbanísticas, tendo o Estado como viabilizador dos investimentos em termos de provimento de infraestruturas. Daí, inclusive, é que surgem as parcerias público-privadas e demais formas de gestão urbana neoliberais, onde alguns setores do Estado e da sociedade tem o protagonismo reduzido.

Santos & Silveira (2008) confirmam a supracitada tese ao afirmar que as cidades brasileiras surgiram inicialmente enquanto centros de comando regionais no contexto de uma mecanização incompleta do território nacional. Conforme foi se materializando o processo de integração desigual desse território, calcado em uma modernização conservadora (consoante às determinações hierárquicas advindas de grandes firmas internacionais e dos agentes econômicos nacionais), o território brasileiro foi se tornando majoritariamente urbano e o referido processo de mecanização cada vez mais concentrado. As mudanças nos padrões de valorização do espaço urbano brasileiro no final do século XX, conforme acrescenta Santos (2015), aconteceu quando a produção expansiva do espaço urbano encontrou seus limites

estruturais, voltando-se ao processo de reprodução do espaço já constituído.

O espaço urbano brasileiro se constituiu de maneira profundamente desigual, pois teve sua expansão e organização comandada por projetos de modernização conservadores. Assim, foi a modernização que acirrou as desigualdades nas cidades brasileiras, e não sua ausência. Neste sentido, Jessé Souza (2003) afirma que as desigualdades no Brasil e sua naturalização na vida cotidiana não dizem respeito à uma suposta condição de pré-modernidade ou atraso, conforme definem as teorias da modernização, mas à forma periférica com que se impôs a própria modernidade nesse país, cujo principal resultado foi a "construção social da subcidadania". Assim...

"[...] como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica" (MARICATO, 1996, p. 43).

As formas arcaicas a que se refere Maricato correspondem às permanências de características sócio-históricas de períodos passados, tais como a concentração de terra, renda e poder, bem como o autoritarismo e a aplicação arbitrária da lei. O espaço urbano brasileiro se assemelha aos engenhos coloniais. Os bairros e enclaves fortificados das classes mais abastadas resguardam semelhanças com a Casa Grande, pois afirmam sua existência mediante a negação da rua e do espaço público (LEITÃO, 2005). Até a metade do século XX, o processo de urbanização no Brasil aparentava significar a superação da economia agrário-exportadora vigente até então e a consequente construção de uma economia urbano-industrial. Entretanto, ela aconteceu sob a manutenção de heranças coloniais e privilégios senhoriais (MARICATO, 2003).

No supracitado contexto de produção expansiva do espaço urbano, que se estende até a década de 1980/90, a modernização ainda

foi responsável pela proliferação das favelas nas periferias urbanas, integrando um processo de metropolização marcado pela reprodução da pobreza e pela formação do que Santos (1982) chamou de “metrópoles incompletas”. Maricato (2000) considera que a maior marca da urbanização é a multiplicação dos bairros ilegais, frequentemente obliterados pela prática urbanística e sobre o qual subsistem maior parte do operariado urbano informal. Em cidades como o Recife ou Belém, esses bairros são mais numerosos que aqueles associados à cidade legal. Segundo a autora, essa representativa ilegalidade no processo de urbanização do Brasil advém de um incipiente processo de industrialização baseado em baixos salários, do pequeno e mal aplicado investimento público na área de gestão urbana, bem como de uma legislação urbana contraditória e seletivamente aplicada.

O contexto atual, contudo, é marcado pela maior proeminência da reprodução do espaço, haja vista a presença muito mais numerosa de processos de des-revalorização de determinados lugares da cidade, seja para sua inclusão às dinâmicas econômicas globais de consumo do espaço pela atividade turística, ou para construção de lugares exclusivos cuja função é garantir a difusão de um padrão específico de consumo do espaço. A entusiástica recepção do ideário do “empreendedorismo urbano”²³ e dos modelos de “planejamento estratégico”²⁴ durante os

²³ O empreendedorismo urbano, conforme definiu Harvey (2006), diz respeito a um conjunto de tendências no planejamento urbano que se traduz na busca pela inserção de toda a cidade na lógica de acumulação do capital por meio de uma gestão empresarial de seu espaço, onde as ações se orientam com vistas à concorrência interurbana por ganhos econômicos.

²⁴ Segundo Vainer (2000), o modelo de planejamento estratégico é aquele inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, adotado com base na crença de que as cidades estão submetidas às mesmas condições que as empresas. Neste sentido, suas estratégias discursivas quase sempre envolvem a ideia de que: a cidade é uma mercadoria que pode ser comprada; a cidade é uma empresa que requer investimentos; ou ainda uma nação, da qual todos os cidadãos devem se empenhar univocamente para o seu desenvolvimento. Este modelo tem sido difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de agências internacionais e consultores que, frequentemente, reportam-se à experiência de Barcelona como exemplo.

anos 1980/90 e 2000 ilustra essa tendência. Entretanto, o retorno dos investimentos públicos e privados no espaço urbano trazido pela política de crescimento econômico e pelo “neodesenvolvimentismo” (MARICATO, 2014) tem sido responsável pelo surgimento de inúmeras obras de infraestrutura para eventos esportivos e mobilidade do automóvel, sejam em áreas centrais consolidadas, ou em áreas periféricas e pouco ocupadas. Assim, essa proeminência da reprodução sobre o *sprawling* não é de modo algum absoluta, havendo em vez disso uma coexistência ou situações híbridas.

Tudo isso, vale lembrar, tem se dado com base no supracitado contexto de permanências de heranças coloniais em que o patrimonialismo é reafirmado e o espaço público é vigorosa e sistematicamente pulverizado. O espaço urbano brasileiro, portanto, tem sido produzido e reproduzido em meio a um processo em que a desigualdade e a contravenção são as regras (MARICATO, 2003). Também onde o urbanismo, negligente a esse dado concreto e assentado em ideias alienadas, muitas vezes surge enquanto organizador do caos, limpando e reconstruindo a cidade para garantir a acumulação urbana e o controle social.

Daí é que surgem os condomínios e loteamentos fechados. Pelo menos desde a metade do século XX, com maior vigor a partir da década de 1970, o espaço urbano brasileiro tem sido tomado pela construção desse tipo de enclave fortificado, seja para fins residenciais ou comerciais. Esses condomínios são construídos para possibilitar o controle e a diferenciação espaciais, intensificando a fragmentação do espaço e o esfacelamento do tecido social. Os muros a que nos referimos e que delimitam tais enclaves não são propriamente muros de concretos e tijolos, mas “fronteiras”, no sentido mesmo que lhe atribui Neil Smith (2007), cuja função é demarcar formas específicas de consumir o espaço. Para cada uma dessas formas há um conjunto de princípios comportamentais e preferências estéticas que orientam sua construção e os caracterizam.

Os muros são muito mais que mecanismos de segregação, são valores cuja função precípua é discriminar formas de conviver. Aqueles que se encontram entre-muros vivem de acordo com certas regras de convivência social e aspiram a certos gostos e preferências estéticas diferentes daqueles que se encontram além-dos-muros. Mas, como dito, essa fronteira distintiva não é rígida nem intransponível, pois as diferentes formas de sociabilidade frequentemente invadem umas às outras. Por isso, há o sentimento recorrente e comum a todos os condôminos de que o enclave onde moram está em constante ameaça, ou prestes a se tornar um lugar qualquer. Em muitos casos, o medo da indistinção é mais devastador que o da despossessão ou da morte violenta. Os muros, portanto, têm se difundido na mesma proporção em que o sentimento do medo se intensifica enquanto ordenador da sociabilidade e da moral. Essa sociedade de indivíduos proprietários, que se acham imersos no medo, é a mesma para qual o contrato e a violência do Estado são imprescindíveis.

Na verdade, o medo é algo natural, intrínseco aos seres-vivos, sejam eles racionais ou não. Trata-se de um sinal de alerta frente à possibilidade do risco. Ele advém da habilidade que possuímos em perceber, analisar e classificar as coisas no mundo (BAIERL, 2004). Mas esse sentimento tem sido hoje fomentado pelas habituais contravenções urbanas e por um mercado de segurança privada em ascensão (CALDEIRA, 2000; LOW, 2000). Conforme esclarece Caldeira (2000), em consequência do atual modelo de organização do espaço urbano brasileiro, difunde-se um conjunto de discursos classificatórios que contribui sistematicamente a uma percepção estereotipada e amedrontada da realidade urbana periférica. A “fala do crime”, segundo a autora, corresponde a toda sorte de conversas, comentários, narrativas e piadas que têm a violência como tema principal. Disseminados também pela mídia, esses discursos são fragmentados, repetitivos e ajudam a criar uma forma de consciência neurótica, com representações distorcidas a respeito do espaço público

e das favelas. Eles alimentam as experiências de choque, conforme sugeriu Benjamin (1994), que alteram a elaboração cognitiva do percebido, criando uma consciência fechada à experiência.

O sentimento do medo tem sido, pois, o grande princípio ético no processo de valorização e de consumo do espaço urbano brasileiro. É a partir dele que se projetam e se concretizam as transformações urbanas e é com base nele que as classes sociais disputam e fracionam o espaço no ato do consumo. Há, com efeito, uma arquitetura do medo, da qual os muros e toda a parafernália de segurança são os exemplos mais eloquentes. A arquitetura do medo corresponde a uma aparência do espaço-mercadoria, uma estética belicista na arquitetura caracterizada pela presença de formas que aludem à defesa militar, seja nas habitações ou nas edificações comerciais e públicas. Conforme Ferraz e Possidônio (2004), essa estética tem sido cada vez mais alimentada pelo mercado imobiliário brasileiro e suas estratégias publicitárias, que sempre se reportam a uma imagem caótica e violenta do conjunto da cidade. Quanto mais guarnecido, mais cobiçado e valioso torna-se o espaço. Neste sentido, os muros e os adornos militares (cercas elétricas, câmeras filmadoras, alarmes e vigilância motorizada) surgem de fato para evitar os amalgamas e imprevistos, mas sua função é também contribuir à valorização financeira do ativo imobiliário.

A cidade além-dos-muros, desordenada e pobre, é sistematicamente evitada por aqueles que vivem entre-muros. O acesso dos que vivem na primeira à segunda é restrito, intermediado por inúmeros instrumentos de segurança e profissionais armados que mais parecem paramilitares. Tudo isso para que a ordem aparentemente idílica não seja desvirtuada pela presença de pessoas indesejáveis ou de comportamento reprováveis. Os condomínios e loteamentos fechados expressam a tentativa de construção de uma comunidade de cuidado, tal como os gated communities norte-americanos (DUNKER, 2015), pensado na esteira das exigências de uma vida plenamente realizada,

onde tudo o que é necessário faz-se presente, um “estilo de vida total” (CALDEIRA, 2000). Pode-se pensar, inclusive, em uma espécie de resgate do ideal preservacionista, mormente o da luta pelos parques naturais, para quem a destruidora presença humana deveria ser definitivamente afastada. Sem a incomoda presença do operariado urbano informal (exceto em uma condição subalterna e, por isso mesmo, invisibilizada), esses enclaves exprimem “uma vida autenticamente natural e preservada do caos”.

Enclaves fortificados na América latina – breve panorama

Há, com efeito, uma constante busca de uma vida garantida e comunitária, pensada a partir de uma arquitetura estéril e mercantilizada. Essa vida entre-muros é cada vez mais tratada com um “mal menor”, um ônus necessário ao gozo de uma vida relativamente tranquila. Essa busca também caracteriza o modelo de valorização e consumo do espaço presente na grande maioria das cidades latino-americanas. No nosso entender, três estudos lançam luz à compreensão da difusão desses enclaves neste subcontinente. O primeiro e já mencionado é o de Svampa (2008) que, apesar de oferecer grandes aportes teóricos (muitos dos quais centrais neste livro), tem como foco a realidade urbana argentina. O segundo é a coletânea de textos “Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas” coordenada pelo geógrafo mexicano Luis Felipe Cabañas Barajas no âmbito de um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Essa obra reúne reflexões de pesquisadores de diversos países, constituindo um esforço pioneiro de compreensão do que viria a ser um processo de fechamento das cidades frente a globalização. Um terceiro estudo é o da também argentina Sonia Roitman que, tendo dedicado maior parte de suas pesquisas a elucidação do surgimento dos barrios privados, tem construído com outros pesquisadores muitos avanços teóricos e metodológicos de caráter interdisciplinar para o entendimento dos

gated communities (ROITMAN, WEBSTER e LANDMAN, 2013). Apesar de seguirmos uma perspectiva teórica e metodológica diferente, não podemos deixar de citar esses esforços.

Dois outros estudos não citados até então constituem importantes referenciais para a compreensão dos enclaves fortificados na América latina. No primeiro deles, mais teórico, Peter Marcuse (2004) procura estabelecer o que seria uma 'segregação socialmente aceitável', indicando o papel do Estado enquanto indutor ou diluidor das situações de segregação. Para isso, lança mão de muitos exemplos. No segundo, Sposati (2001) toma o exemplo da cidade de São Paulo para demonstrar a divisão do tecido urbano. Vereadora e professora universitária, ela se apropriou de uma infinidade de dados para caracterizar o quão espedaçada encontra-se a maior metrópole do país.

Os estudos sobre segregação na cidade de São Paulo são numerosos e quase todos eles ainda hoje são utilizados para fundamentar a compreensão da difusão dos enclaves fortificados no Brasil e na América Latina. Isso se deve: ao fato de que foi nessa cidade onde primeiramente se percebeu as mudanças no padrão de valorização e consumo do espaço, indicando sua fragmentação; e ao fato de que foi nela que primeiramente surgiu, ainda na década de 1970, um pulsante processo de privatização do espaço e difusão de enclaves fortificados.

Foi estudando a realidade paulistana que Caldeira (2000) identificou diferentes formas de manifestação da segregação: uma primeira, ainda na primeira metade do século XX, calcada nos tipos de habitação; uma segunda, pautada na divisão centro-periferia; e uma terceira, onde já se consolidava um "modelo fractal". Esse modelo, segundo a autora, diz respeito à mudança na escala da segregação, que agora é intra-urbana e complexa. A autora ainda afirma que os condomínios e demais tipos de residência compartilhada existem em São Paulo desde o início do século XX, levando um tempo até que o estigma de cortiço fosse suplantado pelo de habitação de luxo.

Os condomínios e loteamento fechados de São Paulo atualmente

compartilham várias características dos common interest developments, isto é, das incorporações imobiliárias dos subúrbios norte-americanos, sendo Alphaville o caso mais emblemático. Na verdade, desde a década de 1990, as classes médias e altas paulistanas têm abandonado o centro da cidade para habitar nas áreas mais periféricas da metrópole (D'OTTAVIANO, 2008). As periferias passaram a receber enclaves fortificados e o centro a acolher grandes investimentos e processos de des-revalorização, como esclarece Fix (2001).

O Alphaville foi um empreendimento idealizado ainda na década de 1960, tendo sido implantado anos mais tarde entre os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo. A construtora responsável, Albuquerque & Takaoka, especializou-se em grandes obras públicas e condomínios residenciais destinados para a população de alta renda, diante da crise imobiliária da década de 1970 — que preparou o terreno para a mudança nos padrões de valorização do espaço, conforme mencionamos. Essa empresa encontrou uma saída para o setor na construção de loteamentos de alto padrão em locais mais afastados do centro, onde pudesse apropriar-se de algumas amenidades naturais. A intenção subjacente a essa mudança era a de dotar, via iniciativa privada, as infraestruturas necessárias para a constituição de um bairro seguro e com todos os serviços necessários. A construção das habitações ficaria a cargo dos compradores das glebas ou de empreendimentos organizados em forma de condomínio, embora a ocupação fosse regida pela Lei de parcelamento (Lei Federal 6.766/1979). Interessante é notar que o morador do Alphaville não tem a propriedade plena de seu imóvel, embora goze de todos os preceitos da propriedade, o que inclui a posse perpétua e o direito de alienar. Isso porque boa parte das terras onde foi implantado o loteamento

25 Enfitéuse é o regime de divisão abstrata da propriedade, criado ainda pelos artigos 678 e 679 do Código Civil de 1916, onde 17% do imóvel pertence à União e os outros 83%, considerado como de domínio útil, pertence ao ocupante titular do aforamento.

pertencem à União e estão cedidas à loteadora e aos moradores em regime de *enfiteuse*²⁵, tendo eles que cumprir o pagamento de foro anual (0,6% sobre valor do imóvel) e de laudêmio (5% sobre valor do imóvel) em caso de alienação (GUERRA, 2013).

No Rio de Janeiro, os enclaves fortificados surgem por toda a cidade, tendo uma primeira área de concentração na zona sul, sendo esta área superada pela região sudoeste da cidade, especialmente no bairro Barra da Tijuca. Na verdade, a dinâmica imobiliária na cidade do Rio de Janeiro consolida-se conforme uma lógica em que, como bem resume Smolka (1992), expulsa os pobres e redistribui os ricos. Essa dinâmica move-se formal e informalmente pelo mapa da cidade em busca de inovações e novas oportunidades de acumulação, relegando antigas áreas de atuação para extratos de renda inferiores. Ao mesmo tempo em que se difunde, também se compacta, ensejando uma estrutura "com-fusa", conforme adverte Abramo (2010). Seja nas áreas de dispersão ou de compactação, os enclaves fortificados vão se desenvolvendo, tendo o combate ao tráfico de drogas organizado um de seus fatores. No referido bairro Barra da Tijuca, um enclave chama a atenção por sua representatividade em termos de segregação, trata-se do "Condomínio Península", complexo com mais de 50 prédios, cercado de águas e que dispõe de inúmeras amenidades naturais, além de shopping, supermercados e restaurantes.

Na Argentina, os principais tipos de enclaves fortificados são chamados *barrios cerrados*, sendo eles o equivalente ao loteamento fechado brasileiro. Roitman (2003, 2008) explica que se trata de áreas residenciais homogêneas, onde o acesso é controlado por vigilância 24 horas e dispositivos de segurança, sendo que sua difusão se deu com maior força a partir da década de 1990. Na cidade de Buenos Aires, explicam Janoschka e Borsdorf (2004), é onde eles se proliferam de forma mais notável, sendo o bairro de "Nordelta" o mais

O novo código civil de 2002, embora não permita mais a constituição de situações regidas por esse instrumento, subordinou as existentes antes de sua vigência.

representativo. Com 1.600ha e aproximadamente 80 mil habitantes, Nordelta é considerado o maior *barrio cerrado* da América Latina, dispondo de parques, centros de compras, campo de golfe, escolas e faculdades privadas. Janoschka e Borsdorf (2004) ainda afirmam que os habitantes de Nordelta se reconhecem como "Nordelteños" e não como "Porteños", como o são os demais moradores da cidade. Esse e outros aspectos, complementam os autores, fazem com que a esfera pública quase não exista neste lugar.

O município de Pilar, Área Metropolitana de Buenos Aires, segundo Thuiller (2006), constitui o epicentro da difusão dos *barrios cerrados*. Segundo o autor, esses enclaves geram efeitos negativos no espaço urbano já consolidado e os planejadores, com os meios de que dispõem, não sabem lidar com esses efeitos. Em estudo sobre a mesma cidade, Roitman e Phelps (2011) afirmam que os *gated communities* contribuem à suburbanização da metrópole, além de que o crescimento dessa *private city* possui fortes implicações sobre a *public city*. Ambos concordam que é nas franjas metropolitanas onde os enclaves fortificados mais se difundem na Argentina. Há tempos tais granjas têm sido o lugar da constituição dos chamados *countries*, isto é, áreas residenciais também fechadas nas chamadas 'áreas peri-urbanas'.

Roitman (2003) afirma que desde a década de 1990 a cidade de Mendoza vem assistindo a um "boom" de *barrios cerrados*, muitos dos quais justificados pelo aumento da violência. De fato, conforme a autora demonstra, Mendoza sustenta índices de violência apenas inferiores aos de Buenos Aires, mesmo sendo apenas a quarta maior cidade do país. Em outro artigo sobre Mendoza, Roitman (2005) se pergunta sobre 'quem segrega quem' na cidade. Sua conclusão é a de que o processo possui dois lados, pois tanto os moradores dos enclaves, quanto os habitantes dos bairros vizinhos sentem-se discriminados. Rosario e Córdoba, duas outras importantes cidades argentinas, também possuem um grande contingente populacional vivendo em enclaves fortificados. Rosario possuía cerca de 10 grandes

enclaves, segundo pesquisa de Bragos, Mateos e Pontoni (2002), difundindo-se preferencialmente em seu setor oeste. Em Córdoba, as principais ofertas imobiliárias são hoje em *countries* ou *barrios cerrados*, segundo Valdés (1999), tendo sido constatado 13 em seu estudo.

Em Santiago do Chile, os enclaves fortificados surgiram, sobretudo, a partir da década de 1990, conforme Meyer e Bähr (2001). Os autores concordam que eles expressam a segregação e que levam à fragmentação. De forma muito próxima ao que Caldeira (2000) sustenta ao falar dos modelos de segregação em São Paulo, analisando a cidade de Santiago, Sabatini (2004) afirma que há uma diminuição do padrão de segregação em larga escala (os cones de alta renda), sendo ela hoje muito mais residencial, dada a proliferação de bairros fechados.

Veiga (2005) afirma que Montevideo, como muitas outras cidades latino-americanas, possui um espaço urbano extremamente fragmentado, mas seu estudo enfoca a dinâmica da desigualdade, apontando a necessidade de políticas sociais locais de 'inclusão social'. A emergência da agenda neoliberal ocasionou uma grande transformação socioterritorial na Região Metropolitana de Montevideo (COURIEL, 2010), ampliando a dinâmica da pobreza e modificando as opções de moradia, levando também à formação de verdadeiras ilhas de riqueza (JANOSCHKA, 2002). As realidades do Brasil, da Argentina e do Chile são, portanto, muito semelhantes. A do Uruguai parece-nos um pouco diferente.

Na Colômbia, os conjuntos cerrados surgiram entre os anos 1970 e 1980. Entretanto, Franco (2013) afirma que desde as décadas de 1950 e 1960, junto a própria difusão do movimento moderno na arquitetura, já se procuravam promover núcleos residenciais com áreas comunais exclusivas. Samper (apud FRANCO, 2013) explica que, durante a década de 1960, dado o forte crescimento econômico, surgiu uma nova unidade urbanística originalmente chamada de *vencidario*, sendo mais tarde chamada de *agrupación de vivienda*. Essa unidade foi

introduzida em legislações de cidades como Bogotá, estimulando a consolidação das atividades imobiliárias. Durante as décadas de 1980 e 1990, os conjuntos cerrados passaram a ser tratados como uma opção para uma vida com mais qualidade e segurança. Lembremo-nos que a realidade social e política colombiana é também marcada pela presença de grupos paramilitares e carteis de controle do tráfico de drogas. Assim, o sentimento do medo sempre teve muito vigor em suas cidades.

Nas proximidades de Bogotá, difundem-se cada vez mais condomínios campestres, onde se privilegia o contato com áreas verdes (COLMENARES, 2006). Em Medellín, as bordas metropolitanas têm sido transformadas em razão de atividades econômicas que visam, entre outras coisas, a promover urbanizaciones cerradas (SÁNCHEZ, 2008). Em Cali, a difusão de enclaves é ainda mais notável. Jerez e Ardila (2014) afirmam que a própria estrutura urbana dessa cidade, bem como a posição de suas ruas e de seus equipamentos públicos, dispostos segundo o moderno Plano piloto de Weiner e Sert, tem constituído junto à atual dinâmica de acumulação e o narcotráfico, uma "urbe de vecindades fragmentadas y carente tanto física como simbólicamente de espacios públicos" (JEREZ e ARDILA, 2014, p. 216).

A realidade mexicana, por fim, se parece muito com a brasileira no que diz respeito à fragmentação do espaço. Em uma abordagem muito próxima daquela que vimos construindo nesta tese, Giglia (2008) afirma que os gated communities na Cidade do México não resultam apenas do medo do crime, mas do escapismo das elites que buscam criar ilhas de homogeneidade e novas formas de governo. Trata-se, dessa forma, de um dos desdobramentos da crise do espaço público, frente a uma sociedade extremamente desigual. Guadalajara, por sua vez, é uma cidade que se desenvolveu no transcurso do século XX com base em fraccionamentos, isto é, de bairros modernos segregados e autogestionados, dos quais o mais conhecido é o chamado Colonia

Chapalita. Apesar da enorme concentração de indústrias e serviços, a zona metropolitana de Guadalajara possui hoje uma densidade urbana relativamente baixa, possuindo muitos vazios urbanos de onde atualmente têm insurgido muitos enclaves (CABRALES BARAJAS e ZAMORA, 2001; ICKX, 2002). Processo semelhante de fragmentação se pode constatar nas cidades de Puebla e Toluca, segundo Rodríguez e Mollá (2002).

2 A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

2.1 Processo histórico de produção do espaço no Recife

No primeiro capítulo, procuramos elucidar como se dá a produção do espaço na cidade periférica, enfatizando suas formas de diferenciação e o surgimento de enclaves fortificados, atentando para a realidade latino-americana. Nas linhas que seguem, apresentaremos a parte mais substancial da tese que fundamenta este livro. Isto é, a ideia segunda a qual o Recife (e, a reboque, sua região metropolitana) corresponde a uma cidade onde a reprodução de seu espaço induz a um vigoroso processo de fragmentação, levando a permanência do caráter insular fundamental a partir do qual a cidade se edificou e cresceu no transcurso dos anos.

Bases fundamentais do atual processo de valorização e consumo

O Recife se desenvolveu a partir de um “pequeno aglomerado constituído no entorno do Corpo Santo edificado em banco de areia”. Foi essa a paisagem que chamou a atenção Charles Darwin em sua passagem por essa cidade, conforme assevera Lins (1982). Essa autora afirma que os aspectos originais sobre os quais surgiu a cidade resumiam-se a “C’roas e bancos de areia, cordões litorâneos arenosos ou restingas, associado tudo a pântanos de água salobra, manguesais, lagamares, esteiros e camboas” [sic] (LINS, 1982, p. 81), isto é, um “estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió”.

Josué de Castro (1948, p. 16) descreveu o lugar como:

[...] uma planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d’água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espriam remansosos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados - mistura ainda incerta de terra e de água - que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de

cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas.

A planície se constituiu pelo entulhamento de sedimentos ora fluviais, ora marinhos. Os manguezais que se desenvolveram pelos lamaçais salobros ajudaram a consolidar o solo. Essa difusa rede hidrográfica criava uma paisagem insular, onde as terras secas eram intermitentes e, por isso mesmo, bastante valoradas. Nos arredores dessa planície, tem-se a região colinosa e arredondada que se desenvolveu por boa parte do Nordeste oriental úmido já no período quaternário (Figura 01).



Figura 01: Representação da baía entulhada e formação geomorfológica sobre a qual se desenvolveu a cidade do Recife; Fonte: BRANNER (1904, p. 138)

A formação da cidade, por sua vez, deu-se por um processo de ocupação desigual, onde as terras firmes e secas foram imediatamente apropriadas por parte das classes mais abastadas e brancas, primeiramente pela concessão de sesmarias, depois pela obtenção e aquisição via mecanismos institucionais ou de mercado, formalizados

ou não. Esse modelo de ocupação manteve-se inalterado por séculos, persistindo mesmo depois do fim do regime colonial-escravocrata. O declínio da economia açucareira e a constituição de uma economia terciária urbana, pautada no comércio de produtos agrícolas e pequenos serviços foi que, gradualmente, tornou a cidade do Recife o centro de sua hinterlândia. Na verdade, desde o período colonial, o Recife representava um ponto de intersecção de boa parte da produção regional, o que lhe conferiu destaque frente as demais cidades do país (CASTRO, 1948).

O processo de valorização capitalista e acumulação no Recife, assim como em todo o Brasil, nunca foi resultante nem fator do desenvolvimento das forças produtivas, mas sempre se deu muito mais com base na atividade especulativa e na renda da terra. Esse caráter parasitário do capitalismo brasileiro torna-se perceptível ainda hoje, tendo em vista que a burguesia nacional é majoritariamente rentista, não produtiva. A permanência de estruturas arcaicas é perceptível também quando se observa o quimérico fim da escravidão que, de maneira muito conflituosa, desgarrou uma parcela considerável de negros das unidades produtivas do campo sem que essa enorme massa pudesse ulteriormente se inserir em alguma outra atividade econômica. Atraídos para a cidade, onde havia alguma expectativa de inserção nas atividades terciárias então crescentes, essa massa de trabalhadores conviveu e ainda hoje convive com uma série de condições estruturais que os impedem de desenvolver-se e contribuir com a riqueza nacional, tornando-se uma classe inapta, às vezes explorada por relações de trabalhos semelhantes às da extinta escravidão. A mais importante dessas condições é a do acesso à terra. Depois, destacam-se as desigualdades de acesso ao capital social geral e aos espaços políticos de decisão.

A ocupação do sítio físico-geográfico original, como dito, ocorreu através da apropriação dos solos secos e infraestruturados pelas classes mais ricas e brancas, relegando aos trabalhadores negros e

mestiços os solos úmidos e não-infraestruturados. A esses últimos, por sua vez, restava apropriar-se desses lugares por meio de invasões informais, construindo ali mesmo suas moradias. Sobravam-lhes, portanto, os resíduos do espaço, lugares cuja devida ocupação requeriam conhecimentos técnicos e a posse de equipamentos materiais que eles não dispunham (FALCÃO NETO e SOUZA, 1985; BEZERRA, 1965). Em função disso, as diferenças espaciais já se faziam notar. Havia, pois, uma segmentação descontínua do espaço, tendo em vista a complexa estrutura hidrográfica, o perfil insular das terras secas e a difusa disposição dos terrenos úmidos. Não havia, portanto, uma diferenciação espacial nos moldes centro-periferia, uma vez que os dados da natureza local e sua disposição na superfície a impedia.

Essa segmentação descontínua acentuou o desigual processo de implantação das infraestruturas. Os lugares mais firmes e valorizados foram sendo dotados cada vez mais de equipamentos e serviços indispensáveis à reprodução humana saudável e ao exercício da vida pública. Nesses lugares é que se edificou a cidade formal, com todos os seus valores do espaço. Enquanto isso, nos solos inconsolidados e nas encostas, as massas de trabalhadores precarizados tentavam sobreviver, lançando mão de alternativas técnicas e econômicas que, mais tarde, possibilitaram a construção do circuito inferior da economia urbana. De um lado, desenvolveram-se ruas, edifícios, praças e todos os objetos necessários à construção do urbano, constantemente redimensionados por novas levas de interesses, necessidades e desejos. Do outro, a completa ausência desses objetos e a difusão de habitações vernáculas e precárias, também conhecidas por "mocambos". Tratava-se, pois, de palhoças ou casas de poucos cômodos, feitas de pau-a-pique, resíduos de construção e folhas de flandres, geralmente localizadas nas áreas non aedificandi que, mais tarde, vieram a ser incorporadas à União enquanto "Terrenos de Marinha". Esses terrenos, por sua vez, correspondiam aos solos periodicamente banhados pelas águas

oceânicas ou dos rios navegáveis (BEZERRA, 1965; SOUZA, 2002a).

Devido à escassez de terra, as áreas que foram historicamente apropriadas pelas classes mais populares e negras, aos poucos, tornaram-se desejadas também pelas classes mais abastadas. Desde 1850 com a Lei de Terras, mas sobretudo a partir do início do século XX, quando do início da industrialização e do crescimento populacional, a disputa por terras na cidade veio a se acirrar. Para a burguesia rentista urbana, o parcelamento e o mercado de terras sempre foram prósperas e seguras atividades econômicas. Havia, pois, uma crescente busca por terrenos, algo que tomou impulso com o instituto do “Aforamento”. Tratava-se de uma concessão de domínio útil do solo ao ocupante, mediante o pagamento à União, real detentora da propriedade, de uma taxa anual, o chamado ‘foro’. A alienação do domínio útil, por sua vez, tornou muitas terras da União sujeitas ao senhorio e, neste sentido, muitos pagadores de foro passaram a fazer delas uso econômico (SOUZA, 2002a). Com o apoio do Estado, a burguesia rentista urbana passou a expulsar os trabalhadores desses lugares no intuito de praticar aterros e fazer uso econômico dos terrenos²⁶. Isso ocasionou conflitos sociais de monta, sobretudo aqueles relacionados aos direitos de propriedade (FALCÃO NETO e SOUZA, 1985).

Havia, assim, diferentes concepções da propriedade da terra. De um lado, o Estado e a burguesia rentista a tomavam nos marcos do regime de direito e sua apropriação estava circunscrita ao mercado formal. Para os trabalhadores negros e mestiços, entretanto, a propriedade era definida segundo o uso imediato, baseada na posse (Ibidem). As respostas do poder público a tais conflitos quase sempre surgiram no sentido de atender aos interesses da burguesia. As ações do Estado nessa época limitavam-se a medidas discricionárias, embebidas de ideais higienistas e que recaíam implacavelmente sobre os trabalhadores. O urbanismo, diga-se de passagem, surgiu nesta cidade no âmbito do processo de reforma de seu centro, também pautado em

ideais higienistas que visavam a modernizar a cidade, realçando aquilo que nela remetia às paisagens urbanas europeias, ao passo que buscava extirpar violentamente as habitações dos trabalhadores. O início do século XX, por exemplo, viu surgir a famosa “Liga Social Contra os Mocambos”, política implementada pelo interventor Agamenon Magalhães e que tinha por finalidade aterrar alagados, destruir os mocambos e estimular a construção de casas populares por meio da iniciativa privada.

Não foi por acaso que, durante esse período, a reconstrução urbana do centro e a produção de moradias tenham surgido enquanto alternativa ao ordenamento da cidade. Vivia-se, no Brasil dos anos 1930/40, alguns ricochetes da profunda crise de 1929-30 que abalou o mundo, fazendo o capitalismo se reestruturar. O fato mais marcante da crise foi a famosa compra e posterior destruição, por parte do governo brasileiro, de parte da produção de Café do Sudeste, como forma de assegurar os preços e não permitir a desvalorização do produto. Ainda assim, vivia-se uma crise de superacumulação que, no caso brasileiro, foi parcialmente sanada pela conversão de maior parte do capital para a atividade produtiva industrial, algo fortemente capitaneado por iniciativas do Estado. Outra parte desse capital foi utilizada para a urbanização, isto é, para a reforma de localidades urbanas e construção de habitações. É importante aqui lembrar daquilo que afirma Harvey (2008) a respeito da íntima relação entre as crises de superacumulação e a urbanização. No Recife não foi diferente. Como em muitas outras grandes cidades do Brasil, o Recife foi palco de grandes transformações espaciais a partir das décadas de 1930/40, cujos resultados revelaram, acima de tudo, um poderoso crescimento territorial e populacional.

Ainda centrado no sítio complexo de águas e terras do estuário

²⁶ O instituto do Aforamento também proporcionou o surgimento de uma incontrolável especulação imobiliária que só foi parcialmente contornada com o Decreto-Lei 9.760 de 1946, que pôs certa ordem no sistema de compras e aquisição de terras, criando também as condições para o nascimento do mercado imobiliário local (ALVES, 2009).

comum dos rios Capibaribe e Beberibe, tendo apenas alguns bairros e localidades afastadas na planície, o Recife passou a expandir-se vertiginosamente a partir da metade do século XX, seguindo o sentido de vias radiais que interligavam os referidos bairros e localidades com o centro (MELO, 1978). Desde o século XIX, já havia vias que desenhavam um esboço de expansão radial (Figura 02), seguindo para os antigos engenhos de açúcar, onde hoje estão localizados os bairros da Madalena, Engenho do Meio, Várzea e Apipucos (CASTRO, 1969; BEZERRA, 1965). Essas vias, entretanto, tornaram-se vetores da produção do espaço, pois a partir delas é que a cidade foi se expandindo, constituindo uma malha tentacular e segmentada. Nesse mesmo período, outra frente de expansão preenchia os espaços entre vias, fazendo a malha perder sua estrutura tentacular, mas mantendo a segmentação. Esse processo de valorização foi criando um espaço extremamente complexo, permeado por rugosidades naturais e, ao mesmo tempo, diferentes segmentos espaciais.

As décadas de 1950/60 foram marcadas pela implementação, no âmbito nacional, de políticas favoráveis ao desenvolvimento econômico do país, pautadas por um pulsante estímulo ao crescimento industrial que, acreditava-se, fundamentaria um processo de substituição das exportações, fazendo o país deixar de ser agrário-exportador para constituir uma economia desenvolvida e industrializada. As condições para realização de tais políticas tiveram no alargamento da fronteira urbana e na produção expansiva do espaço urbano um de seus pilares (SANTOS, 2015). A busca alucinante pela modernização durante esse período suscitou não apenas a formação da famosa “região concentrada” (SANTOS e SILVEIRA, 2008), como também a industrialização e crescimento populacional de grandes e médias cidades que ofereciam vantagens locais e peso político-econômico no interior de uma região de influência. O Recife foi um exemplo (MELO, 1978; ANDRADE, 1979).

Nessa cidade, a produção expansiva do espaço ampliou as



Figura 02: Sistema viário radial do Recife e seus arredores em 1870;
Fonte: MELO (1978)

condições gerais de produção urbano-industrial para além da capital, com a criação de polos industriais peri-urbanos. Mas também criou condições para o investimento dos excedentes no mercado imobiliário por meio de ofertas habitacionais nas áreas periféricas, com os programas viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação e, depois, pelos loteamentos privados ou promovidos pelas Companhias Estaduais de Habitação (COHABs), levando mais tarde ao processo de metropolização. A maior evidência dessa produção expandida do espaço urbano, além do aumento populacional e da ampliação do tecido urbano, reside no surgimento de estudos e planos urbanos voltados à construção de grandes vias que indicavam a implantação de equipamentos em áreas ainda rurais. Outra prova é a preocupação crescente, a partir da década de 1950, pelos estudos relativos ao processo de desenvolvimento urbano-regional. No Recife, ilustra a vinda do emblemático Padre Lebrete e a difusão dos ideais do Movimento Economia e Humanismo, com suas teses e metodologias para planificação e gestão econômico-social de regiões

subdesenvolvidas. Tais ideais fundamentaram as “Diretrizes de um plano regional para o Recife” (1951), de Antônio Bezerra Baltar, e toda a atuação de intelectuais e das agências de planejamento urbano do Estado.

Mais tarde, em resposta às demandas populares que se inscreviam no contexto de resistência à modernização conservadora do período militar, bem como em respaldo ao incentivo de organizações internacionais para o estudo da “pobreza urbana” no “Terceiro Mundo”, o debate sobre o desenvolvimento urbano-regional voltou-se muito mais à elucidação dos processos criadores de desigualdades espaciais. Toda a agitação política em face da luta do movimento “Terras de Ninguém”, assim como toda a efervescência intelectual em torno do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e da divulgação dos cadastros institucionais das áreas pobres, promovido pela Fundação de Desenvolvimento Urbano, com o apoio do Banco Mundial, no final da década de 1970, exemplifica o que estamos falando (SANTOS e MAHMOOD, 2013).

Interessante é notar que, uma das muitas frentes do processo de metropolização foi a construção de empreendimentos imobiliários sob a forma de condomínios horizontais ou edifícios, concebidos durante o próprio período de atuação do Banco Nacional de Habitação, nas regiões mais afastadas do núcleo metropolitano, onde o preço da terra era consideravelmente mais barato. A vida comunitária, ou baseada na identidade e no convívio de bairro ainda eram predominantes no Recife e, até aquele momento, os condomínios não haviam se tornado a forma mais comum de habitar nessa cidade. Neste sentido, os enclaves foram introduzidos inicialmente nas áreas mais periféricas, ou até mesmo no limiar entre a cidade e o campo, funcionando como vetores do processo de expansão do espaço urbano. O surgimento de enclaves nas áreas centrais do núcleo metropolitano apenas veio a ocorrer mais tarde, quando o então processo de produção foi redimensionado e o padrão de valorização e consumo do espaço foi consequentemente

transformado.

Antes, porém, as áreas centrais e os bairros mais consolidados já passavam por importantes mudanças que redefiniram suas formas predominantes de sociabilidade. A explosão populacional das décadas de 1960/70 foi, sem sombra de dúvidas, uma delas, pois introduziu uma grande massa de trabalhadores em áreas menos privilegiadas. Acreditamos que, como resultado desse movimento, diferentes classes sociais, inclusive grupos sociais até então desconhecidos, advindos de outras cidades, passaram a conviver de maneira mais frequente e, conseqüentemente, também conflituosa com os antigos moradores da cidade. Até as referidas décadas, muitos dos principais bairros centrais da cidade do Recife mantinham uma vida comunitária e uma vivência do espaço público que foi aos poucos solapada em função do medo da nova vizinhança. O primeiro reflexo foi a centralidade tomada por esse sentimento, que passou a definir a convivência social e a estética arquitetônica. Os antigos habitantes pararam de frequentar as ruas, fecharam-se em suas casas, aumentaram os seus muros e instalaram adereços de segurança, como cercas de arame e ofendículos.

Vale dizer que, entre as classes altas e médias urbanas, sempre houve o hábito de construir uma segunda residência para férias, seja em área de praia (vilegiatura marinha) ou no interior do Estado (vilegiatura campesina), sendo ela tratada como refúgio necessário ao descanso da agitada vida urbana. Essas casas de veraneio, por sua vez, eram quase sempre concebidas em conjunto, próximas e dispondo de serviços e equipamento comuns, de forma a diminuir os gastos com manutenção. Havia, pois, verdadeiros condomínios de casas de férias, sendo este tipo de moradia um protótipo dos atuais condomínios urbanos. Acreditamos que esse modelo de habitar foi posteriormente introduzido na cidade por dois motivos: primeiro, o cotidiano metropolitano tornou-se cada dia mais tenso e violento; depois, os gastos com segurança, cada vez mais elevados em função da alta demanda, poderiam ser compartilhados por grupos de pessoas que

comungassem as mesmas ideias e valores. Esse desejo e as mudanças que eles apontavam foram plenamente concretizadas, sobretudo, no processo de consolidação e crescimento de alguns bairros da zona Sul da cidade, tais como Boa Viagem e Pina (Figura 03). Nesses bairros, como em nenhum outro, difundiu-se uma vida aferrada em enclaves fortificados, haja vista a propagação de diversos condomínios edilícios. Além disso, entre as décadas de 1980/90, houve uma mudança notável no mercado imobiliário e em suas estratégias publicitárias que, deixando de apenas tentar convencer as classes médias urbanas a morar em condomínios edilícios luxuosos, passaram a propor esse tipo de moradia como algo cada vez mais indispensável, numa cidade marcada pela violência (LOPES, 2008).

A valorização de algumas regiões periféricas, a escassez de terras propícias à implantação de unidades residenciais, a distância em relação ao centro e, sobretudo, o forte crescimento populacional representaram um embargo à forma pela qual o espaço urbano vinha sendo produzido. Na verdade, entre as referidas décadas de 1980 e 90, houve a já mencionada mudança no padrão de valorização do espaço, sobretudo quando da irrupção de planos de reforma urbana dos bairros centrais da cidade. Não se tratava mais das reformas urbanísticas do início do século que tinham o claro objetivo de modernizar a cidade em atenção a algumas prescrições sanitárias e de mobilidade, seguindo preceitos estabelecidos pela matriz modernista/funcionalista do urbanismo. As reformas das décadas de 1980-90 relacionavam-se muito mais a uma tentativa de inserir certos lugares da cidade à dinâmica econômica global de consumo do espaço pela via do turismo. Foi com esse propósito, inclusive, que surgiu o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (1995) e, mais tarde, o Projeto Capital (2000).

Elaborado entre os anos 1993 e 1995, o Plano de Revitalização do bairro do Recife, conduzido pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), tinha como objetivo definir uma área de intervenção no



Figura 03: Orla do bairro de Boa Viagem atualmente; Fotografia: o autor, 2018

centro histórico, integrando a zona portuária com o restante do bairro, de forma a transformá-lo, com base na atividade especulativa e empreendedora, em um centro de atrações turísticas. Esse plano subdividia-se em dois: o "Cores da Cidade", que visava a restaurar e valorizar as fachadas das edificações antigas; e o "Pólo Bom Jesus", que procurava revitalizar a rua Bom Jesus, de forma a ampliar as atividades comercial e de entretenimento no bairro (GOMES, 2006). O Projeto Capital, por sua vez, consistia em um plano estratégico inspirado em experiências internacionais que reunia um conjunto de operações para os bairros centrais e ao sul da orla oceânica, de forma a integrar diferentes territórios da cidade aos fluxos econômicos globais (BITOUN, 2001). O surgimento de ambos os planos demonstra que o objetivo, a partir de então, não era mais utilizar o excedente econômico em ofertas habitacionais nas áreas periféricas ou na ampliação das condições de produção urbano-industrial, mas em práticas regenerativas em áreas antigas, sob o fito de integrá-las às dinâmicas da acumulação global.

De certa forma, desde a década de 1970, já havia uma predisposição dos investidores em acolher essa mudança. Os inúmeros

programas de urbanização de áreas consolidadas ou de financiamento de lotes urbanizados que marcaram uma última e menos burocrática fase do Banco Nacional de Habitação exemplificam isso. Pode-se dizer, inclusive, que as próprias pressões populares no âmbito da luta pela permanência no lugar e pelo Direito à Cidade contribuíram à supracitada mudança. Em que pesem as evidentes diferenças de escopo político e econômico, os movimentos de luta pela regularização de áreas pobres centrais, junto ao mercado imobiliário, contribuíram, cada qual de sua maneira, para a proeminência da reprodução do espaço sobre a produção expansiva. Em vez de objetivar o avanço da cidade sobre as áreas rurais, ambos buscavam transformar as áreas mais centrais e consolidadas da cidade, de forma a acolher mais pessoas e novas formas de consumo do espaço.

O fato é que, a partir das décadas de 1980-90, passou-se a primar muito mais pela reprodução do que pela produção do espaço. Vem desse período, inclusive, o abandono da maioria dos Planos de Desenvolvimento Metropolitano e a irrupção dos projetos de identificação e tombamento dos sítios históricos. Os grandes planos viários foram engavetados e substituídos por pequenas infraestruturas de interligação entre bairros (GOMES, 2014). Paradoxalmente, e em consonância a um movimento internacional de preservação do patrimônio urbano coletivo, houve um conflituoso processo de zoneamento e preservação de estruturas arquitetônicas antigas, no intuito de que elas fossem novamente usadas depois da concretização de processos de revitalização. Os planos de revitalização e requalificação são modelos de reforma urbana que, mesmo preservando as formas estético-arquitetônicas, transformaram profundamente seu conteúdo, possibilitando o investimento de vultosos recursos econômicos. São, por fim, formas de reprodução do espaço urbano que se acham cada vez mais difundidas na esteira da recepção entusiástica do ideário do empreendedorismo urbano e dos modelos de planejamento estratégico.

Vetores e tendências do atual processo de fragmentação

A proeminência da reprodução sobre a produção, entretanto, não é de modo algum absoluta. Em vez disso, há situações híbridas, em que se pode constatar tanto um processo de produção expansiva quanto de reprodução do espaço. Exemplo neste sentido é a construção de uma nova centralidade no Oeste metropolitano impulsionada pelas obras da chamada “Cidade da Copa”. O retorno dos investimentos públicos no espaço urbano ocasionados pelo “neodesenvolvimentismo” da última década foram responsáveis pelo surgimento de inúmeras obras de infraestrutura, sejam em áreas centrais consolidadas, ou em áreas periféricas e pouco ocupadas (VAINER, OLIVEIRA, LIMA JÚNIOR, MARICATO, 2014). O hibridismo, neste caso, consiste exatamente na peculiaridade dessas obras em aproveitar estruturas já consolidadas no espaço e, a partir delas, lançar novos processos de valorização, avançando para regiões pouco ocupadas da metrópole. No Recife, é extremamente ilustrativa a utilização das rodovias BR-232 e 408, bem como a Avenida Belmino Correia em Camaragibe (de onde parte o Ramal Arena Pernambuco) e as ruas Gastão Vidigal e Vale do Siriji, no bairro da UR7-Várzea, como acessos para a cidade da Copa (Figura 04) e para o setor Oeste em expansão.

Tais obras têm possibilitado também o surgimento de empreendimentos imobiliários periféricos, os quais Davis (2006) chamou de Off World. No município de Camaragibe, no distrito de Aldeia, por exemplo, há muito se difundem loteamentos, condomínios e sítios murados, com forte aparato de segurança. Entre os municípios do Recife, Jaboatão e Moreno, os loteamentos fechados Alphaville Francisco Brennand e Três Lagoas constituem outros exemplos desse tipo de enclave. Eles surgem ao mesmo tempo em que as áreas mais centrais têm sido tomadas pela construção de condomínios edilícios, como os que dominam a paisagem dos bairros do Pina e Boa Viagem.

Por isso argumentamos que esses enclaves fortificados, sejam em áreas centrais ou periféricas, constituem formas de diferenciação que caracterizam a própria atualidade da valorização e do consumo do espaço nessa cidade e em sua região metropolitana.



Figura 04: Arena Pernambuco; Fotografia: o autor, 2018.

O referido loteamento fechado Alphaville Francisco Brennand, por exemplo, consiste em um caso extremamente ilustrativo e que requer uma análise acurada. Sua implantação se deu na esteira da valorização de inovações no produto imobiliário, como os ‘bairros planejados’ e os ‘condomínios clube’, pensados sob “novos” paradigmas de acumulação urbana e novas convenções. Tais loteamentos, por sua vez, orientam gostos e escolhas residenciais com base nos conceitos de sustentabilidade e qualidade de vida. Sua implantação, entretanto, está repleta de controvérsias e irregularidades. A principal delas, conforme destaca Barroso (2015), é o próprio fato de corresponder a um loteamento, regido pela lei de parcelamento do solo (Lei Federal 6.766/1979), mas cujo acesso é limitado por muros e aparatos de segurança. Trata-se, pois, de uma ilegalidade, uma vez que todo parcelamento constitui mais uma região para a cidade, devendo

possuir equipamentos públicos em que o acesso não deve ser regulado. Seu encerramento constitui uma apropriação do espaço público. O decreto 099/2011 do município de Jaboatão dos Guararapes, entretanto, procurou reverter a situação, autorizando a loteadora e os proprietários a fazer uso privativo do arruamento e dos espaços públicos localizados no perímetro, numa clara e inconstitucional afronta à supracitada Lei Federal.

Os loteadores do Alphaville Francisco Brennand tomam proveito de dois fatores distintos que, juntos, atuam na valoração do ativo imobiliário: a proximidade de amenidades naturais, possibilitadas pelos remanescentes de mata atlântica, pelo reflorestamento, e pelos cultivos e pastos que se situam na periferia do tecido urbano metropolitano; e a interligação com importantes rodovias que permitem o acesso ao núcleo metropolitano, ao centro do Recife e aos serviços que ali são oferecidos. O loteamento oferece, portanto, a possibilidade de um afastamento relativo da cidade. Entretanto, as três etapas do loteamento cercam o Curado, bairro pobre periférico e extremamente precário do município de Jaboatão dos Guararapes. Por isso, há uma grande disparidade socioeconômica na paisagem local e o robustecimento de uma tensão social que, muito provavelmente, acarretará no aumento da violência e do sentimento do medo em um futuro próximo.

A Reserva do Paiva é outro empreendimento que se situa às margens do tecido metropolitano, aproveitando-se de estruturas já consolidadas, mas lançando novos processos de expansão do espaço urbano para áreas antes pouco ocupadas. Implantada nas propriedades das empresas imobiliárias Terrenos e Construções S.A e Terrenos e Construções RG Ltda, ambas pertencentes à poderosa família Brennand, a Reserva do Paiva corresponde a um empreendimento imobiliário e, ao mesmo tempo, empresarial. Estendendo-se por quase toda extensão da praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, o empreendimento faz a interligação litorânea entre o centro

metropolitano e o Complexo Industrial e Portuário de Suape, no município de Ipojuca. A área do empreendimento conta a seu favor com uma série de amenidades naturais e um certo isolamento em relação ao demais bairros do município, de forma a configurar um espaço exclusivo. Foi com vista a explorar esse exclusivismo que os empreendedores buscaram constituir um espaço restrito e sofisticado, destinado a grupos sociais muito específicos, dotado de edifícios empresariais e residenciais, resorts, marinas, hotéis, bem como centros de gastronomia e lazer (BARBOSA, 2014). O local que também era conhecido pela tradicional “Festa da Lavadeira”, hoje tem seu acesso controlado por pedágios, seguranças particulares e leis municipais que impedem a visitação dos mais pobres.

O espaço metropolitano torna-se cada vez mais diferenciado também em função dos condomínios edilícios que se constituem em seu núcleo. O mercado imobiliário recifense desenvolveu-se de maneira jamais vista nas últimas décadas, levando ao fortalecimento do processo de verticalização, o acirramento do mercado em bairros tradicionalmente valorizados e utilizados para a prática da especulação, e o aparecimento de empreendimentos em bairros onde antes não havia tanta procura, na perspectiva de se apropriar de eventuais vantagens locacionais. Grandes obras públicas, muitas das quais pensadas no rastro de intervenções que denunciam os atuais vetores de reprodução do espaço urbano (ALBUQUERQUE e GOMES, 2015), possibilitam a entrada de vultosos capitais, com largos aportes do mercado financeiro, na construção de condomínios resorts. Este é o caso do Evolution Shopping Park (Figura 5), do Condomínio Le Parc e do Projeto Novo Recife, enclaves concebidos na esteira das inovações do produto imobiliário e que se apoiam nas ideias de segurança, exclusividade e sustentabilidade.

O Evolution Shopping Park é um condomínio incorporado pela empresa Moura Dubeux, uma das maiores do ramo na região, que se situa ao lado do Shopping Center Recife, no bairro de Boa Viagem.



Figura 05: Torres do empresarial “Queiroz Galvão” e, ao fundo, o condomínio Evolution Shopping Park; Fotografia: Yasmin Lino, 2018

Trata-se de um empreendimento que se utiliza de sua proximidade ao referido shopping para repassar uma imagem de segurança, realçando o acesso exclusivo que os moradores podem usufruir ao adquirir um de seus imóveis. De fato, o condomínio acha-se integrado ao shopping, de forma que seus moradores têm acesso exclusivo ao cento de compras. Já o condomínio Le Park (Figura 6) surgiu da associação entre o poderoso grupo JCPM e a joint venture formada pelo grupo Cyrela e a construtora Andrade Mendonça. Trata-se de outro condomínio resort que tem como mote de sua peça publicitária a “proximidade e a integração com a natureza”, pois situa-se próximo à Zona Especial de Proteção Ambiental “Parque dos Manguezais”, no bairro de Boa Viagem. Esse empreendimento, portanto, utiliza-se de sua proximidade à referida área de proteção para reforçar sua imagem de resort urbano, dando a entender que se trata de um condomínio sustentavelmente integrado ao ecossistema local (CAVALCANTI, 2011).

O Projeto Novo Recife (Figura 7), por fim, corresponde a um



Figura 06: Condomínio Le Parc; Fotografia: Yasmin Lino, 2018.

empreendimento imobiliário de caráter particular, proposto por um consórcio de quatro empresas do ramo: Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. Ele foi idealizado por sobre o Terreno da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), adquirido pelo consórcio através de leilão. Mesmo em situação irregular, tendo em vista o não atendimento de estudos obrigatórios, ele pode ser implementado em uma localidade mercadologicamente valiosa da cidade: no Cais José Estelita, localizado entre os bairros do Cabanga e de São José, e próximo ao histórico Forte das Cinco Pontas. (SANTOS e GOMES, 2016).

O consórcio objetiva construir no lugar treze (13) edifícios modernos que variam entre 20 a 40 pavimentos, destinados a habitações de alto padrão, redes hoteleiras e escritórios empresariais. Há muito se discute o caráter privatista e segregador do empreendimento, sendo apontado por Santos e Gomes (2016) como: vetor de fragmentação; de descaracterização do lugar; e de impactos físico-ambientais. É por isso que, segundo os autores, o "novo"



Figura 07: Imagem virtual do Projeto Novo Recife; Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/projeto-novo-recife/page/3/>; Acesso em: 03 de novembro de 2017

sugerido por esse projeto não acrescenta nenhuma novidade substancial, constituindo em vez disso um processo de des-revalorização orientado segundo interesses estranhos ao lugar, e que seguramente desencadeará mais desigualdades.

Da "insularidade natural" à "insularidade social"

O Recife foi uma cidade construída pelos seus rios, disse Josué de Castro (1969, 1957) ao caracterizar o sítio físico-geográfico dessa cidade. Tratava-se de uma planície aluvial constituída de penínsulas, mangues e alagados entrecortados por rios que ziguezagueavam toda a sua extensão, formando ilhas. Esse sítio insular, afirmava Castro (1969), foi que atraiu os holandeses, fazendo-os preferir a referida planície à colinosa Olinda para construir sua cidade portuária. Foi essa insularidade, semelhante àquela encontrada nas principais cidades neerlandesas, que encorajou os invasores a fincar as bases de seu

domínio mercantil, escolhendo a Ilha de Antônio Vaz como ponto irradiador de uma cidade que deveria se expandir radialmente, acompanhando suas pontes e avenidas. O Recife é, portanto, uma cidade em que a presença de ilhas estuarinas configurou um fator para sua origem, constituição e expansão.

A princípio, a produção do espaço encontrava nessa superfície intermitente de águas e terras um obstáculo para sua expansão contínua. Mas, esse obstáculo foi logo vencido pelas pontes. Veneza brasileira, o Recife é a cidade em que suas pontes são o cartão postal e a via de integração de suas ilhas. As pontes atestam definitivamente o fator de insularidade natural a partir do qual o Recife se edificou segmentadamente, com seus sobrados e palácios, mas também com seus mocambos. Interessante é notar a mudança, ocorrida no transcurso dos anos, do caráter dessa insularidade. Se antes ela era natural, hoje ela é cada vez mais social.

A conversão da condição de insularidade natural para social acompanhou precisamente o processo de valorização e consumo do espaço. Essa é uma perspectiva possível de compreensão desta cidade. Por se tratar de uma região periférica, a valorização a partir da qual o espaço da cidade foi constituído em nada se assemelha com aquela que ocorreu nas cidades dos países centrais. Aqui, a natureza foi inicialmente apropriada na pilhagem conduzida pela metrópole portuguesa. Depois, os colonizadores foram responsáveis pela instalação de diferentes sistemas de engenharia, muitos dos quais modernos para os próprios europeus. De ambiente natural, com a presença de povos primitivos em regime de comunidade, a região passou em pouco tempo a receber valores do espaço semelhantes àqueles existentes na Europa e um conjunto de relações sociais pautadas na exploração e na acumulação. Este salto ocasionou um rápido, violento e desigual processo de valorização, cujas marcas sociais e ambientais permanecem até os dias de hoje.

Conforme dito acima, no transcurso histórico de formação da

cidade, as terras firmes e secas foram tomadas pelas classes mais abastadas, deixando as terras úmidas e mais difíceis de estabelecimento para as classes mais pobres. Depois, quando da instalação dos valores ao solo, os lugares dos mais ricos receberam, tanto por iniciativa do Estado como por via particular, as infraestruturas necessárias ao exercício da vida moderna, em sintonia com os princípios éticos e estéticos hegemônicos, levando seus bairros a serem devidamente incorporados ao conjunto daquilo tratado como cidade formal. Enquanto isso, os mais pobres tiveram que, por iniciativa própria, lançar mão de seus circuitos precários, dotando seus lugares de valores diferentes daqueles considerados normais, muitos dos quais concebidos a partir de preferências estéticas e destinados à convivência ética possíveis. Esse processo de segmentação tem resultado em um espaço complexo e descontínuo, onde o quadro geomorfológico insular combina-se com bairros de diferentes perfis de classe.

A referida conversão tem no modelo arquitetônico praticado outro aspecto do qual vale algumas considerações. Os conceitos e partidos trazidos pelos colonizadores e cristalizados na sociedade sempre tiveram como fundamento a reprodução de formas adequadas ao ambiente e ao modo de vida europeu, desconsiderando muitas vezes o clima e o ambiente local. A Casa Grande é o exemplo mais eloquente. Autônoma e indiferente ao seu entorno, essa habitação contribuiu à fixação de uma tendência na construção do habitat em que o entorno é sistematicamente negado (LEITÃO, 2005). Essa autossuficiência e segregação da Casa Grande a tornava uma ilha incravada no ambiente tropical. Da mesma forma ocorreu com os sobrados, tratavam-se de habitações notadamente destacadas da realidade urbana da época. A cidade do Recife cresceu ocupando toda a paisagem insular. Mas, em certos aspectos, o espaço resultante constituiu um espectro moderno dos engenhos coloniais, pois como se não bastassem as diferenças espaciais, o isolamento e desprezo das habitações dos mais ricos em relação ao entorno permaneceu vivo.

A segmentação fundada na desigualdade social e a segregação alicerçada no desejo de distinção, foram se tornando cada vez mais complexas, na medida em que a cidade acolhia grandes levas de trabalhadores, com suas estratégias de sobrevivência e seus circuitos econômicos precários. Logo, gigantescos bairros pobres não só passaram a existir, como a marcar decisivamente a paisagem. A violência e o sentimento do medo também entraram nessa equação, fomentando o surgimento de enclaves segregados. Hoje, pode-se dizer que a cidade se fraciona em função da generalização da vida entre-muros e dos empreendimentos privados citados no item anterior.

Os princípios que orientam e justificam a vida entre-muros correspondem aos da vida guarneçada e comunitária. Os enclaves que eles ensejam constituem-se mediante um nítido processo de isolamento e implosão da convivência pública que, muitas vezes, contribui ainda mais à difusão do medo. Este sentimento, por sua vez, é hoje o grande princípio ético e estético da vida urbana no Recife. Os condomínios e loteamentos fechados, cada vez mais comuns nessa cidade, comprometem uma socialização voltada à cidadania, constituindo uma verdadeira ameaça ao espaço público, lugar do encontro e da política. Essa insularidade social corresponde ao espaço onde vigora um “declínio do homem público”. Ela aponta em direção a uma sociedade cada vez mais intimista, conforme assevera Sennet (1989). Por isso, Souza (2000, p. 207) afirma que:

Enquanto ambientes de socialização primária, os condomínios auto-segregados são, ademais, estímulos à geração de anticidadãos, estreitando os horizontes convencionais de adolescentes e jovens e contribuindo para incutir em seu imaginário uma ideia de cidade que, de certo modo, significa a dissolução da cidade enquanto um espaço do encontro, ainda que esse encontro seja tenso e conflituoso.

Nos dias atuais, a ausência do encontro e a inexistência de um espaço para o debate público robustece as atuais formas de gestão urbana neoliberais, para as quais, em se tratando de planejamento e

gestão urbanos, pouca coisa deve interessar ao cálculo político e ao debate democrático. É desse vácuo de cidadania, e sob a alegação de que “não há alternativa”, que o empreendedorismo urbano se firma como *modus operandi* do planejamento. Tem-se, assim, o surgimento de uma “cidade pós-política”, conforme sugeriu Swyngedouw (2012), em que a busca de consensos substitui o cotejamento entre diferentes posições políticas. Este autor afirma que, além de se distanciar de considerações reguladoras e distributivas, as atuais formas de planejamento e gestão urbanos pautam-se em redes de governança compostas por atores que, em sua grande maioria, compartilham uma mesma visão dos problemas urbanos e das técnicas consideradas necessárias ao seu enfrentamento. É com base nessa coesão em termos de perspectiva que a rede e a geração de consensos se tornam possíveis, ao mesmo tempo em que as agendas conflitantes e os projetos radicalmente divergentes são tratados com desprezo. Essa abordagem de governo puramente gerencial, despida da necessária politização, Zizek (2006) também chamou de “pós-política”.

O conflito entre diferentes projetos tem sido substituído, segundo Swyngedouw (2012), por um associativismo colaborativo de tecnocratas que, nos marcos daquilo que é imposto como única alternativa e seguindo agendamentos políticos e engenharias sociais presumidamente democráticas (mas definida nos moldes top-down), elaboram interpretações e elegem ações que jugam necessárias e suficientes para a transformação positiva da realidade urbana. Mas, o resultado é uma cidade à deriva, sem controle. Fragmentado, o Recife é uma cidade que caminha a passos largos para a desintegração de seus espaços públicos. Como se não bastasse o crescente encerramento das classes mais abastadas em enclaves e o abandono da convivência pública, o pensamento unidimensional no planejamento urbano, cuja sustentação reside no discurso competente e apolítico (GOMES, 2015), prepara o terreno para uma verdadeira atomização de grupos e indivíduos, ocasionando um retorno à situação insular de grupos e

sociabilidades solitárias, numa espécie de exemplificação periférica da “solidão na multidão” das metrópoles modernas, tão bem registrados por Baudelaire (1985), por Simmel (2005) e por Benjamim (1994).

A insularidade social é, pois, a manifestação local da fragmentação, da vida entre-muros. A cidade do Recife encontra-se cada vez mais fragmentada por condomínios, loteamentos fechados e shopping centers que encerram entre seus muros a convivência de diversos grupos sociais, interferindo negativamente no espaço público.

2.2 Planejamento urbano e fragmentação do espaço

Tudo isso não se constituiria sem que o Estado e a legislação vigente, no que tange ao uso do solo, fossem condescendentes. Como vimos, a criação de determinados valores do espaço, bem como o modo de produção que ela respalda, requerem um conjunto de relações sociais essenciais sem as quais eles mesmos não poderiam existir. O ordenamento e as práticas de planejamento e gestão urbanas do Recife, ao estabelecer zoneamentos, discriminar parâmetros construtivos e direcionar o crescimento da cidade, contribuíram, ainda que indiretamente, ao processo de fragmentação ou à constituição da supracitada insularidade social, pois sempre se apoiaram em princípios que negavam a diversidade de usos e o acesso democrático a cidade, preconizando muito mais a padronização, o controle e a atuação quase anárquica do capital imobiliário.

Marcos normativos e práticas urbanísticas

Os primeiros e mais singelos marcos que visavam a ordenar o uso do solo na cidade do Recife, excetuando-se aqueles vigentes no período de dominação holandesa, foram os códigos de condutas provenientes do reino português, baseados nas Ordenações, que discriminavam os sistemas de representação municipal, as disposições

sobre abastecimento, limpeza e saúde públicos, bem como as padronizações para obras públicas. Nelas, como em outros marcos normativos do período, buscava-se a centralização da administração colonial e o controle sobre as riquezas e a sociedade. Elas foram implementadas sem que fossem alteradas as condições iniciais de acesso à terra, isto é, a concessão de sesmarias. Assim, em função da forma pela qual era ordenada a apropriação e o uso do solo pela Coroa, foi se constituindo uma grande concentração fundiária e um rígido controle sobre arranjo dos espaços das vilas e cidades. Essa situação perdurou até o século XIX quando: o regime colonial-escravocrata foi sobrepujado pelo Império; o regime de sesmaria foi encerrado e, em seu lugar, instituída a Lei de Terras; e os municípios puseram-se a dispor da administração e do planejamento de suas sedes de forma mais autônoma (SOUZA, 2002b; REZENDE, 2005; REIS FILHO 1968, 1994).

As cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX estavam em franco processo de crescimento, por conta mesmo da chegada de um enorme contingente de antigos escravos, imigrantes e trabalhadores do campo, justificando a irrupção de planos de reforma urbanística e reorganização dos seus espaços. Chegavam também ao país os ideais modernos, influenciando uma grande leva de administradores, arquitetos e engenheiros. No âmbito da formulação de grandes obras públicas, esses profissionais passaram a constituir a intelligentsia com base na qual foi tomando corpo a cultura do planejamento urbano no Brasil. Inspirados em modelos racionalistas de ordenamento, esses intelectuais introduziram no país as práticas do zoneamento, objetivando com isso disciplinar os usos do solo e direcionar o crescimento da cidade. No Recife, os processos de valorização e consumo, e a resultante fragmentação do espaço, não se constituiriam sem as normativas Estatais de zoneamento historicamente implementadas, pois elas sempre pressupunham a divisão e a padronização de usos do espaço, envolvendo desde

determinados princípios éticos até tipos estético-arquitetônicos nas construções, permitindo também ampla liberdade para os promotores imobiliários.

A primeira lei que visava claramente repartir a cidade para ordenar seu uso e direcionar o contínuo processo de valorização e consumo data de 11 de setembro de 1919. A Lei 1.051, formulada pelo Conselho Municipal do Recife, criou o primeiro zoneamento da cidade, regulamentando a lei nº 868/18 que estabelecia quatro diferentes zonas: o Perímetro principal; o Segundo perímetro, o urbano; o Terceiro perímetro, o suburbano; e o Quarto perímetro, o rural. O primeiro perímetro compreendia os bairros do Recife, de São José, Santo Antônio e Boa Vista. Nele, assim como sobre o perímetro urbano, ficou determinado a proibição da construção de mocambos ou habitações de baixo padrão, numa clara tentativa de afastar esses tipos de moradia do centro da cidade. O perímetro principal, portanto, recebeu determinados parâmetros de afastamento entre edificações e diretrizes para seu embelezamento (ALVES, 2009). A partir desse zoneamento ficou determinado também que o perímetro periférico, o rural, seria o lugar onde se poderia construir mocambos e chalés, obedecendo-se a parâmetros específicos de afastamento entre as construções, sob o fito de constituir uma dualização centro-periferia no mapa da cidade.

Essa tentativa não foi bem-sucedida, posto que os mocambos se desenvolveram por todos os lugares, inclusive naqueles incluídos no perímetro principal. O maior efeito da normativa, porém, foi o encarecimento do valor do solo nos primeiros perímetros. Isso fez com que fosse constituindo, desde então de forma institucionalizada, uma elementar segmentação do espaço. Uma segmentação descontínua, vale lembrar, tendo em vista a complexa rede hidrográfica e a confusão entre solos firmes e encharcados. Não obstante, era um processo que lançava as bases para uma diferenciação amparada na desigualdade social, jungido de um forte componente ético e estético, uma vez que

este zoneamento também apontava para a necessidade de afastar das regiões mais centrais e embelezadas, as habitações precárias e a população negra e mestiça. A percepção que prevalecia do espaço urbano moderno era aquela semelhante ao das cidades europeias, para o qual Paris servia de maior exemplificação.

É exatamente por isso que na década de 1930 insurgiram os planos de remodelação do bairro de Santo Antônio, num extenso processo que só veio a culminar na década de 1940 com a construção da Avenida Guararapes. Em 1927, na gestão do prefeito Joaquim Pessoa Guerra, foi realizada uma reforma no bairro do Recife. Firmou-se um contrato com a Companhia Construtora do Norte do Brasil, sob a liderança do engenheiro Domingos Ferreira, para a elaboração de um projeto capaz de livrar o bairro de Santo Antônio do seus “aspectos anti-higiênicos e atrasados”. Esse projeto foi revisto mais tarde pelo Clube de Engenharia, sendo substituído por outro formulado pela Comissão do Plano da Cidade, sob a liderança de Nestor de Figueiredo. Esse segundo plano, por sua vez, foi substituído pelo de Atilio Corrêa Lima em meados da década de 1930. O projeto efetivamente executado foi um reformulado pela Comissão do Plano da Cidade, com o aporte do engenheiro Ulhôa Cintra, já no governo do interventor Novaes Filho, tendo sido construído sob fortes problemas financeiros e sociais. Em 1944, por exemplo, para a finalização da obra, foi desapropriada e destruída a famosa Igreja do Paraíso, fato esse que gerou muito descontentamento (OUTTES, 1992, 1997).

Ainda no Estado Novo, foi posta em prática também uma verdadeira cruzada contra as habitações dos trabalhadores negros e mestiços, no intuito de retirá-los da moderna cidade que se imaginava surgindo por meio dos melhoramentos. Tanto nas reformas, como na Liga Social Contra os Mocambos, havia uma tentativa velada de segmentar a cidade, cada vez mais com base em separações entre formas de valorizar e consumir o espaço. Tratava-se, pois, de formas mais elementares de fragmentação, de constituição da referida

insularidade social, algo que foi sendo cada vez mais robustecido com as legislações e ações institucionais posteriores.

Em 1936, sob o calor das reformas no centro, foi reformulada a lei de zoneamento, sob a batuta do Clube de Engenharia e do arquiteto e urbanista Atilio Correia Lima. Por meio do decreto 374, de 12 de agosto, os quatro perímetros (então chamados de zona) foram estendidos sobre o mapa da cidade e, no interior de cada um, foram definidas subzonas funcionais (residencial, comercial ou industrial). O novo zoneamento dividiu ainda mais a cidade e reafirmou os princípios higienistas, na medida em que proibiu definitivamente a construção de chalés, casa de taipa ou mocambos na cidade (ALVES, 2009).

O zoneamento de 1936, também chamado de Código de Obras, somado ao decreto 27, de 15 de julho de 1946, contribuíram também para a valorização dos bairros centrais, pois possibilitaram uma maior verticalização dessas áreas. A Lei 2.590, de 24 de novembro de 1953, por sua vez, incorporou os bairros do Pina e Boa Viagem à zona principal, atribuindo-lhes altos parâmetros construtivos e de verticalização (ALVES, 2009). Isso funcionou como um verdadeiro incentivo para a ocupação e valorização da região sul, bem como para a instalação de condomínios edilícios naquela área, conforme já mencionamos no subcapítulo anterior. Na década de 1950, vivia-se no país um forte processo de modernização, baseado na instalação das condições urbano-industriais e no processo de valorização expansiva do espaço pela via da ampliação da fronteira urbana. O excedente da economia nacional investido na valorização do espaço não foi capaz, entretanto, de dar conta das desigualdades sociais e, em vez disso, ampliou os bolsões de pobreza urbana.

Foi no rastro de permanências das desigualdades urbanas, bem como na tentativa de superá-las, que as ideias do Movimento Economia e Humanismo encontraram na cidade um solo fértil para sua propagação. Para tanto, concorreu as contribuições do Padre Lebreton para a reformulação institucional e metodológica das agências de

planejamento, bem como na difusão de seus princípios humanistas. Compreendendo que os problemas urbanos são cada vez mais regionais, Antônio Bezerra Baltar, grande interlocutor do Lebrez, foi autor do já mencionado estudo que visava à planificação e gestão econômico-social da região metropolitana (antes mesmo de sua institucionalização) (PONTUAL, 2014). Entretanto, as teses e metodologias do referido movimento não foram capazes de fazer frente ao já embrionário processo de fragmentação do espaço, sobretudo porque as formas de valorização e consumo continuaram seguindo seu rumo desigual. Além disso, o Golpe de 1964 interditou os canais de participação popular e suprimiu as preocupações sociais no planejamento e no interior do próprio Estado. Um novo zoneamento instituído em 1961, por sua vez, estabeleceu um grande período de estímulo à consolidação de mais desigualdades.

Por meio da lei 7.427, de 19 de outubro de 1961, foi então substituído o antigo Código de Obras. Neste novo código, a zona urbana (agora chamada de setor urbano) tornou-se ainda maior, também subdividido em zonas funcionais, ratificando o código anterior no que tange à proibição do surgimento de moradias precárias. O que a supracitada lei trouxe de especial foi a regulamentação de loteamentos e conjuntos habitacionais, preocupando-se também com a transformação do padrão urbano ao introduzir os conceitos de Parque, Jardim e Sítio, alterando, inclusive, o carácter das novas ofertas imobiliárias (ALVES, 2009). Está claro que a ideia de cidade-jardim já vinha sendo usada pelo mercado desde muito antes, e a busca de segurança, conforto e vida comunitária já se faziam presentes. Portanto, desde essa época, o medo já se instaurava como princípio ético e estético da valorização e do consumo do espaço, faltando apenas o Estado legislar nesse sentido.

Talvez por isso, durante todo o período de atuação do Banco Nacional de Habitação, a maior parte dos empreendimentos viabilizados tenha sido concebida em enclaves. Há, com efeito, modelos arquitetônicos de habitações, para as classes médias e altas urbanas, que

foi e ainda hoje são replicados nas atuais ofertas imobiliárias, com breves mudanças e adaptações. Quase todos eles, conforme já mencionamos, eram desenhados no interior de enclaves, já que a violência e o sentimento do medo eram crescentes. A explosão populacional e o acirramento das desigualdades, conforme expomos nos subcapítulos anteriores, impulsionou a necessidade do auto-isolamento das classes médias urbanas e a segregação. Somados o esvaziamento das praças e ruas e a irrupção de uma arquitetura belicista, estavam constituídos os elementos mais fundamentais de um movimento de implosão dos espaços públicos. Note-se que foi exatamente no período autoritário, de endurecimento da política urbana e de forte atuação do mercado imobiliário, que a fragmentação tomou contornos muito mais visíveis.

Por outro lado, o final da década de 1970 e início de 1980 foi também marcado pelo ingresso, no debate público, de temas atinentes à pobreza urbana e ao acesso à terra. A luta do movimento Terras de Ninguém, que já coordenava inúmeras invasões na cidade, estava ajudando a constituir um entusiasmo intelectual por essas questões, algo que foi avigorado em face das demandas por informações sobre a pobreza por parte de organismos multilaterais e agências de planejamento locais. O Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, realizado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1978, conseguiu reunir intelectuais do Brasil e de outros países para discutir as questões urbanas e de lá saíram importantes estudos, tais como o "Pobreza Urbana" de Milton Santos. De lá também saiu o primeiro cadastro que visava a identificar e registrar as áreas pobres da região (SANTOS e MAHMOOD, 2013). O resultado mais significativo desse movimento, portanto, foi a introdução, nos meios intelectual e institucional, da necessidade de viabilizar o direito a terra e ao conjunto da cidade para os mais pobres por meio da regularização e valorização das áreas mais pobres resultantes de processos de invasão, seguindo os parâmetros urbanísticos vigentes.

Nessa época, questionavam-se os tradicionais processos de realocação, que retiravam as classes mais populares de áreas mais prestigiadas da cidade e discutia-se, por complemento, a "função social" da propriedade urbana e da cidade. O acúmulo dessas discussões se desenvolveu em dois diferentes sentidos: um primeiro, articulando-se em lutas sociais nas mais diversas escalas, visava apontar novos caminhos para a formulação de políticas habitacionais mais abrangentes, descentralizadas e justas; um segundo, procurava revisar as normativas de uso do solo, reconhecendo as áreas populares e criando meios para sua regularização e valorização. Do ponto de vista institucional, em resposta às pressões populares, já vinham sendo postos em prática alguns programas de urbanização de áreas consolidadas ou de financiamento de lotes urbanizados. Esse movimento culminou, no Recife, na instituição de um novo zoneamento para a cidade, em 1983.

A Lei 14.511, de 17 de janeiro de 1983, conhecida por Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), dividiu a cidade em seis diferentes zonas, dentre as quais as de atividades múltiplas e as especiais (de interesse social, verde etc.). Os critérios não se pautavam mais em parâmetros urbano-arquitetônicos, mas em densidade construtiva. A referida lei também inovou no que concerne à incorporação de novos agentes na gestão com a criação de conselhos e comissões de representantes, tais como o "Conselho de Desenvolvimento Urbano", a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano de Ocupação e Uso do Solo e a Comissão Especial do Código de Obras e Posturas. Mas, a maior inovação foi a introdução das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), criadas sob o fito de reconhecer as áreas populares e, posteriormente, servir de base geográfica para processos de regularização e valorização, sendo assim um dos frutos de toda a pressão popular exercida nos anos anteriores.

O processo de redemocratização do país apontava para mais conquistas populares e todo o debate a propósito do direito à cidade

ajudou a inserir na Constituinte de 1987/88 um capítulo sobre a política urbana. Antes, porém, alguns avanços institucionais no nível local foram realizados. Em 1987, as ZEIS do Recife ganharam uma utilidade prática com o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). A partir de então, dependendo do grau de organização popular, elas seriam efetivamente lugar para concretização de planos de regularização que poderiam mudar o mapa desigual da cidade. O resultado objetivo do PREZEIS, entretanto, foi frustrante. Cooptação, fisiologismo e limites orçamentários restringiram o alcance social do programa, levando-o a perder gradualmente sua importância (SOUZA, 2010). Seu efeito mais significativo foi o de contribuir indiretamente à revalorização financeira de determinadas áreas da cidade, criando verdadeiras reservas de mercado para a prática especulativa, levando também o mercado imobiliário a atentar para os raros terrenos no interior do espaço já constituído. É preciso lembrar que, desde a década de 1990, já se faziam sentir as mudanças no padrão de valorização e consumo do espaço que, se antes constituíam um processo de produção expansivo, a partir dali já se voltava para a reprodução do espaço.

Desde então, o mercado imobiliário passou a atuar fortemente nos bairros já consolidados da cidade, aproveitando-se dos poucos terrenos disponíveis e das vantagens locacionais decorrentes da proximidade em relação ao centro. Quando não havia mais terrenos, adquiriam-se edificações mais antigas, promoviam sua desvalorização e, por fim, construía novas ofertas imobiliárias, sempre de acordo com as expectativas estéticas e de convivência social hegemônicas. O aquecimento do setor ocasionou um vertiginoso encarecimento do solo, fazendo com que o Estado e setores da sociedade passassem a elaborar dispositivos que pudessem conter esse movimento. O primeiro deles, conforme Alves (2009), foi a Lei 15.199, de 18 de março de 1989, resultante de pressões sociais por parte de moradores do bairro de Casa Forte. Nela se restringiam os gabaritos desse bairro, criava-se a zona de

preservação de Monteiro e revisava-se a de Apipucos. Contudo, ela não foi capaz de reduzir substancialmente o encarecimento do solo e a especulação imobiliária da região. Assim como em Boa Viagem, aquele bairro estava passando por uma explosão de novos empreendimentos, quase todos eles concebidos em forma de enclaves fortificados.

Em 13 de Abril de 1996, foi instituída a lei 16.176, um novo Plano de Uso e Ocupação do Solo para a cidade. Em relação ao anterior, foram introduzidos novos conceitos, como o de "solo criado", "transferência do direito de construir" e "taxa de solo natural", conceitos esses já presentes no Plano Diretor da Cidade do Recife (PDCR) de 1991. Dividiu a cidade em quatro novas zonas: de urbanização preferencial; urbanização de morros, urbanização restrita; e de diretrizes específicas. Permitiu-se um maior índice construtivo em algumas regiões e restringiu-se em outros. Mas, ao final, não conseguiram criar dispositivos concretos que pudessem inibir o avanço da atividade especulativa (ALVES, 2009). Bairros como o de Boa Viagem, por exemplo, passaram a ter um alto índice de 'coeficiente de utilização do terreno', o que impulsionou a construção de condomínios edilícios. Cabe registrar que o país estava passando por uma grave crise social decorrente da implementação da agenda neoliberal. Os índices de criminalidade cresciam a cada ano e, conseqüentemente, o sentimento do medo e do risco. A construção de enclaves, portanto, não se restringia mais às ofertas imobiliárias, mas incluía também as áreas de lazer e consumo, como os shoppings. Entrava em vigor um poderoso processo de privatização dos espaços e de implosão da vida pública.

Em 2000, com a vitória de João Paulo, liderança ligada ao Partido dos Trabalhadores e às lutas populares do Recife, os promotores imobiliários apressaram-se em aprovar, junto ao Estado, um grande número de empreendimentos, pois temiam que, depois de assumir a prefeitura, o Partido dos Trabalhadores (PT) levasse a termo uma grande mudança na política urbana. O governo de João Paulo, entretanto, não obstaculizou a dinâmica do mercado imobiliário,

resumindo-se a potencializar os canais de participação popular e a criar mecanismos de controle e acesso à terra. Uma das medidas nesse sentido foi a formulação de uma polêmica medida que restringia o coeficiente construtivo e congelava a aprovação de empreendimentos para os bairros da margem esquerda do Rio Capibaribe, formulada depois de alguns estudos e discussões, mas, também, em atenção ao compromisso de campanha firmado em face das reivindicações dos moradores daqueles bairros. Depois de sua reformulação e aprovação junto à Câmara de Vereadores e do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade (CDU), tal medida foi instituída sob a Lei 16.719 de 30 de Novembro de 2001, também chamada de "Lei dos doze bairros" (ALVES, 2009).

No mesmo ano, chegava-se ao fim o extenso processo de regulamentação dos dois artigos sobre política urbana da Constituição Federal (182 e 183), com a instituição da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, também chamada de Estatuto da Cidade. Nele dispõe-se sobre a obrigatoriedade dos Planos Diretores e de uma miríade de instrumentos para inibir a atividade especulativa, bem como garantir o acesso à terra e ao conjunto da cidade para os mais pobres. Antes, porém, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica da cidade do Recife já haviam determinado o Plano Diretor como mecanismo para redistribuição e disciplinamento do processo de valorização e consumo do espaço. Conforme Pontual (1998), o primeiro PDCR foi formulado em 1991, ainda durante a gestão de Joaquim Francisco, sendo elaborado por um consórcio de empresas de consultoria (Procenge, Urbana e Acquaplan) juntamente com a Secretaria de Planejamento Urbano municipal. O plano ainda foi avaliado por três comissões de representantes e pela Câmara municipal, sendo objeto de duras críticas por parte dos promotores imobiliários, tendo em vista as propostas de modificação das dinâmicas desse segmento econômico, sobretudo no que tange ao solo criado e à outorga onerosa (PONTUAL, 1997).

O primeiro plano foi revisado conforme os interesses dos

promotores, tendo sido instituído pela lei 15.547, de 19 de outubro de 1991, em rito que mais parecia uma farsa, conforme destaca Pontual (1997). Estava chancelada uma legislação conveniente ao setor imobiliário, sendo esse um dos motivos de seu crescimento alucinante nos anos posteriores. A revisão do PDCR só veio a ser aprovada em 2008, sete anos depois da aprovação do Estatuto da Cidade e da instituição da obrigatoriedade e revisão periódica dos planos diretores. Mais uma vez, foram respeitados os preceitos de participação popular, ainda mais diante do quadro político de hegemonia do PT no âmbito local e nacional. Iniciada em 2001, a revisão foi conduzida pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, tendo seus termos referência elaborados pela Diretoria-geral de Urbanismo, ainda em 2001, sendo mais tarde aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU). Com o aporte de uma comissão de representantes de conselho, foi elaborado um texto base e a Conferência do Plano. Os promotores imobiliários, articulados pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI/PE) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON/PE), mais uma vez colocaram-se contra as propostas que intervinham em suas atividades (SILVA, 2009; NUNES, 2011).

Em 2005, ainda no processo da revisão do PDCR, a prefeitura sancionou a Conferência do Plano Diretor, levando a ela uma proposta que contemplava demandas do setor produtivo e dos movimentos sociais. A proposta resultante foi bastante interessante, pois abrangia a maior parte das demandas populares. Ela deveria ser transformada em projeto de Lei e levada à câmara imediatamente, mas sofreu modificações no caminho e o projeto que chegou à Câmara pouco tinha a ver com o que foi pactuado na Conferência. Conforme esclarece Silva (2009), ainda durante a primeira gestão do governo João Paulo, ocorreram mudanças no que concerne às alianças e bases de sustentação, mediante a inserção formal de setores econômicos que

antes se opunham a João Paulo e ao PT. Estes setores, dos quais se inclui grandes agentes do próprio mercado imobiliário, chegaram a financiar a campanha do prefeito em 2004, levando-o à reeleição. Foi por isso que, ao final do processo de revisão, a Prefeitura decidiu arbitrariamente modificar muitas das propostas popularmente pactuadas, encaminhando à Câmara um substitutivo que representava os interesses dos promotores imobiliários.

Com a legislação mais uma vez a seu favor, o capital imobiliário seguiu seu ritmo anárquico de acumulação, com pouquíssimos impedimentos por parte das normativas Estatais de uso do solo e de suas práticas urbanísticas. Se antes o Estado não conseguia fazer frente à fragmentação do espaço, hoje ele é condescendente ou contribui diretamente às investidas privatizantes do mercado imobiliário. Foi o que se viu, por exemplo, na construção das duas torres residenciais na linha de costa, no Cais de Santa Rita. Embargada diversas vezes pelo Ministério Público, a obra foi finalizada ilegalmente, sendo hoje tratada como fato consumado. Portanto, uma importante área pública foi apropriada e, apesar das interdições legais, foi construída graças a generosidade e complacência da Prefeitura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Semelhante a esse caso, muitos outros enclaves foram se constituindo na cidade, fazendo-a adquirir as características descritas no subcapítulo anterior, isto é, um espaço fortemente fragmentado, marcado por uma insularidade social.

Uma cidade amedrontada

A produção do espaço urbano no Recife, portanto, não tem ocorrido de forma aleatória, pois revelam as desigualdades sociais e o sentimento do medo diferentemente difundido. Segundo Waiselfisz (2011), o número total de homicídios no Recife, no período de 1998 a 2008, reduziu 15,3%. A taxa de homicídio em 1998 era de 114 em 100 mil habitantes, em 2008 era 85,2 em 100 mil habitantes. O número de homicídios por arma de fogo em 2014 foi de 554, 51,7% a menos que

o registrado em 2004. Trata-se de grandes reduções, mas o índice de homicídios e de mortes violentas ainda é muito alto (WASELFISZ, 2015).

Em 1998, o Recife sustentava o posto de capital mais violenta do Brasil, perdendo a posição apenas para Maceió em 2008, mas, permanecendo em 2º lugar. Em 2008, o Recife ainda era a terceira cidade em número total de homicídios no Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (WASELFISZ, 2011). Hoje, ela é a 19ª no número de homicídios por arma de fogo (WASELFISZ, 2015). Esses crimes, conforme acrescenta o autor, atingem sobretudo os jovens, sendo decorrentes do tráfico de drogas e de problemas pessoais (WASELFISZ, 2011). Na verdade, a maior parte dos crimes e agravos violentos no Recife são de natureza passional. As mulheres são as mais vitimadas (MELO, SILVA e CALDAS, 2009). Há, ainda, uma relação direta entre consumo de álcool e a ocorrência desse tipo de violência, conforme destaca Melo, Caldas e Carvalho (2005).

A percepção da violência no Recife, entretanto, é muito maior que a violência real, superdimensionada que é graças a espectros da mídia corporativa, que reservam em sua grade de programação ou em seus cadernos de notícia um grande espaço para evidenciar crimes violentos (MELO, 2010). São imagens e discursos que, segundo Caldeira (2000), contribuem à constituição simbólica da chamada "fala do crime". Elas são cada vez mais frequentes e significativas, a despeito da redução da violência constatada nos últimos anos.

A violência real no Estado de Pernambuco diminuiu sensivelmente devido ao tímido processo de redução das desigualdades e do programa estadual "Pacto Pela Vida", que aumentou o efetivo de policiais e o policiamento nas ruas (NÓBREGA JÚNIOR, 2010). Ainda assim, o sentimento do medo frente à violência continuou crescente, conjuminando desta vez com o medo da indistinção. A ascensão social experimentada durante os governos progressistas do PT, na escala nacional, e do PSB, no nível estadual, possibilitou o

acesso ao consumo para uma ampla fração da classe trabalhadora. Tendo que dividir espaços que antes eram exclusivos, as classes mais abastadas passaram a fomentar outras formas de exclusivismos, subjacentes ao medo e ao preconceito social. Daí o exclusivismo socioespacial, conforme sugere Barbosa (2014).

O medo ainda tem sido utilizado nas propagandas das ofertas imobiliárias, no sentido de mostrar que a cidade é naturalmente caótica e que livrar-se desse caos não constitui apenas uma opção de vida, ou um privilégio das classes mais abastadas, mas uma necessidade essencial sem a qual não é possível mais viver. Os novos condomínios-clubes, criados na esteira de inovações do produto imobiliário, trazem cada vez mais itens que fortalecem sua imagem de espaço seguro e exclusivo. Mais que isso, conceitos como os de sustentabilidade e qualidade de vida são associados ao de comunhão, na perspectiva de criar um aspecto de comunidade de cuidado, um verdadeiro oásis em meio ao violento e congestionado caos urbano.

Sob o estigma do medo também se difunde uma "arquitetura de guerrilha", nas mais diversas classes sociais. Levantar um grande muro, dispor ofendículos, cercas elétricas e instalar câmeras filmadoras são hoje tão essenciais quanto quaisquer outros itens de conforto e privacidade das edificações, sejam elas suntuosas e destinadas aos mais ricos, ou mais singelas e construídas ilegalmente pelos mais pobres (Figura 8).

A construção de um muro ou a instalação de equipamentos de segurança, conforme já mencionamos, tende a "agregar valor" em uma habitação ou conjunto de moradias. A presença desses elementos pode, em muitos casos, definir se a oferta imobiliária constituirá um sucesso ou um fracasso. É por isso que eles se tornam cada vez mais indispensáveis para os incorporadores. Trata-se de valores que servem para evitar amálgamas entre diferentes formas de conviver e gostos estéticos, posto que a mistura ou a simples presença de um elemento destoante no espaço constitui um fator potencial de desvalorização ou



Figuras 8: Câmeras de segurança e cercas elétricas no Condomínio Morada Recife Antigo, Recife/Brasil; Fotografia: o autor, 2016

obstáculo geográfico à acumulação urbana. Isto é o que acontece quando um indivíduo negro e pobre, ou uma atividade econômica informal, ou uma habitação precária e antiga acha-se nas proximidades de um condomínio ou loteamento fechado, por exemplo. A percepção que se tem deles é de algo adverso, que desfigura e desvaloriza o enclave. Os muros e todo aparato de segurança são estratégias à superação desses obstáculos, fronteiras instituídas sob o fito de preservar um processo de valorização do valor, afugentando a heterogeneidade e preservando o padrão estético e as condições de convivência social hegemônicas.

A mentalidade que alicerça tais processos é a mesma que orienta as atuais práticas urbanísticas e a ação do Estado no ordenamento do uso do solo e na gestão dos serviços urbanos. O que explica a cessão da manutenção de propriedades, praças e logradouros públicos à iniciativa privada? A falta de recursos ou a ineficiência em termos de gestão não dão conta de explicar a integralidade desse processo.

Somado a isso, deve-se considerar a crescente percepção de que o privado é preferível ao público, o restrito é melhor que o aberto. O que explica o fechamento de praças, parques e edifícios públicos por meio de cercas e grades, a construção de alambrados em avenidas (Figura 9) e de ofendículos em pontes e viadutos? Não seria a tentativa de evitar amálgamas, pessoas e usos destoantes? Não seriam também fronteiras demarcando formas específicas de consumir o espaço? A vida entre-muros tem cada vez mais invadido o planejamento urbano, incrustado no Estado, ao passo que tem se naturalizado no tecido social.

Segundo Tonet (2002), há uma “decadência social” que se instaura em função das contradições morais inerentes a sociedade capitalista. Acrescentamos que há também um empobrecimento do ponto de vista estético. E isso se deve ao fato de que os empreendimentos privados, obras públicas e práticas urbanísticas são essencialmente contraditórios. Eles geralmente são orientados e justificados por princípios que, ao menos em tese, apontam para o bem coletivo, o alargamento da qualidade de vida e ao embelezamento. Mas, contraditoriamente, esbarram em condições concretas que cerceiam eventuais efeitos socialmente positivos, na medida em que também afirmam a propriedade privada, a segregação, o sentimento do medo, o processo de acumulação e a padronização arquitetônica. Uma cidade desumana e esteticamente pobre erige, enquanto o medo prepara o terreno para uma política de consensos.

O que Swyngedouw (2012) chamou de cidade pós-política corresponde, com efeito, à cidade onde o consenso sobrepujou a diferença. Cada vez mais há uma coesão em termos de visões e propostas, com as quais compartilham os promotores imobiliários e os agentes do Estado, no arco de um verdadeiro processo de constrangimento das trajetórias divergentes e das perspectivas contrastantes. No limite, isso tem levado a um acordo unânime em favor da fragmentação do espaço e a um tratamento hostil das ações que implicam a valorização do público. Por que já não se discute mais a



Figura 9: Alambrado separando a Via Mangue de seu entorno, no bairro do Pina. Fotografia: o autor, 2018

difusão dos condomínios e não se constroem mais praças e parques? Por que há mais ruas para carros e menos calçadas para os pedestres? Por que a camarotização do Carnaval e a desvalorização da folia espontânea? Em contrapartida, as lutas políticas em favor do espaço público são sistematicamente hostilizadas, posto que o uso despretensioso e gratuito do espaço não serve à acumulação.

Aquilo que destoa do consenso é o amálgama. E é contra o amálgama que se estabelecem as fronteiras, os muros e demais aparatos de controle. Do ponto de vista político, nenhum acontecimento recente exemplifica melhor o que estamos falando do que todo o imbróglio constituído entre a associação composta pelo Estado, em suas diversas esferas, e os promotores imobiliários, frente ao movimento Direitos Urbanos. Este último, protagonista de diversos episódios de resistência e luta política contra a implementação de grandes empreendimentos imobiliários, sobretudo o Projeto Novo Recife, viu-se diversas vezes depreciado, excluído do debate público e preterido dos processos decisórios, apenas porque representa algo além do consenso. Seus formuladores, com os meios de que dispõem, antecipam-se à

articulação de trajetórias divergentes, rotulando aqueles que não aderem ao consenso de “tradicionalistas” ou “fundamentalistas”. Nesses termos é que são tratados, inclusive, os membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano que se posicionam contra o modelo hegemônico de reprodução do espaço no Recife, incluindo-se todos os seus vetores, dos quais o Projeto Novo Recife é o mais emblemático. Tradicionalista, portanto, é a pecha que recai sobre todos os grupos sociais não institucionalizados que lutam contra os muitos tipos de enclaves que se difundem pela cidade.

Os condomínios e loteamentos fechados, por sua vez, constituem grandes consensos, pois neles não há lugar para a divergência. Neste caso, aqueles que divergem ou que constituem amálgamas são classificados muito mais como baderneiros ou “transgressores”. Trata-se de indivíduos que ocasionalmente põem em xeque a ordem entre-muros, fazendo o enclave perder sua exclusividade. Eles representam uma espécie de invasão do caos além-dos-muros e, em razão disso, desencadeiam o mal-estar da indistinção e o medo generalizado de o enclave se tornar um lugar qualquer. Esses indivíduos eventualmente agem conforme valores éticos e apreciam formas estéticas discrepantes daquelas instituídas como normais, provando que os muros construídos para diferenciar não são impermeáveis, mas porosos. Neste sentido, as transgressões são inevitáveis, embora sejam sistematicamente evitadas e refreadas. Os transgressores podem ser quaisquer condôminos, desde o jovem indisciplinado²⁷ até o mais conservador dos idosos. A transgressão é uma manifestação do desejo, sentimento essencialmente contingente e que transborda as tentativas de controle. É a tentativa de manejo desse sentimento que ocasiona as psicopatologias sociais do Brasil contemporâneo, conforme sugere Dunker (2015).

Outra via de entendimento das transgressões e dos amálgamas, conforme já evidenciamos, é a do obstáculo geográfico que promove depreciação dos valores. Todo valor é construído com vistas a

locupletar um processo de acumulação, de forma que os fatores de depreciação significam verdadeiras interdições ao referido processo. Amálgamas e transgressões produzem formas destoantes, constituem fatores de depreciação e exatamente por isso são evitados. O sentimento do medo encontra aí mais um lastro. Além da violência e da indistinação, teme-se também a depreciação do ativo imobiliário, o que no contexto de "razão neoliberal"²⁸ corresponde a perdas materiais e psicológicas sem precedentes.

²⁷ Svampa (2008) demonstra, tomando como objeto os countries e barrios cerrados argentinos, como a explosão indisciplinar juvenil pode vir a se tornar um dos mais perigosos riscos à autonomia guarneçada então pactuada. Na sua visão, ela simboliza a perda do controle familiar e o consequente solapamento da vida comunitária e da harmonia perante a natureza.

²⁸ Aqui concorda-se com Dardot e Laval (2014) para quem o neoliberalismo não se restringe a uma doutrina político-econômica, correspondendo a uma nova "razão" do mundo, uma vez que alicerça os valores sociais com os quais o próprio cotidiano é construído.

3 REFLEXÕES SOBRE VIDA ENTRE-MUROS A PARTIR DE UM EXEMPLO NA CIDADE DO RECIFE

3.1 Breves ponderações metodológicas

Na introdução, deixamos claro que o método utilizado para abordar a atualidade da fragmentação do espaço no Recife foi o dialético. É a partir dele que vimos refletindo, desde o primeiro capítulo, sobre o processo de produção, as formas de diferenciação espaciais e o surgimento de enclaves fortificados, apontando as nuances da realidade do Recife. Este mesmo método, entretanto, obriga-nos também a estudarmos realidades particulares, identificando seu lugar na constituição do todo. Como diria Kosik (1976), para compreender o todo concreto e rico em determinações, é necessário também tomá-lo pela mediação das partes. Afinal, conforme Santos (2014), toda teorização requer um esforço de generalização e de individualização. É com vista a evidenciar as colocações mais gerais arroladas nos dois primeiros capítulos, que neste terceiro e último apresentamos sumariamente o caso do Morada Recife Antigo (CMRA), um condomínio da zona oeste do Recife habitado por uma grande diversidade de pessoas, com diferentes níveis de renda, o que denota certa heterogeneidade e grandes conflitos sociais.

O particular revela o todo

Desde a “Introdução à crítica da economia política” de 1857, Marx (2008) já evidenciava a relação indissociável entre o todo e as partes, demonstrando que em toda sociedade há um modo de produção particular e outro mais universal do qual faz parte. Trotsky, entretanto, é quem deixou isso de forma ainda mais clara com sua “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, do qual importantes geógrafos se apropriaram para falar de um desenvolvimento geográfico

desigual. Na verdade, Trotsky é quem inicialmente insere a preocupação de se atentar para o modo diferenciado com que o capitalismo se difunde no mundo, sendo esse detalhe uma das principais leis de funcionamento do referido modo de produção. Observando o caso russo, este pensador constatou que o processo de desenvolvimento capitalista daquele país saltou alguns estágios históricos, uma vez que a economia predominantemente agrária vigente até a metade do século XIX tornou-se uma economia industrial e avançada em pouco tempo, em razão dos grandes aportes financeiros. Ele também observou essa mudança aparentemente atípica no processo de produção do espaço, ao se deparar com a especificidade da urbanização russa. Da mesma forma em que a indústria naquele país não perpassou pelos estágios medievais do pequeno ofício e da manufatura, as cidades também não tiveram suas estruturas redimensionadas pelo fortalecimento da atividade comercial e pelo surgimento das guildas. De maneira diferente, em um curto período de tempo, pequenas cidadelas deram lugar a grandes e modernos centros urbanos, com suas funções inteiramente voltadas à produção, no interior das quais o proletariado passou a sobreviver (LÖWY, 1998).

A resposta teórica que Trotsky deu a esse fato só veio em 1930, quando da publicação de seu “História da Revolução Russa”. Depois de esboçada sua teoria do desenvolvimento desigual em outros escritos, este pensador enfim afirmou que uma das principais especificidades do capitalismo é essa sua capacidade de percorrer todo o mundo e promover a atualização dos diferentes modos de produção regionais, sem que para isso tenham que perpassar os mesmos estágios, podendo haver saltos, sendo a ordem capitalista global um verdadeiro amálgama de diferentes ritmos e adaptações *sui generis* às demandas gerais da produção. Sua postura ao lidar com o caso russo, portanto, não foi a de invalidar ou depor contra a teoria geral do desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, Trotsky concebia a realidade particular russa como algo que atesta essa teoria, na medida em que a diferenciação e a

coexistência de diferentes tempos é que seriam a grande lei geral, a partir da qual deve-se focalizar o olhar quando o objetivo é compreender o capitalismo (Ibidem).

Milton Santos, no entanto, foi quem melhor traduziu essas questões com a reabilitação, pelo prisma da geografia, do conceito marxiano de “formação econômica e social”. Ao distingui-lo do conceito de modo de produção, esse autor afirmou que este último seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”. “O modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1977, p. 85). É por isso que, segundo sua visão, o acontecer global dá-se de modo ímpar, mesmo que comandado pela totalidade. O entendimento do mundo ou dos processos mais gerais requer que se leve em consideração a materialidade próxima, posto que é nela onde tais processo efetivamente ocorrem. Neste sentido, como o objetivo desse estudo é compreender a atualidade da fragmentação do espaço no Recife, seguindo essa linha de entendimento, temos também de observar algumas particularidades desse espaço, isto é, um dos enclaves no conjunto do qual o espaço tem se edificado enquanto totalidade fragmentada.

O conhecimento mesmo que breve da realidade do CMRA ajudará na compreensão da atualidade da fragmentação no Recife, uma vez que informa a maneira concreta e diferenciada com que esse processo tem ocorrido em seu espaço. Isso porque, segundo Santos (2014), as generalizações apenas nos dão a listagem das possibilidades, sendo a individualização responsável por nos informar como esse conjunto de possibilidades se combinam concretamente. É neste sentido que, seguindo a perspectiva metodológica aqui adotada, o particular revela o todo.

Observar a vida entre-muros

Hoje, em razão dos aforismos neoliberais de que não há

alternativas ao capitalismo e do trabalho ideológico do pós-modernismo, difunde-se a ideia de que não é mais possível conhecer o todo. O trabalho intelectual, segundo esse ponto de vista, deve se contentar em descrever o imediato e o atual, em detrimento do mediato e da historicidade. Vivemos em um mundo onde se valoriza muito mais as diferentes visões imediatas dos fenômenos, sendo elas tratadas como o conhecimento possível, desprezando-se os esforços de apreensão ativa do concreto, daquilo que não se obtém à primeira vista e que, por isso mesmo, requer uma análise do ponto de histórico.

Deve-se, contudo, ir além da pseudo-concretude, superar aquilo que é apreendido de maneira imediata, a totalidade caótica e pobre em determinações (KOSIK, 1976). Pela mediação das partes, Kosik propõe a real compreensão da realidade concreta. O que nos vem de imediato, portanto, é o resultado da observação vulgar, conforme destacou Rampazzo (2005). A totalidade concreta é construída na medida em que o sujeito, investido da qualidade de pesquisador, não se limita a esse recurso, mas vale-se dele e da reflexão, do estudo. Neste sentido é que surge a observação científica, sendo ela aquela capaz de oferecer a visão do todo. A observação científica pode ser subdividida entre “assistemática” e “sistemática”. A primeira corresponde ao encontro mais espontâneo entre o pesquisador e o objeto, algo que tende a oferecer menos dados à construção do todo. A segunda é a que utilizamos neste estudo, sendo aquela que se realiza a partir de condições e critérios previamente definidos, dentro de um planejamento.

Procuramos, até então, delimitar o quadro geral da produção e fragmentação do espaço no Recife, pela via da pesquisa teórica. Agora, por meio da observação, partiremos para a compreensão da vida entre-muros em um de seus enclaves, porque é somente pelo estudo das partes que se conhece o todo. Nosso objeto, a partir de agora, corresponde a um entre muitos enclaves fortificados existentes na cidade do Recife. A observação dessa realidade particular, conforme

insistimos, ajudará a revelar o todo. Vimos que esta cidade se encontra profundamente fragmentada, mas os elementos que levantamos até agora são apenas as possibilidades virtuais desse fato. A observação científica e sistemática da realidade particular do CMRA, portanto, é que fornecerá subsídios para que a realidade concreta seja, enfim, delimitada.

Rampazzo (2005) afirma que, na observação científica e sistemática, faz-se necessário responder às seguintes questões: Por que observar? Para que observar? Como observar? O que observar? Quem observar? A observação deve ocorrer porque ela é o principal recurso quando se quer apreender ativamente um dado da realidade, é o que nos pode oferecer os sentidos sensoriais. Observa-se para que a partir dos dados apreendidos sensorialmente se possam realizar inferências e asserções sobre a realidade. Entretanto, o modo como se observa pode ou não nos levar à construção do concreto. Se nos contentarmos com aquilo que os sentidos sensoriais nos apresentam da maneira mais imediata, podemos incorrer o erro de reproduzir as ideias mais aceitas no mundo atual. Mas se defrontarmos esses dados com outros, compreendendo-os como parte de um todo, inevitavelmente chegaremos à uma nova compreensão dessa realidade.

Neste processo de observação, foram realizadas algumas conversas e registros fotográficos, servindo apenas como subsídios no processo de observação do pesquisador. As conversas se deram com base em um roteiro previamente construído, aplicado informalmente, muitas vezes em situações coletivas. Os dados dialogados, utilizados tanto na observação como na análise, foram obtidos por meio de momentos conduzidos pelo pesquisador, respeitando-se o princípio da não diretividade das respostas. Neste sentido, foram estabelecidas trocas de informações em discussões por grupo, capazes de evidenciar atitudes e sentimentos, sobretudo aqueles difíceis de apreender por meio de entrevistas e questionários. As conversas coletivas e individuais, bem como os registros fotográficos foram realizados entre

setembro de 2015 e março de 2017. Ressalte-se que as conversas foram extremamente difíceis, pois os moradores não possuíam muito tempo para esse tipo de atividade e não se sentiam a vontade em fornecer informações a respeito de seu cotidiano. O síndico, por exemplo, não demonstrou interesse em contribuir com a pesquisa e apenas respondeu uma pequena série de perguntas elaboradas rapidamente e enviadas por e-mail. As respostas, por sua vez, foram curtas e imprecisas.

Sujeito da observação e da reflexão, o pesquisador é que foi elencando, antes e no decorrer de seu percurso investigativo, os itens observáveis e os eixos de indagação nos diálogos travados com os moradores do enclave estudado. Não houve, neste sentido, qualquer preocupação em definir uma amostra pertinente ou de metodologia de análise das respostas, tais como nas pesquisas quantitativas e nas fenomenológicas, respectivamente. Contudo, deixamos claro, em consonância com o método, que partimos da perspectiva segunda a qual os discursos exprimem sempre a realidade concreta sobre a qual os sujeitos estão inseridos. Assim, as respostas foram acolhidas como discursos provenientes do lugar dos sujeitos, isto é, da posição de classe que esses sujeitos ocupam. Elas passaram pelo filtro da interpretação dada pelo pesquisador, em sua busca de aproximar ativamente sua compreensão do concreto.

3.2. Reflexões a partir de um condomínio no Recife

O espaço a partir do qual foi construído o CMRA resulta do parcelamento do lote 3, na rua Antônio Valdevino da Costa, bairros do Bongi e do Cordeiro. A propriedade do terreno foi adquirida por inúmeras famílias durante o século XX, tendo sido obtida pelas empresas Socimasa Atacado Ltda e Itacon Incorporações e Construções Ltda em 1993.

Concepção e construção

Os novos proprietários adquiriram o imóvel já na expectativa de criar a incorporação imobiliária, exclusivamente para fins residenciais. Antes disso, apresentaram à Prefeitura da cidade o memorial de incorporação e o projeto arquitetônico das edificações, para sua devida aprovação junto aos órgãos competentes. Desde sua concepção, os incorporadores previam a construção de cinco pequenos condomínios chamados “Quintas”, no interior do enclave, sendo eles integrados por uma via particular principal e outras secundárias para os diversos módulos. Isso resultou na estrutura muito particular do CMRA, que é sua subdivisão em espécies de “micro-condomínios” internos (Figura 10).



Figura 10: Croqui da planta de locação do Condomínio Morada Recife Antigo; Elaboração: Sofia Mahmood, 2017

A construção dos edifícios ficou a cargo da Construtora Carrilho Ltda, sendo que os primeiros edifícios foram entregues em meados do ano de 1996. A conclusão da obra e a entrega definitiva da escritura deram-se apenas no ano 2000. Os condôminos, a partir de então, passaram a dispor de toda a gleba, tendo cada qual sua fração ideal. A

gestão e a manutenção da propriedade ficaram a cargo de uma empresa subordinada às regras de convenção do condomínio e do síndico, eleito em assembleia. Cada Quinta (Figura 11) passou a possuir um subsíndico, também eleito em assembleia, sendo ele responsável pela fiscalização e gestão dos blocos.



Figura 11: Entrada da Quintas das Pontes; Fotografia: o autor, 2016

Cada Quinta possui quatro blocos, cada qual com 2 edifícios geminados, somando 8 edifícios por Quinta. Cada edifício possui 6 andares e 24 apartamentos, sendo 4 por andar. Assim, cada Quinta possui 192 apartamentos. Como há 5 Quintas, o CMRA possui ao todo 960 apartamentos. Cada Quinta, por fim, recebeu uma denominação específica, aludindo à cultura local. Os edifícios, por sua vez, receberam designações referentes a lugares e personalidades da cidade (Quadro 01).

Quadro 01: Nomes das Quintas e dos Edifícios no projeto

Nome da Quinta	Nº do Bloco	Nome do Edifício
Praças	01	Casa Forte
		Marco Zero
	02	República
		Joaquim Nabuco
	03	Bandeira
		Independência
	04	Chora Menino
		Derby
Poetas	05	Carlos Pena Filho
		João Cabral de Melo Neto
	06	Manoel Bandeira
		Gilberto Freire
	07	Ascenso Ferreira
		Deolindo Tavares
	08	Olegário Mariano
		Nelson Ferreira
Pontes	09	Benfica
		Buarque de Macedo
	10	Maurício de Nassau
		Paissandu
	11	Capunga
		Duarte Coelho
	12	Santa Isabel
		Boa Vista
Igrejas	13	São Pedro
		Pilar
	14	Santo Antônio
		Capela Dourada
	15	São José
		Rosário dos Pretos
	16	Santa Cruz
		Poço da Panela
Ruas	17	Cais do Apolo
		Rio Branco
	18	Aurora
		Marquês de Olinda
	19	Imperador
		Imperatriz
	20	Saudade
		Sossego

Fonte: Memorial descritivo do empreendimento; Elaboração: o autor, 2016

Depois de construído, entretanto, cada edifício passou a ser tratado como um bloco específico, tendo uma numeração individual. Neste sentido, em vez de 20 blocos, considera-se que o condomínio possui 40 blocos. A designação de cada edifício permaneceu até os dias atuais.

O condomínio ainda conta com uma série de espaços de uso comum, que preservam as mesmas feições de quando foram construídos. São ruas, calçadas, portarias e área para a prática de exercícios físicos (Figura 12), bem como um campo de futebol.



Figura 12: Área para a prática de exercícios físicos; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017

Cada Quinta, por sua vez, possui seus espaços de uso comum destinados ao usufruto de seus moradores. Trata-se de Playground (Figura 13), Jardim (Figura 14), Hall do pavimento térreo (Figura 15), Piscina (Figura 16), Churrasqueira e Salão multiuso, cuja utilização não é frequente.



Figura 13: Playground no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: o autor, 2017



Figura 14: Jardim no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: o autor, 2017

Naturalmente, no decorrer do perímetro do condomínio foi erguido um imponente muro que varia entre 2 a 3 metros de altura,



Figura 15: Hall do pavimento térreo; Fotografia: o autor, 2017



Figura 16: Piscina no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: o autor, 2017

equipado com cercas elétricas, ofendículos e câmeras filmadoras. Sua construção foi anterior a dos próprios edifícios, pois era preciso demarcar o enclave, antes de tudo. Os muros são extremamente importantes para o CMRA, posto que boa parte deles separa o enclave das comunidades pobres circunvizinhas. A tensão decorrente da

continua invasão da desordem além-dos-muros, muitas vezes provocada pelas transgressões dos mais jovens e pela visita de indivíduos negros e mestiços provenientes dessas comunidades, é que torna esse enclave extremamente ilustrativo daquilo que vimos argumentando nos capítulos anteriores.

Por fim, cabe registrar que o CMRA é cercado por mais dois outros condomínios, sendo um deles o “Morada dos Rios” cuja estrutura arquitetônica é semelhante. A região, portanto, está repleta de enclaves e assentamentos populares, em uma proximidade espacial que não é acompanhada pela dinâmica social, dada a evidente disparidade e tensão.

Aspectos infraestruturais

Cada um dos 960 apartamentos do CMRA possui 68 metros quadrados, dispondo uniformemente de: sala de estar e jantar; varanda; 3 quartos; 1 banheiro social e outro de serviço; cozinha; área de serviço; e uma vaga nas redondezas da Quinta para estacionamento de veículo particular. Trata-se, assim, de um apartamento pequeno e simples (Figura 17), embora disponha de bons serviços de gás, água, telecomunicação e elevador, todos inclusos no valor da mensalidade do condomínio, que atualmente é de R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais)²⁸.

Todo o condomínio possui boas condições de infraestrutura, tendo os serviços e equipamentos de uso comum preservados e funcionando normalmente. Entretanto, a iluminação é deficitária em alguns lugares, as calçadas são extremamente estreitas e o escoamento das águas pluviais não dá conta da enorme carga gerada pelo condomínio, sobretudo em dias de chuva. A iluminação deficitária cria lugares escuros no interior do enclave, onde alguns jovens fazem o uso de drogas ilícitas. Esses lugares são geralmente evitados pelos demais

²⁸ Valor vigente até o término da pesquisa, ao final de 2017.



Figura 17: Planta baixa dos apartamentos; Fonte: Memorial descritivo do empreendimento; Edição: o autor, 2017

condôminos, pois funcionam como lócus da transgressão e do amálgama. Por isso, para que a realidade entre-muros seja sempre preservada, os seguranças são frequentemente acionados para realizar rondas e averiguar o cumprimento das regras de sociabilidade pactuadas.

As calçadas, por sua vez, são extremamente estreitas, não tendo as condições mínimas de acessibilidade para os transeuntes. Assim, alguns moradores se arriscam a disputar o espaço das ruas com os carros quando se deslocam a pé (Figura 18). Acrescente-se que são as crianças e as empregadas quem mais usam as calçadas do condomínio, pois a grande maioria dos condôminos trabalham por todo o dia, saindo e chegando ao condomínio com seus carros particulares.

O esgotamento é, entre todos os aspectos infraestruturais, o mais delicado. O Recife possui apenas uma pequena parcela de seu território efetivamente saneado. Parte dos resíduos gerados pelas residências é depositado em fossas sépticas, outra parte é despejado indevidamente na rede de águas pluviais. O CMRA possui uma única e



Figura 18: Rua de acesso à área destinada a prática de exercícios; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017; Nota: Note-se a completa ausência de infraestrutura para passeio

grande fossa, recebendo a enorme quantidade de resíduos domésticos para o tratamento primário. Depois de consolidada a matéria sólida, o fluxo segue para a rede de águas pluviais que, em muitas localidades, está obstruída pelo acúmulo de lixo. O resultado é uma carga muito maior do que aquela que a rede pode suportar. Nos períodos de muita chuva, por exemplo, algumas ruas do condomínio alagam, causando transtornos (Figura 19).

Um último aspecto sobre o qual vale tecer algumas considerações é o da segurança. Conforme vimos afirmando, um condomínio materializa a busca de segurança e distinção frente a realidade urbana periférica. Quando esses aspectos falham, seja através de transgressões internas ou externas, o enclave corre o risco de perder seu exclusivismo, desvalorizando seus imóveis. O CMRA possui toda a parafernália de segurança atualmente utilizada para conter o avanço da



Figura 19: Alagamento em vias externas do CMRA; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017

vida além-dos-muros, mas frequentemente se vê as voltas de “ameaças”. As ameaças internas trataremos no item a seguir. As externas, por sua vez, dizem respeito às diferentes formas que a dinâmica da vida além-dos-muros invade o condomínio. Um fato que exemplifica essas invasões foi o da descoberta de inúmeros automóveis roubados estacionados dentro do condomínio. Isso levou a administração a tomar providências quanto ao acesso de carros, tais como a instalação de cancela automática ativada por chip (Figura 20).

Apesar de contar com duas guaritas de segurança, desde os blocos até a rua pública, eventualmente algumas pessoas desconhecidas acabam entrando no condomínio, tendo acesso ao interior das quintas. Essas situações, depois de constatadas pelos condôminos, fortalecem a sensação de medo e induzem a proposição de “melhorias” que quase sempre envolvem a instalação de mais itens de segurança, tais como se pode ver na imagem abaixo (Figura 21).



Figura 20: Portaria central do condomínio; Fotografia: o autor, 2017



Prezados vizinhos,

Venho por meio deste passar uma proposta a todos os apartamentos deste Bloco 20 -Capunga.

Sou proprietário do Apartamento 501 e passei um período com o apartamento alugado, sendo que desde maio do corrente ano voltei a ter o prazer de usar com vocês neste condomínio.

Ocorre que apesar de termos uma grande estrutura de lazer e de controle externo, não temos um eficiente controle de acesso e segurança em nosso bloco.

Cabe destacar que houveram incidentes de segurança e de moleçagem que me fez refletir sobre o nosso funcionamento.

Assim, procurei uma excelente firma de um amigo, que pudesse dar suporte em melhorar a nossa segurança.

Ele propôs a instalação de uma botoeira com código na porta e a instalação de 10 câmeras digitais, com fabricação brasileira (Intelbras).

Negociel com ele a compra no próprio distribuidor e a mão de obra a um valor mais acessível.

Temos ainda que consertar a porta, e o interfone valores não incluídos em seu orçamento.

Assim teremos uma despesa de aproximadamente R\$190,00, para contarmos com câmeras onde ficado gravadas as imagens, bem como acesso pela internet em computadores, celular e tablets.

Ademais, a botoeira tem um código pessoal de cada apartamento, que ao digitar terá a porta aberta, controlado o tempo, com possível verificação pelas câmeras.

Seria um grande salto qualitativo em nossa segurança e um investimento em nosso prédio.

Gostaria assim de propor nos reunirmos no dia 01/10/2015 as 20:00, para debatermos este importante assunto de nosso bloco.

Conto com vocês!

Atenciosamente,

Carlos Augusto / Intelbras - apto 501.

Figuras 21 e 22: Câmera instalada no Hall de acesso aos apartamentos de um dos blocos e Convocação de reunião extra-oficial para instalação de mais equipamentos de segurança; Fotografia: Sofia Mahmood. 2017

Cabe registrar que, durante o período de observação, um condômino do edifício Capunga, incomodado com a presença de “pessoas estranhas” e de pequenas transgressões juvenis, convocou os demais moradores de seu bloco para uma reunião extraoficial (Figura 22), com vistas a propor a instalação de uma botoeira na porta de acesso ao Hall do elevador e de novas câmeras em cada um dos andares. A medida, segundo ele, ajudaria a conter as constantes “arruaças” que desvalorizam o patrimônio e retiram a paz dos condôminos.

Aspectos sociais

As pessoas com perfil de classe e características fisiológicas diferentes daquelas tratadas como normais também ocasionam medo. Visitantes ou novos condôminos que sejam negros e franzinos muitas vezes são vistos como pessoas intrusas, invasoras. Só depois de esclarecido quem realmente são é que os demais moradores passam a tratá-lo igualmente, mas com algumas reservas. A população de um condomínio sempre tende à homogeneidade. O CMRA, entretanto, possui uma população mais heterogênea quanto ao perfil de classe e de cor. Isso faz com que os conflitos e a busca pela distinção interna estejam sempre presentes.

A população residente no perímetro do condomínio é de aproximadamente 5 mil pessoas (segundo informações prestadas pelo síndico). Sendo majoritariamente branca, essa população é, em sua grande maioria, de classe média. Mas há, naturalmente, pessoas com nível de renda notadamente mais elevado que outras. Isso fica claro quando se observam as melhorias feitas no interior dos apartamentos e os padrões dos automóveis particulares de cada morador. Enquanto alguns apartamentos conservam o design e a disposição dos cômodos originais, uma vez que seus proprietários não dispõem de recursos suficientes para implementar melhorias, outros apartamentos foram completamente reformulados, possuindo todos os equipamentos e

facilidades existentes em apartamentos típicos de condomínios edilícios de padrão elevado. Os automóveis particulares dos moradores, por sua vez, variam desde os mais básicos e populares, até modelos mais sofisticados e importados.

As diferenças de renda existem porque, inicialmente, o CMRA foi concebido como modelo de moradia popular, tendo um preço razoavelmente baixo para os perfis da época. No final da década de 1990, quando de sua construção, os apartamentos no CMRA custavam aproximadamente R\$35.000,00, se comprados na planta. Seu valor final variava entre R\$45.000,00 a R\$50.000,00. Assim, uma grande quantidade de trabalhadores assalariados teve acesso aos meios de financiamento e puderam adquirir um imóvel neste lugar. Sua manutenção e as melhorias em termos de segurança, assim como a administração eficiente o fizeram valorizar com o passar dos anos. Levando-se em consideração variáveis como a inflação e preço médio dos apartamentos no bairro do Cordeiro, os apartamentos no CMRA são vistos hoje como de alto investimento. Atualmente, um apartamento neste condomínio custa entre R\$200.000,00 a R\$400.000,00, dependendo do grau de preservação e da quantidade de melhorias implementadas. Para adquirir um apartamento com esses valores, tendo em vista os meios de financiamento atualmente existentes, é preciso ser bem mais que um simples assalariado.

Mesmo diante do fato de que muitos dos antigos condôminos ascenderam em termos de renda nos últimos anos, os novos condôminos possuem um nível de renda mais elevado, pois tiveram de realizar um investimento muito maior para adquirir seus apartamentos. São eles, portanto, que estão sempre procurando instalar equipamentos de segurança e modificar as regras de convivência internas, pois temem de forma muito mais evidente a desvalorização de seus imóveis. Esse temor, por sua vez, se dá porque seus investimentos, a despeito da dinâmica inflacionária, foram claramente mais dispendiosos que os dos condôminos mais antigos. Entretanto, todos estão interessados na

segurança, alguns mais do que outros, é bem verdade, mas todos desejam manter ou contribuir à valorização de seus patrimônios. Por isso, temas como o dos equipamentos de segurança, da restrição de pessoas e das regras de convivência estão sempre presentes nas conflituosas reuniões de condomínio.

Outra questão que vale a pena destacar é a dos usos dos espaços internos, uma vez que eles evidenciam a dinâmica social do condomínio. Conforme Dunker (2015), os condomínios traduzem uma vida comum, mas sem comunidade. As crianças e os idosos, talvez, sejam os únicos grupos sociais que vivenciam efetivamente essa comunidade de cuidado, pois eles usam os espaços comuns de forma mais frequente. No CMRA, por exemplo, quem mais se utiliza dos espaços comuns no interior das Quintas são as crianças, que sempre descem dos seus apartamentos para recrear no Playground e na Piscina. No final da tarde, no retorno da escola, boa parte delas permanecem neste lugar e no Jardim com seus pais ou empregada, até o início da noite. Os idosos, por sua vez, utilizam os salões multiuso e o Hall do pavimento térreo para jogos e prática de artesanato.

Os adultos economicamente ativos quase não usam esses espaços. Seu cotidiano geralmente envolve uma vida fechada ao encontro, onde o trabalho e o lazer programado definem os trajetos e a rede de relacionamentos. Assim, todos os dias, eles saem de seus apartamentos, embarcam em seus carros e partem para o trabalho e só retornam à noite, permanecendo em seus apartamentos até o dia posterior. Quando saem para se divertir durante a semana, sempre usam o carro como meio de locomoção. Nos fins de semana, mais uma vez saem de seus apartamentos com o carro, geralmente para realizar atividades previamente programadas, como idas aos shoppings centers e demais centros de lazer e consumo. Suas vidas, portanto, estão completamente esquadrihadas por movimentos rigidamente planejados, não tendo lugar para imprevistos.

Os mais jovens se subdividem em dois grupos. Há aqueles que,

em razão de orientação e estrutura familiar, dedicam maior parte de seus dias aos estudos, tendo maior parte de seu tempo completamente preenchido por atividades de aprendizado, não possuindo muito tempo para o lazer e o convívio com os vizinhos. E há um outro grupo de jovens que, não apresentando o mesmo desempenho e sucesso nos estudos, cumprem apenas meio turno de atividade escolar e permanecem em suas residências com muito mais tempo livre, desenvolvendo laços de vizinhança com os demais jovens e funcionários do condomínio. Não por acaso, são alguns desses jovens que frequentemente realizam transgressões à ordem entre-muros, pois se relacionam de forma mais intensa com outros jovens que residem fora do condomínio e nos bairros e comunidades circunvizinhas, trazendo muito de seus hábitos e valores para o interior do enclave.

A análise de muitos dos aspectos sociais do CMRA nos leva, via de regra, a refletir sobre o cotidiano e as nuances da vida entre-muros. Tendo em vista a realidade local sumariamente descrita, nosso objetivo agora é expor argumentos que ajudam a evidenciar a vida entre-muros, a fragmentação e a insularidade social.

Vida planejada

Uma das principais peculiaridades presentes nesse condomínio, assim como em muitos outros, é o já mencionado cotidiano rigidamente regrado e uma dinâmica de vida de tal forma planejada que não resta espaço para imprevistos. Tudo no CMRA deve estar funcionando conforme as expectativas de seus moradores. Para tanto, uma grande quantidade de funcionários esforça-se para fazer cumprir um conjunto de procedimentos diários sem os quais a dinâmica social é interrompida. Qualquer deslize implica em pequenos entraves que são geralmente tratados como fatores de grandes prejuízos, justificando processos de responsabilização e construção de novas regras de convivência.

A dinâmica da maioria das pessoas está alijada àqueles que

respondem economicamente pelas unidades habitacionais. Crianças e idosos não devem permanecer por muito tempo nos espaços comuns, pois precisam se recolher em suas residências em determinado horário da noite, de forma a não produzir ruídos e nem atrapalhar o descanso daqueles que trabalham. Um silêncio incomum, portanto, é estabelecido a partir das 20h30, silêncio esse frequentemente irrompido pelos mais jovens que inevitavelmente transgridem essas convenções ao se reunir em grupos. Em razão disso, a administração recebe queixas diárias de seus comportamentos. Não raro, durante a noite, pequenos grupos de segurança realizam rondas no perímetro do enclave, na expectativa de encontrar e reprimir comportamentos considerados “anormais”. Sabe-se que alguns jovens utilizam alguns espaços comuns para o consumo de drogas ilícitas, mesmo com o rígido controle. Entretanto, na maioria dos casos, aquilo que geralmente é considerado anômalo e objeto de repressão diz respeito apenas a pequenas reuniões de jovens que se encontram apenas para conversar, sem qualquer uso de drogas. Dependendo do horário, até mesmo conversas despreziosas e recreativas são malvistas, o que gera descontentamento e, conseqüentemente, mais atos de transgressão.

A dinâmica planejada de vida envolve também as escolhas individuais e o projeto de vida dos indivíduos, desde os mais jovens até os mais velhos. Há, portanto, um modelo padrão de comportamento entre-muros, que define papéis para cada sujeito, nas diferentes faixas etárias. Às crianças cabe a creche ou a escola durante o dia, e o retorno à casa ao fim da tarde, algo que muitas vezes se dá com base no serviço de transporte escolar. Aos jovens espera-se a ida à escola durante o dia, podendo muitas vezes permanecer um dos turnos em casa. Aos mais idosos, cabe o convívio nos espaços comuns do enclave. Esse modelo possibilita a homogeneidade tão necessária, não havendo muito espaço para situações destoantes. Quando a dinâmica de alguém foge a esse modelo, os indivíduos tornam-se objeto de comentários e conversas preconceituosas por parte dos demais. Isso porque, para a grande

maioria dos moradores, a criança que não frequenta creche ou escola indica baixo poder aquisitivo dos pais. Já os jovens que não frequentam a escola ou passam mais que um turno por dia no enclave denotam baixa renda, desestruturação familiar e, conseqüentemente, tendência a comportamento transgressor. E os idosos que não se ocupam com as atividades tratadas como “devidas para a idade” estão sob risco, ou não estão sendo orientados a se comportar “conforme aquilo que se espera para sua idade” por parte de seus familiares.

O cotidiano daqueles que respondem economicamente pelas unidades habitacionais é o mais regrado. Toda a constelação de relações sociais compreende àquela estabelecida no âmbito do trabalho e do lazer programado. Poucos adultos possuem amigos de fato no enclave, uma vez que seus vizinhos são vistos muito mais como sócios. Todos os moradores, na verdade, tratam uns aos outros muito mais como acionistas em um investimento, do qual devem manter relações baseadas em estatutos e rígidas regras de coabitação. As interações muitas vezes cumprem certo protocolo que envolvem não apenas as etiquetas sociais da boa convivência, mas um conjunto de símbolos e princípios éticos e estéticos que os identificam como moradores do enclave, distinguindo-os dos que vivem no restante da cidade. Fala-se, por exemplo, dos moradores do CMRA, ou da comunidade CMRA, muito mais do que dos habitantes do Cordeiro ou da zona oeste do Recife.

Um cotidiano rigidamente esquadrihado induz todos a reproduzir uma dinâmica cujo percurso casa-trabalho por meio de automóveis é o grande fundamento. Tudo se constitui e se justifica nesse percurso. As idas à padaria, à quitanda, à escola e a participação nas demais atividades sociais, incluindo-se as reuniões de condomínio, dependem do trajeto casa-trabalho e do tempo que resta depois de sua execução. Tudo isso, vale dizer, acontece sem que a rua e os demais espaços públicos sejam efetivamente acessados. Isto é, toda a dinâmica da vida planejada passa ao largo dos lugares onde ainda prevalece o

valor-de-uso, realizando-se preferencialmente em lugares pagos e guarnecidos.

Por fim, o cotidiano rigidamente planejado e controlado pode ser visto também como fator de muitas psicopatologias sociais. Neste sentido, vale a pena lembrar o que diz o psiquiatra marxista francês, Le Guillant (2006), para quem o sofrimento mental está intimamente relacionado ao trabalho. Segundo este autor, a imposição de um rígido controle da organização do trabalho e do ritmo de vida pode levar às chamadas síndromes da fadiga nervosa, muitas das quais relacionadas à monotonia causada pela automação do ritmo de vida. Em certa medida, pode-se também perceber aspectos desse tipo de síndrome no CMRA, na medida em que seus moradores, a despeito de um conjunto de amenidades, frequentemente relatam o esgotamento muscular e nervoso em função de seus afazeres diários.

Medo neurótico

Na verdade, segundo Dunker (2015), o precedente mais claro dos condomínios brasileiros são os hospitais psiquiátricos. De fato, se retirados os sinais de loucura, tudo é extremamente similar: arborização, ajardinamento, local para cuidado com o corpo, lugares para recreação infantil, atividades para os idosos etc. O condomínio, segundo esse autor, exprime a psicopatologia social brasileira, que é a da negação da alteridade do outro, do racismo e do patrimonialismo. Isto é, da necessidade de distinção a todo custo, mesmo que isso envolva laços essenciais à dinâmica social e da cidade.

A constituição dos condomínios, assim, está impregnada de narrativas sobre violência, morte, desagregação e sofrimento, muitas das quais extremamente necessárias à própria manutenção da vida entre-muros e a valorização do ativo imobiliário. Conforme destacado em páginas anteriores, Caldeira (2000) chama essas narrativas de “fala do crime”, que são discursos classificatórios e narrativas de sofrimento veiculadas hiperbolicamente pelos meios de comunicação. Nelas, os

atos de transgressão à ordem pública são superdimensionados e tratados como frequentes, o que ajuda a construir uma percepção estereotipada e amedrontada da realidade urbana, em que o pacto social estaria sob o risco iminente e constante.

Essa visão manifesta-se no CMRA de forma bastante clara, na medida em que seus moradores vão construindo, em meio a convenções sociais, novas regras de convivência social. Quando perguntados sobre se consideram o condomínio seguro, maior parte dos moradores com quem conversamos responderam que não, pois acreditam que não são tomadas todas as providências administrativas consideradas necessárias para tal. Mas quando perguntados sobre o que torna, afinal de contas, o condomínio inseguro, muitos responderam que era a constante entrada e saídas de pessoas nos serviços de entrega e na visitação aos mais jovens.

Neste sentido, muitas das novas convenções criadas para tornar o enclave mais seguro possuem o claro objetivo de limitar a entrada de pessoas, sobretudo de jovens, ainda mais se forem negros e de biotipo franzino. Há, neste sentido, a visão de que esses indivíduos são sempre traficantes ou, no mínimo, porta-vozes de princípios éticos e estéticos considerados perigosos, que podem vir a instaurar a desordem no enclave. Os jovens habitantes do CMRA, por sua vez, são tratados como sujeitos vulneráveis às investidas do “mundo”, tendo em vista a tendência a preferir e compartilhar valores muitas vezes cultuados além dos muros. Por isso, em muitos casos, aquilo que antes era tratado como rebeldia e explosão natural da idade, passa a ser visto como transgressão.

O jovem transgressor, como dito, denota “desestruturação familiar e perda de valores”. Por isso, implicitamente, há um apelo social muito forte em favor da manutenção da família tradicional e patriarcal, cujo papel da mulher é o de educar os filhos e o do pai o de sustentar materialmente o lar. Os arranjos familiares diferentes daqueles tratados como normais são sempre apontados como fatores para a

transgressão juvenil.

Além das transgressões dos mais jovens, há ainda as insurgências dos mais adultos que, em função de diversos fatores, podem desencadear momentos de catarse e descumprimento das regras de normalidade. Essas insurgências correspondem as inevitáveis discussões entre vizinhos, as brigas familiares e as festividades. Essas ocasiões geram tensões que, no limite, podem intensificar o sentimento do medo de indistinção e desagregação. As narrativas de medo e sofrimento encontram solo fértil, sobretudo, entre os mais abastados, cuja dinâmica social vai se pautando cada vez mais na necessidade de evitar o contato com o outro. Daí é que nasce o “medo neurótico”, onde o condomínio vai encontrar seus alicerces. Não há enclave fortificado sem essa psicopatologia social.

Ressalte-se que há, conforme exposto, o risco iminente de perda econômica advindo da indistinção, sendo ele o maior fator do medo generalizado. A iminência de ter seu patrimônio desvalorizado é que leva os condôminos do CMRA a implementar novas e modernas parafernálias tecnológicas, militarizando cada vez mais o enclave. Em um mundo onde, segundo Dardot e Laval (2014), a nova razão hegemônica apregoa o tratamento econômico capitalista de todas as esferas da vida social, fazendo com que perdas ou ganhos econômicos tomem centralidade nos interesses e necessidades mais vitais, ver-se na possibilidade de ter um bem desvalorizado implica em um tipo de stress tão avassalador que pode levar os indivíduos a situações extremas. A neurose, neste caso, surge quando os indivíduos tentam se antecipar à eventuais depreciações, lançando mão de mecanismos de defesa.

Neste sentido, vale também lembrar o que afirmou Freud (1996) a respeito das neuroses. Segundo este autor, a forma com a qual os indivíduos lidam com seus prazeres pode levá-los a situações extremas, como as "neuroses atuais". Uma destas neuroses é a "neurastenia", isto é, os transtornos decorrentes de alterações no nível de descarga da

excitação sexual ou de inadequações dessa descarga. Seu principal sintoma, portanto, é a expectativa ansiosa e a angústia sem lastro real. A busca incansável e obsessiva por controle, portanto, pode também ser vista como uma forma de descarga incipiente da pulsão por distinção. Depois de afirmarem que o enclave é inseguro, muito dos moradores com quem dialogamos não souberam responder o que poderia vir a ser feito para aumentar a segurança, além de mais mecanismos de defesa.

O uso do automóvel particular

O uso desmedido do automóvel pessoal como meio de locomoção e de acesso ao enclave também é um fato importante e que vale considerações. Sabe-se que o interesse do brasileiro médio por esse meio de transporte não diz respeito apenas a necessidade efetiva de locomoção rápida e confortável, mas também a uma forma de distinção no usufruto do espaço público da rua. O automóvel, neste sentido, funciona como uma espécie de “minicondomínio pessoal e ambulante”. As implicações espaciais dessa preferência, por sua vez, são determinantes para a constituição das paisagens urbanas periféricas, tendo em vista os constantes congestionamentos.

Conforme assevera estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) (CARVALHO, 2016), o perfil da mobilidade urbana no Brasil mudou no transcurso da segunda metade do século XX, deixando de ser majoritariamente pública e movida à eletricidade para uma que é pública ou privada e essencialmente dependente de combustíveis fósseis. Essa mudança ocorreu por dois motivos complementares: primeiro, em função do descaso dos governos em relação ao transporte sobre trilhos e o transporte público urbano de uma maneira geral; depois, em função do incentivo dado pelo Estado brasileiro ao uso do automóvel pessoal frente aos apelos da indústria automobilística em ascensão.

Sabe-se que o processo de modernização e estabelecimento das condições urbano-industriais no território brasileiro deu-se com base

no desenvolvimento dependente da indústria automobilística. Por outro lado, toda a malha ferroviária implantada em décadas anteriores no interior e entre as principais capitais, permitindo a mecanização incompleta do território, foi totalmente abandonada. Em seu lugar, foi instalada a rede de vias, estradas e rodovias que hoje permitem o fluxo de uma das maiores frotas de veículos do mundo. A produção e o consumo de automóveis pessoais foram também incentivados por uma verdadeira política Estatal de incentivo, que envolvia até facilidade fiscais. Tudo isso, vale dizer, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento coordenado do capitalismo no território nacional.

A retomada dessa perspectiva de desenvolvimento, durante o governo Lula, também contou com o incentivo à produção e ao consumo de automóveis, sobretudo quando da política de redução de determinados encargos que incidiam sobre produtos industrializados, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A frota de veículos conheceu mais um vertiginoso aumento e, com ele, mais congestionamentos. O número maior de automóveis nos espaços urbanos, portanto, proporcionou o já mencionado retorno dos investimentos públicos em obras de infraestrutura em áreas centrais consolidadas e em áreas periféricas e pouco ocupadas, dinamizando o então processo de reprodução do espaço.

O consumo do espaço por meio do automóvel no Recife, entretanto, encontra inúmeros obstáculos geográficos, dentre os quais vale destacar a própria estrutura viária e da massa dos valores agregados ao solo. O estilo de vida que o uso frequente do automóvel enseja, de certa forma resultante de uma apropriação capenga do American way of life, não cabe nas avenidas e ruas estreitas e tortuosas, bem como na enorme densidade demográfica e construtiva que se constituiu nesta cidade. O tempo e o conforto que muitos dos usuários dizem adquirir ao realizar trajetos intra-urbanos em seus automóveis pessoais, na verdade, não se confirma na prática, tendo em vista os constantes congestionamentos. Assim, a insistência neste

comportamento apenas denota uma preferência pautada na necessidade de distinção social.

Como são constantemente tomados pelo medo da indistinção, maior parte dos indivíduos moradores de condomínios preferem sair e retornar do enclave, bem como usufruir dos espaços públicos a partir de seus automóveis. Mais uma vez, os que não utilizam de tal meio nas mais diversas tarefas do dia a dia são vistos pelo demais como ser menor. O individualismo neoliberal encontra aqui sua expressão mais evidente. Todos sentem-se compelidos pelo desejo de usar seus automóveis e assim o fazem, mas sem qualquer reflexão e preocupação a respeito dos impactos que o uso em massa desse meio pode acarretar na cidade, acreditando sempre que as vias comportarão a todos. A verdade é que a maior parte das vias não suporta a carga de automóveis e poucas oferecem condições efetivas de serem redimensionadas para um fluxo maior. O resultado é o permanente impasse da mobilidade que hoje acomete as mais importantes cidades brasileiras.

No CMRA, o grande fluxo de automóveis como meio para entrada e saída favorece a formação de congestionamentos ainda no interior do enclave. O automóvel, conforme exposto, intermedia toda a dinâmica da maior parte dos moradores. Ele é quem viabiliza toda a mobilidade das famílias, sendo o meio através do qual os membros se locomovem para cumprir todas as suas atividades cotidianas. O próprio enclave se dispõe arquitetonicamente de forma a não viabilizar o acesso por outros meios. Os muros, grades e cercas elétricas, juntos com os profissionais da segurança, imprimem uma atmosfera de intimidação tão forte que o acesso a pé ou bicicleta é muitas vezes material e simbolicamente dificultados.

Experiência e vivência

A relativa impossibilidade de acesso por outros meios que não seja o automóvel particular apenas denota o fato de que o CMRA, assim como a maioria dos condomínios na cidade, exprime a realização

do desejo de distinção. A vida entre-muros, conforme já destacamos, inviabiliza o encontro entre os diferentes, a diversidade e a experiência. Seguindo a linha de pensamento de Benjamin (1994), uma característica da modernidade é a pobreza da experiência, isto é, a quase inevitável decadência da capacidade humana de narrar e compartilhar a vida, algo sempre expressivo na arte. No ensaio "Experiência e pobreza" de 1933, este autor demonstra como o campo da experiência (*Erfahrung*) passa por um grave declínio em função de transformações sociais da modernidade, tais como a urbanização e a difusão tecnológica. Em sua visão, os modos de perceber e sentir o mundo se vão alterando profundamente nesse processo, resultando em uma visão de mundo cada vez mais fragmentada, que prefere denominar de vivência (*Erlebnis*).

Por tudo o que evoca, os condomínios constituem manifestações concretas do solapamento da experiência e a constituição de um cotidiano pautado apenas na vivência. O espaço público, conforme mencionado, é o lugar do encontro entre os diferentes, da tradição, da memória coletiva, da atividade política e, portanto, da experiência. Em um contexto de crescente fragmentação, onde o espaço público não tem sido mais substancialmente utilizado, uma vida privada e intimista tem se difundido. Este estilo de vida, conforme se pode deduzir, está intimamente relacionado à vida entre-muros e ao contexto de constituição das referidas insularidades sociais no Recife. No caso do CMRA, isto fica bastante claro na medida em que a vida planejada e o uso desmedido do automóvel inviabiliza o encontro entre seus moradores e entre eles e os lugares além dos muros.

Na verdade, conforme já destacamos, os condomínios são os exemplos mais eloquentes de negação dos espaços públicos...

Não é à toa, portanto, que, nesses ambientes, o que poderia ser chamado de rua não passa de um arremedo desse espaço. São meros acessos para a chegada à casa, mas que não têm nenhuma função pública, quer urbanística quer socialmente falando. Nessas "ruas" não se observa qualquer vestígio de vida

urbana. São espaços vazios, ociosos quanto ao uso, mortos socialmente (LEITÃO, 2005, p. 239).

Além dos muros, um espaço público morto, ocioso é o que emerge quando um cotidiano pautado apenas em vivências se estabelece.

A ideia de cidade, a ideia de polis, a origem das cidades, surge do princípio da igualdade de diferenças: o fato cidade se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas. O milagre cidade se produz quando o homem, além de sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza, cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de bios político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas. A vida na cidade constitui-se não só pela convivência de pessoas diferentes, como também por sua participação de um contrato social que tem caráter público; contrato tácito baseado na palavra e na persuasão, na não-violência e na não-força. Através da linguagem, que não é o discurso da força e da violência, é possível estabelecer o espaço público, constituir de forma permanente o contrato. A essência do público – seja espaço, convívio ou identidade – que é feita de diferentes linguagens e falas, de troca de olhares, de bens e de amores, acabou minguando, senão regredindo para uma espécie de administração da sobrevivência imediata transformando-se em pura burocracia (ROLNIK, 2000, p. 3-4).

Rolnik (2000), conclui que a vida pública na cidade perdeu sua dimensão política, sendo reduzida à administração do trânsito, da rede de água e esgoto etc. A dimensão política, existente quando se realiza a experiência, tem sido cada vez mais encolhida em razão da realização muito maior da vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro procurou apontar algumas nuances da fragmentação do espaço no Recife, partindo de pesquisa teórica e crítica e da análise da vida entre-muros, isto é, do mais evidente processo atuante sobre a realidade urbana periférica, que é a fragmentação. Trata-se, conforme sugerimos ainda na introdução, de um caminho muito mais eficiente à compreensão dessa realidade e, neste sentido, mais profícuo à elaboração de estratégias à sua transformação.

Vimos, portanto, que a realidade urbana periférica se constituiu na esteira do próprio processo de valorização e consumo do espaço introduzido pelo regime de acumulação capitalista. O regime de capital se impôs historicamente através da forma com a qual o homem passou a transformar a natureza. O processo de valorização voltado a atender as necessidades sociais imediatas foi substituído por um que visa o lucro, em um ritmo incessante marcado por sua incontrollabilidade e pelo movimento geográfico de expansão e concentração. Através da expansão, este regime alcançou todo o globo, submetendo natureza e culturas. Por meio da concentração, ele criou as grandes cidades, depositárias de valores do espaço e sobre o qual fluem maior parte dos valores no espaço.

A cidade periférica também é consumida produtiva e improdutivamente. No consumo produtivo é que se entende porque o espaço é também condição à produção, pois a partir dele é que se desenvolvem novos processos de valorização, em um movimento de permanente transformação. No consumo improdutivo, por sua vez, o espaço é apropriado desigualmente para a reprodução da vida. Essa valorização e o conseqüente consumo também encontram obstáculos geográficos, muitos dos quais superados pelo redirecionamento e/ou intensificação do uso dos valores já agregados ao solo, o que implica em sua reprodução. No capitalismo, esse movimento envolve um

conjunto contraditório de princípios éticos e estéticos que sempre apontam para a diferenciação do espaço. Neste sentido, e considerando acima de tudo a escala do habitar, vimos três importantes processos de diferenciação espacial relevantes à compreensão da realidade urbana periférica: a segmentação, a segregação e a fragmentação.

A segmentação é o resultado direto da produção capitalista do espaço, correspondendo muito mais às formas desiguais de seu consumo. A segregação é uma forma de diferenciação baseada na separação, onde o espaço é dividido por enclaves, muitos dos quais fortificados. Na fragmentação ocorre a desagregação do tecido social e do espaço público em função da difusão de um estilo de vida entremuros, o que muitas vezes implica a atuação conjunta e intensa da segmentação e da segregação. Na cidade periférica, marcada pela existência muito mais representativa de um circuito inferior da economia e de um operariado urbano informal, ambos os processos de diferenciação se tornam extremamente evidentes, uma vez que, além da desigualdade nas formas de ocupação e do surgimento de diferentes enclaves fortificados, o espaço público tem sido vigorosamente pulverizado por um cotidiano marcado pela ausência da experiência do encontro e da política.

Vimos também que o espaço urbano brasileiro se constituiu com base em uma crescente utilização dos excedentes da economia nacional na ampliação da fronteira urbana, sendo depois marcado por sucessivos processos de des-revalorização e construção de novas centralidades urbanas, na esteira da ocorrência conjunta da produção e da reprodução do espaço. Suas principais cidades, portanto, vem passando pelos supracitados processos de diferenciação espacial, onde a fragmentação tem se destacado. Para tanto contribui uma realidade social essencialmente violenta em que o sentimento do medo tem se tornado cada vez mais central.

Com o primeiro capítulo, por fim, pudemos então polemizar algumas ideias e estabelecer um conjunto de conceitos e quadros de

referência que serviram de base para a interpretação ulterior do espaço da cidade do Recife. A extensa discussão e o arcabouço teórico constituído, portanto, tiveram também a finalidade de juntar elementos à construção de uma perspectiva própria, com base na qual muitos outros estudos poderão ser realizados em outros momentos.

No segundo capítulo é que nos debruçamos de fato sobre a realidade do Recife. Vimos que esta cidade teve no seu aspecto geomorfológico insular um dos fatores de sua ocupação inicial e crescimento. E o que se percebe, ao analisar a história desta cidade, é que esse aspecto insular permaneceu, a despeito da valorização do espaço. Contudo, em vez de uma insularidade natural, tem-se agora uma insularidade social, pois a reprodução do espaço nesta cidade tem se dado com base na fragmentação e na difusão de um estilo de vida entre-muros. Para isso tem contribuído enormemente o planejamento urbano, uma vez que sempre preconizou a padronização, o controle e a livre atuação do capital imobiliário, negando outras propostas mais democráticas de ordenamento da cidade. Por fim, com o estudo de caso, pudemos enfim perceber como a insularidade social efetivamente se manifesta na cidade do Recife.

Em posse desse conjunto de reflexões podemos enfim tornar à questão posta no início, que é o da emergência na indicação de caminhos efetivos para a superação da fragmentação, partindo de uma leitura crítica, sem incorrer o erro de se limitar à análises imediatas e às ideias de momento. Conforme já evidenciamos em capítulos anteriores, a fragmentação envolve a diminuição dos espaços públicos, e esse abandono da convivência pública são fatores da chamada pós-política. Neste sentido, duas questões se impõem: como enfrentar a pós-política e como reabilitar os espaços públicos? No nosso entender, essas são duas questões que valem o nosso esforço de reflexão, pois podem apontar alguns caminhos a seguir.

Iniciemos pelo debate sobre a pós-política. Sobre este assunto, vale lembrar Jacques Rancière (2001), para quem a política envolve

relações e subjetividades que inevitavelmente surgem na sociedade enquanto diferenças. Assim, fazemos política em inúmeras situações, não podendo falar de uma pós-política como negação da política. A expressão "não gosto de política", portanto, é também um posicionamento político. O enfraquecimento ou pouco envolvimento social com o universo da política constitui, em si mesmo, efeito de uma decisão política. Por isso, o que chamamos de pós-política diz respeito ao declínio de um tipo específico do acontecer político, que é aquele marcado pelo cotejamento entre diferentes interesses e o estabelecimento conflituoso das regras de coabitação.

Zizek (1999) visualiza duas diferentes formas de realização da pós-política: na ultra-política e na despolitização. Na primeira, as trajetórias contrastantes são radicalizadas, de tal forma a criar um ambiente de polarização e guerra entre "nós" e "eles". Neste caso, o cotejamento republicano entre diferenças é dissipado pela negação do outro. Na segunda forma, o discurso competente e unitário dissolve a possibilidade do conflito, enquanto uma só trajetória é eleita como possível. Pode-se dizer, assim, que nenhuma se realiza efetivamente sem a outra.

Mouffe (2011), que também se preocupou com a pós-política, afirma que ela corresponde à visão otimista da globalização, cuja construção tem se dado sem antagonismos e conflitos. A autora, portanto, busca fazer frente a essa concepção hoje tornada hegemônica, na medida em que defende uma ordem multipolar e pluralista, onde a possibilidade do conflito entre diferentes posições seja garantida.

Swyngedouw (2012), por fim, constata essa tendência nos mais atuais modelos de gestão da cidade e vislumbra o terrível surgimento de uma cidade pós-política. Neste sentido, ele afirma que os modelos de planejamento pautados em estratégias reguladoras e distributivas estão sendo cada vez mais substituídos pelas já mencionadas redes de governança, muitas das quais constituídas por indivíduos que

compartilham uma mesma concepção de mundo, uma única leitura dos problemas urbanos e dos meios através dos quais é possível superá-los. Haveria, segundo sua visão, a hegemonização de um grande consenso, para o qual concorreria a ação conjunta de diferentes atores, desde os promotores imobiliários até setores da mídia. Todos eles empenhados em fazer crer na trajetória escolhida como única possível.

Nesse viés, e conforme também já destacamos, toda trajetória destoante é tratada como amálgama. Contra ela são postas inúmeras fronteiras e aparatos de controle, que envolvem desde a impossibilidade de subscrever novas demandas em razão das burocracias quase inacessíveis, até as próprias engenharias destinadas à participação, cuja estrutura e funcionamento parecem muito mais interditá-la. O consenso vai então ganhando não apenas foro de verdade na opinião pública, como também materialidade na forma por meio da qual o Estado funciona, subvertendo as leis, a justiça e a atuação de muitos de seus órgãos e autarquias. No Recife, a construção das torres residenciais na linha de costa, no Cais de Santa Rita (Edifícios Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho), constitui um exemplo emblemático. Houve toda uma preparação para a continuação da obra, que envolveu desde a estigmatização da área como lugar de violência e uso de drogas, até a complacência do IPHAN e demais órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio e pela observação das leis de uso e ocupação do solo. Embargado por diversas vezes pela justiça, o empreendimento foi finalizado sob o consenso de todos, a despeito de sua inconformidade com as leis.

Mais um exemplo da tentativa de interdição de trajetórias distintas e da ação do Estado em favor de consensos, tem sido o Projeto Novo Recife. Conforme vimos, trata-se de um empreendimento cujo caráter privatista e segregador há muito vem sendo discutido. Santos e Gomes (2016), por sua vez, afirmam que o "novo" sugerido por esse projeto não trará novidade alguma, mas apenas acirrará as desigualdades na localidade. Dessa mesma

constatação, portanto, foi que insurgiu o movimento “Ocupe Estelita”, resistindo ao projeto, ao mesmo tempo em que tem sido depreciado e excluído dos processos decisórios, posto não traduzir o consenso. Contra o movimento há toda uma mobilização que envolve o setor imobiliário, a mídia local, a Prefeitura e a maior parte dos representantes do Conselho de Desenvolvimento Urbano, comissão colegiada responsável por debater e acompanhar as políticas para o espaço urbano.

A partir de diversos setores, sejam públicos ou privados, os formuladores do consenso antecipam-se às trajetórias divergentes, muitas vezes estigmatizando seus articuladores. A censura contra a troça carnavalesca “Empatando tua vista”³⁰ é outro exemplo. Sua crítica irreverente versa sobre a complacência do Estado frente as investidas muitas vezes criminosas dos promotores imobiliários, mas sobre seus articuladores recaiu não só o silenciamento da mídia, como também a interdição física, com apoio do órgão de controle urbano e da polícia.

Assim é que vai surgindo uma abordagem de governo puramente gerencial, despida de qualquer politização. O conflito entre diferentes projetos vai sendo substituído, na visão de Swyngedouw (2012), por um associativismo colaborativo de tecnocratas, cuja atuação se dá sem que se leve em conta outras visões da cidade e de seus problemas. Investidos do discurso competente e apolítico, esses profissionais vão ocupando os mais importantes cargos na gestão da cidade, dando amplidão à pós-política dentro do Estado. Gomes (2015) afirma que os discursos sobre o urbano têm partido cada vez mais de uma ideologia respaldada na neutralidade técnica e científica, sendo eles tributários de dois processos inerentes à sociedade atual: a

³⁰ A troça carnavalesca “Empatando tua vista” é uma agremiação carnavalesca recente que se auto denomina como “ato político-folião crítico à verticalização excessiva”. Sua criação se deu no processo de resistência ao Projeto Novo Recife e na esteira das mobilizações articuladas pelo grupo Direitos Urbanos. Durante o Carnaval do ano de 2017, sem infringir qualquer lei, a referida agremiação teve suas fantasias confiscadas e seus organizadores conduzidos às autoridades pela polícia.

burocratização e a organização do Estado. Deles, portanto, é que emergem fábricas de modelos, planos e propostas, muitas das quais acompanhadas de ideias, marketing e engenharias reconhecidas e legitimadas por organismos multilaterais.

Mas como enfrentar a pós-política? Como fazer frente ao quadro social e político que nega o cotejamento entre diferentes trajetórias e projetos? Segundo Mouffe (2009), este é um dos maiores problemas da democracia liberal. Na sua visão, em vez de buscar o consenso, é necessário reconhecer a dimensão antagonônica do sujeito político. Esta autora afirma, portanto, que o consenso tem alicerçado a maior parte do pensamento político, levando a democracia à uma situação de falência. Em vez do entendimento obrigatório, Mouffe afirma que é necessário garantir uma esfera de luta “agonista”, onde se possa confrontar incessantemente os diferentes projetos. É neste sentido que a autora critica veementemente a noção deliberativa e consensual da democracia em Jürgen Habermas. Para ela, é preciso livrar-se da concepção liberal de democracia, uma vez que esse sistema nega necessariamente o político em sua substância. Na concepção agonista, o antagonismo é reiterado sem que para isso se estabeleça a polarização irreconciliável, isto é, as oposições são garantidas sem que as partes se sintam impulsionadas a erradicar a outra. Assim, o conflito se estabelece permanentemente, mas as partes reconhecem a legitimidade de seus oponentes, posto constituírem juntas uma mesma associação.

Mesmo partindo de uma concepção teórico-filosófica distinta daquela adotada neste livro, acreditamos que as reflexões de Mouffe dão pistas do caminho a perseguir no enfrentamento da pós-política. Em se tratando da realidade tradicionalmente patriarcal e autoritária brasileira, isso implica em reconhecer e garantir as diferenças, ao passo que se deve reafirmar a política em todas as suas dimensões. No que diz respeito a gestão da cidade, o enfrentamento da pós-política envolve três movimentos diferentes e ao mesmo tempo

complementares: primeiro, a reativação, o fortalecimento e o alargamento dos canais de participação já existentes no planejamento e na gestão; depois, o acirramento das mobilizações sociais em favor da criação de mais canais, para que as diferentes trajetórias se expressem sem que as burocracias e a organização do Estado as limitem; e, por fim, garantir que as diferentes posições continuem a se expressar e a submeter suas demandas, independente do que foi pactuado. Em outras palavras, e tornando ao ponto de vista original, é necessário construir uma “democracia substantiva”, tal como sugere Mészáros (2008, 2015).

Mas como construir um modelo de sociedade e de cidade em que a participação, a submissão de demandas e os processos decisórios não se limitem aos esquemas limitantes impostos pelo Estado, sem que todo o metabolismo social seja alterado? Mészáros (2008, 2015) é bem claro ao afirmar que não há democracia substantiva sem igualdade substantiva, isto é, não há a possibilidade da política efetiva e da democracia sem a construção de um novo metabolismo social, cuja reprodução da vida tenha primazia sobre a do capital. Observando-se o espaço da cidade do Recife, isso significa dizer que não há a possibilidade de fortalecimento da política e da democracia sem que a valorização e o consumo do espaço sejam redimensionados, de tal forma que as necessidades mais vitais dos cidadãos sejam garantidas, em vez da acumulação. No limite, isso significa dizer também que o permanente processo de valorização deve ter a finalidade precípua de criar valores-de-uso, muito mais que valores-de-troca. Neste sentido, vale lembrar que é no espaço público onde o valor-de-uso prevalece sobre o valor-de-troca, uma vez que ele corresponde ao espaço de uso coletivo destinado não ao consumo produtivo, mas à atividade política, à acessibilidade universal e ao governo da sociedade. Por isso é que esse espaço é definido muito mais por sua utilidade imediata, do que por sua destinação à acumulação.

Enfrentar a pós-política e construir uma democracia substantiva

implicam, portanto, no fortalecimento do espaço público. Mas como reabilitar e fortalecer esse espaço se, como vimos tentando mostrar, ele tem sido vigorosamente diminuído dado o crescente processo de fragmentação? Como vislumbrar estratégias de fortalecimento do espaço público no Recife, por exemplo, se esta cidade assiste desde tempos remotos a conversão da condição de insularidade natural para a social, em um processo marcado pela irrupção de enclaves fortificados e pela difusão da vida entre-muros?

A fragmentação é um fato e não vem de hoje, pois tem suas bases no próprio patrimonialismo, na violenta e desigual formação histórica das cidades brasileiras, bem como nos modelos arquitetônicos e urbanísticos praticados. Sobre este aspecto, vale a pena lembrar o que disse Leitão (2005), seguindo a narrativa de Gilberto Freyre, de que o Brasil se constituiu em torno da casa, do espaço privado. Neste sentido, nunca houve lugar para o não-familiar na constituição do espaço urbano brasileiro. Na verdade, nossa sociedade edificou-se no âmbito de uma profunda negação da rua e de tudo o que é comum. Portanto, a fragmentação é produto de processos atuais, mas também fruto do passado, da forma como a sociedade foi valorizando e consumindo o espaço. Trata-se, assim, de um “prático inerte”, ou uma “rugosidade” (SANTOS, 2006).

Fazer frente à fragmentação e, assim, reabilitar o espaço público, necessariamente requer que se procure romper com essas marcas do passado. No caso do Recife, significa questionar a centralidade da casa como polo regente da produção e reprodução do espaço, valorizando a rua, a calçada, as praças etc. Como a polaridade da casa explica a insularidade social, significa dizer também que essa condição socioespacial, a insularidade, deve ser rompida, para que não só vivências, mas também experiências façam parte do cotidiano dos cidadãos. No entanto, uma pergunta ainda recai sobre essa questão: como superar a insularidade social, valorizando a rua e a calçada? Até então, vencemos a insularidade natural por meio da hominização do

espaço, onde as pontes e os aterros exerceram papel seminal. Que tipo de ações sociais e práticas urbanísticas serão necessários desenvolver para vencer a insularidade social?

A reabilitação dos espaços públicos tem sido o foco de inúmeras abordagens sobre os problemas urbanos. No mundo ocidental, muitas das teorias e práticas urbanísticas que surgiram a partir da crítica ao urbanismo moderno tem como mote a recuperação e valorização dos espaços públicos dentro da dinâmica urbana. Desde Jane Jacobs até Jan Gehl, a retórica do urbanismo então emergente tem sido o incentivo a intervenções físicas, artísticas e culturais, com foco na reativação do espaço público, tido como lugar do contato entre os diferentes, da experiência. Assim, conceitos como os de "urbanismo tático", "urbanismo emergente", "placemaking" etc., tem insurgido com o mesmo propósito de tornar as cidades mais sustentáveis e capazes de proporcionar bem-estar social. Isso implica em um conjunto de ações e mudanças de comportamento fundamentados em novos paradigmas, o que envolve também a substituição de muitos dos princípios éticos e estéticos presentes na cidade moderna.

Desde a década de 1970, portanto, esses novos paradigmas fizeram surgir novos modelos de planejamento, muito dos quais entusiasticamente propalados por organismos internacionais, cujo imperativo tem sido a desaceleração e a valorização da “caminhabilidade” nos espaços públicos. Neste sentido, um espaço urbano sustentável e voltado ao bem-estar social é aquele que convida os indivíduos à experiência do encontro e ao estabelecimento de laços afetivos positivos com o entorno. Assim é que na Europa ocidental e na América do Norte, conhecimentos técnicos foram associados a preocupações sociais e ambientais, ensejando intervenções urbanas que mudaram positivamente a estrutura e a dinâmica de inúmeras cidades. Tratadas hoje como modelos a seguir, muitas dessas cidades lograram um admirável salto em termos de qualidade de vida apenas com intervenções dessa natureza.

O problema tem sido a simples importação dessas ideias para o contexto periférico, algo que tem se dado muitas vezes sem a devida contextualização histórico-geográfica. Há, de fato, muito a ser considerado nesses novos paradigmas, ainda mais no que diz respeito às técnicas quase sempre inovadoras e que induzem ao questionamento sobre os rumos da cidade. Contudo, não há como vislumbrar a reabilitação dos espaços públicos sem que a tendência a fragmentação e a constituição de insularidades sociais seja vigorosamente interdita. Como dito, mudanças efetivas neste sentido só podem ser visualizadas no horizonte de uma mudança profunda no metabolismo social. Assim, para não se perder o horizonte utópico, essas ações devem ser desenvolvidas sem que o compromisso com a profunda transformação da realidade urbana seja esquecido.

Da mesma forma, acreditamos que essa transformação pode e deve se constituir no arco de um processo de conquista do Estado e de sua reformulação. A reabilitação dos espaços públicos não envolve apenas e necessariamente a superação do atual sistema, mas também a consideração das possibilidades hoje existentes na organização do Estado, posto tratar-se de uma relação de forças da qual eventualmente projetos sociais e ambientalmente positivos ganham hegemonia. Poulantzas (1985) deixa claro o caráter não coeso do sistema capitalista, cuja marca é a contradição. Mészáros (2015) vai além, e diz que o Estado é a "montanha" a ser conquistada na superação do sistema. Neste sentido, a conquista e reformulação do Estado, bem como a formulação de políticas a partir dele é um caminho a ser perseguido no curto prazo (MÉSZÁROS, 2015, 2008).

No nosso entender, a reabilitação dos espaços públicos tomando-se proveito do Estado envolve três movimentos complementares: primeiro, a implementação de políticas eficientes de combate à desigualdade social; depois, uma política pública coerente de manutenção e valorização das ruas, calçadas, praças e parques públicos; e, por fim, a formulação de leis e diretrizes de uso e ocupação do solo

que impeçam a privatização dos espaços e limitem a construção de muros e toda sorte de parafernália de segurança que inevitavelmente promovem a fragmentação.

Por fim, nossa esperança é a de que este livro possa vir a contribuir na construção de modelos de pensamento e ação em favor de uma transformação estrutural na cidade do Recife, não apenas porque procurou juntar elementos para a elaboração de uma proposta de compreensão crítica de seus problemas, mas porque procurou avançar no sentido de evitar a criação de vácuo teórico e prático em meio à crise político-econômica que vivemos, vácuo esse que tem sido preenchido por propostas extremamente conservadoras. Ainda há, no entanto, muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. In: LEAL, S. M. R, LACERDA, N. Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil - França. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 211-240.
- ADORNO, T. W. Palavras e sinais: modelos críticos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ALBUQUERQUE, M. Z; GOMES, E. T. A. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 13, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-15.
- ALVES, P. R. M. Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade. Recife: Governo PE / Luci Artes Gráficas, 2009.
- AMARAL, M. V. B. Discurso e relações de trabalho. Maceió: Ed. UFAL, 2005.
- ANDRADE, M. C. Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: UFPE, 1979.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009
- _____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.
- ARENDT, H. A condição humana. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BAIERL, L. F. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAYER, R. Historia de la estética. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- BARBOSA, A. G. Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. 2014. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, agosto de 2014.
- BARROSO, E. M. F. Loteamentos fechados. São Paulo: Baraúna, 2015.
- BAUDELAIRE, C. As flores do mal. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENJAMIN, W. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio da natureza da Geografia. Revista Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.
- BEZERRA, D. U. C. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife: Fundaj/Imprensa Universitária, 1965.
- BITOUN, J. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, M. E (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 291-310.
- BLAKELY, E; SNYDER, M. G. Fortress American: gated communities in the United States. Washington: Brooking Institution Press, 1997.
- BRAGA, R. A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo, Xamã, 2003.
- _____. Sob a sombra do precariado. In: HARVEY, D. et al (orgs). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

- BRAGOS, O; MATEOS, A; PONTONI, S. Nuevos desarrollos residenciales y procesos de degregación espacial en la expansión oeste de Rosario. In: CABRALES BARAJAS (orgs) *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 441-480.
- BRANNER, J.C. The stone reefs of Brazil, their geological and geographical relations, with a chapter on the coral reefs. *Bulletin: Museum of Comparative Zoology*, Cambridge, 44, p. 207-275, 1904.
- CABRALES BARAJAS, L. F; ZAMORA, E. C. Segregación residencial y fragmentación urbana: los fraccionamientos cerrados en Guadalajara. *Espiral: estudios sobre Estado y Sociedad*, v. 7, n. 20, 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/138/13802008.pdf>
- CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.
- CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 191-197.
- _____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.). *Novos caminhos da geografia*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 173-186.
- _____. Diferenciação socioespacial. *Revista Cidades, Presidente Prudente*, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007a
- _____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf
- _____. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.
- _____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org.) *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 25-36.
- _____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, C. H. R. Desafios da mobilidade urbana no Brasil (Texto para discussão 2198). Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2198.pdf
- CASTRO, J. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1948.
- _____. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957.
- _____. *Ensaio de Geografia Humana*. 5.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.
- CAVALCANTI, M. S. As inovações da oferta imobiliária no produto residencial: um estudo sobre os condomínios resorts no Recife. 2011. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Setembro de 2011.
- CLARK, B; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, I. NOBILÉ, R. (org.) *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COLMENARES, El auge de las urbanizaciones club. *Revista El tiempo*, 28 de Maio de 2006. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-2042942>; Acesso em: 07 de Janeiro de 2017.
- CORREIA, R. L. O espaço urbano. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COURIEL, J. De cercanías a lejanías: fragmentación sociourbana en el Gran Montevideo. Montevideo: Trilce, 2010.
- DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A; CARLOS, A. F. A; SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim do século: anova raridade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 118-131.
- DARDOIT, P; LAVAL, C. *Commun: essai sur la révolution au XXI siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

- DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995
- _____. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000
- DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. Paris: Revue Esprit, 1999.
- D'OTTAVIANO, C. Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? 2008. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DURKHEIM, E. Sociedade como fonte do pensamento lógico. In: RODRIGUES, J. A. São Paulo: Ática, 1978
- ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Lisboa: Ed. Presença, 1975 [1845].
- _____. Dialética da natureza. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1876].
- FALCÃO, J. A.; SOUZA, M.A.A. Os Mocambos do Recife: o direito de morar. Revista Ciência Hoje, Recife, v. 3, n. 18, 1985, 74-80.
- FREDERICO, C. Cotidiano e arte em Lukács. Estudos avançados. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299-208, 2000.
- FIX, M. Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma “nova cidade”. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. Crítica Marxista, São Paulo, v. 12, p. 50-62, 2001.
- FRANCO, A. Acerca de los conjuntos cerrados: paradigmas y paradojas. Designia, v. 2, n. 1, p. 24-42, 2013.
- GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977
- GIGLIA, A. Gated Communitoes in Mexico City. Home Cultures: the journal of architecture, design and domestic space. v. 5, n. 1, p. 65-84, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.2752/174063108X287355>
- GOMES, E. T. A. O trabalho desafiando o modelo funcional das cidades – entre a oficina como unidade produtiva e a casa como espaço reprodutor da força do trabalho. Scripta Nova, Barcelona, v. 6, n. 119 (78), 2002.
- _____. Um passeio temático pela cidade do Recife: o processo de revitalização, êxitos e fracassos. Revista Memórias, Barranquilla, v. 3, n. 6, 2006.
- _____. Espaços liminares – conteúdos subvertem formas no processo contínuo de (re)produção da e na cidade contemporânea. Investigación y desarrollo, Barranquilla, v. 16, n. 1, p. 174-195, 2008.
- _____. Rural e urbano em um mundo do capital no qual cada vez mais a exceção é a regra: alguns itens relevantes à luz da Região Metropolitana do Recife na contemporaneidade. In: ALBUQUERQUE, M. Z.; MACHADO, M. R. I. M (Org.). O rural e o urbano na Região Metropolitana do Recife. Garanhuns: Ed. UFRPE, 2014.
- _____. Refletindo sobre a ideologia do pensamento unidimensional contida em alguns discursos competentes do planejamento contemporâneo (parte 1). In: GOMES, E. T. A.; SERNA, A. G. et al (Org.). Espaço, Políticas Públicas e Território: reflexões a partir da América Latina. Recife: Ed. UFPE, 2015, p. 11-35.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GUERRA, M. F. "Vende-se qualidade de vida": Alphaville Barueri - implantação e consolidação de uma cidade privada. 2013. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, Setembro de 2013.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. International journal of urban and regional research, v. 2, n. 1-4, p. 101-131, 1978.
- _____. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. O novo imperialismo. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

- _____. The right to the city. *New left review*, London, n. 53, p. 23-40, 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>
- _____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009 [1989].
- _____. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 08-39, 2012a. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551/345>
- _____. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Ed. Verso, 2012b. Disponível em: http://abahlali.org/files/Harvey_Rebel_cities.pdf
- HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- HEGEL, G. W. F. *Curso de estética: o belo na arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- _____. *Era do capital: 1848-1875*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- ICKX, W. Los fraccionamientos cerrados en la zona metropolitana de Guadalajara. In: CABRALES BARAJAS (orgs) *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 117-144.
- JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE* (Santiago), Santiago, v. 28, n. 85, p. 11-20, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008500002>
- JANOSCHKA, M; A. BORSDORE. Condomínios fechados and Barrios privados: the rise of private residential neighbourhoods in Latin America. In: GLASZE, G; WEBSTER, C; FRANTZ, K (Org): *Private Neighbourhoods. Global and local perspectives*. London: Routledge, 2004. Disponível em: https://www.uibk.ac.at/geographic/personal/borsdorf/pdfs/buch_gc_-_janoschka-borsdorf_abgabeversion.pdf
- JEREZ, F. A. G; ARDILLA, M. P. P. Urbanizaciones cerradas y su vinculación con el espacio exterior en la ciudad de Cali: una propuesta metodológica para su análisis. *Prospectiva*, n. 19, p. 197-221, 2014. Disponível em: <http://revistaambiente.univalle.edu.co/revistasunivalle/index.php/prospectiva/article/view/3186/3137>
- NOBREGA JÚNIOR, J. M. P. N. Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. 2010. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Março de 2010.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995
- LACOSTE, Y. *Unité et diversité du tiers monde*. Paris: François Maspero, 1980.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LE GUILLANT, L. O trabalho e a fadiga. In: LIMA, M. E. A (Org.) *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 218-241.
- LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. *Cadernos Metrópole* (PUC/SP), São Paulo, v. 13, p. 229-253, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8805/6526>
- LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-5-Artigo-06.pdf>
- _____. *Marxismo e ética. Crítica Marxista*. São Paulo, v. 14, p. 104-109, 2002. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate33104_merged.pdf

_____. Mundo dos homens: trabalho e ser social. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINS, R. C. Alguns aspectos originais do sítio urbano do Recife. In: ANDRADE, M. C. Capítulos de Geografia do Nordeste. Recife: UGI, 1982

LIMA, M. L. C.; XIMENES, R. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 829-840, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000400025>

LOPES, A. V. F. Condomínios residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sociais. 2008. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Julho de 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2922>

LOW, S. On the plaza: the politics of public space and culture. Austin: University of Texas Press, 2000.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80. Disponível em: <http://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social (Vol. 2). São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Espaço & Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-3, 2004.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. São Paulo, v.17, n.48, 2003, p. 151-166. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>

_____. A copa do mundo no Brasil: tsunamis de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R. et al. (orgs.) Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014, p. 17-24.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política (livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 (esboços da crítica da economia política). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1848].

_____. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASSEY, D. Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London: Macmillian Publishers, 1984

MEDINA, L. L. A legislação de uso e ocupação do solo do Recife como instrumento de desenho urbano. In: 7º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1997, Recife. Anais 7º ENANPUR. Recife: UFPE, 1997. p. 540-566. Disponível em: <http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1702/1674>

MELO, M. L. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: UFPE/Sudene, 1978.

MELO, P. B. Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma

cultural do medo. Recife: Editora UFPE, 2010.

MELO, Z. M; CALDAS, M. T; CARVALHO, M. M. C. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 2, p. 201-208, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200006>

MELO, Z. M; SILVA, D. M; CALDAS, M. T. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. *Psicologia em estudo*, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100014>

MÉSZÁROS, I. A incontrollabilidade do capital e sua globalização. *Revista Novos Rumos, Marília*, v. 14, n. 31, p. 4-9, 1999. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1902/1559>

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A crise estrutural do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015

MEYER, K; BÄHR, J. Condomínios in Greater Santiago de Chile and their impact on the urban structure. *Die Erde*, n. 132, 2001, p.293-321.

MOLLENKOPF, J; CASTELLS, M. Introduction. IN: MOLLENKOPF et al (Org) . *Dual city: restructuring New York*. New York: Russell Sage Foundation, 1991.

MORAES, A. C. R. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, R. *Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORGAN, D; KRUEGER, R. When to use focus groups and why. In: MORGAN, D (Org) *Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art*. Newbury Park: CA: Sage, 1993. p. 3-20

MOUFFE, Chantal. En torno a lo político. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. La política democrática en la época de la postpolítica. *Debates y Combates*, vol. 1, p. 75-90, 2011

MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 2.ed. Brasília: Martins Fontes, 1982.

NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, S. M. M. Plano diretor do Recife: gestão democrática? In: XIV Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 01-20. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3194/3128>

OUTTES, J. O corpo de um herói esquartejado: a reforma urbana do bairro de Santo Antônio em Recife no Estado Novo. In: GOMES, M. A. A; FERNANDES, A. (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: EdUFBA, 1992. p. 131-138

_____. O Recife: gênese do urbanismo (1927-1943). Recife: Massangana, 1997.

PONTUAL, V. O último capítulo de uma comédia: a aprovação do plano diretor do Recife. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 403-426.

_____. Produção, regulação e participação: proposições urbanísticas para o Recife de 1930/1991. In: PADILHA, N (org.). *Cidade e urbanismo: histórias, teorias e práticas*.

Salvador: FAUFBA, 1998. p. 299-310.

_____. Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Baltar no Brasil. In: FARIA, R; CERASOLI, J; LIRA, F. (Org.). *Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014. p. 167-206.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRÉTECEILLE, D. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 65-89.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos da graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RANCIÈRE, J. Ten Thesis on Politics. Theory & Event. Vol. 5, No. 3, 2001.

REIS FILHO, N. G. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. São Paulo: Pioneira/EdUsp, 1968.

_____. *Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920*. São Paulo: FAUUSP, 1994.

REYNALDO, A; REYNALDO, M; LACERDA, N; MACIEL, S. J. A reconfiguração espacial da Região Metropolitana do Recife: processo de fragmentação e integração. In: V Seminário Internacional de investigação en Urbanismo - Territorios de lo urbano, 2013, Barcelona. Anais do V Seminário Internacional de investigação en Urbanismo - Territorios de lo urbano. Barcelona, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2099/14832>

REZENDE, A. P. M. O Recife: histórias de uma cidade. 2.ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Acumulação urbana: uma breve leitura a partir da sociologia. In: LEAL, S. M. R, LACERDA, N. *Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil - França*. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 33-52.

RODRÍGUEZ, I; MOLLÁ. Urbanizaciones cerradas en Puebla y Toluca. In: CABRALES BARAJAS (orgs) *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 511-548.

ROITMAN, S. Barrios cerrados y segregación social urbana. Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias sociales, v. 7, n. 146(118), 2003. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(118\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(118).htm)

_____. Who segregates whom? The analysis of a gated community in Mendoza, Argentina. *Housing Studies*, v. 20, n. 2, 2005, p. 303-321. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/026730303042000331790>

_____. Planificación urbana y actores sociales intervinientes: el desarrollo de urbanizaciones cerradas, Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias sociales, Vol. 7, n. 270(54), 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-54.htm>

ROITMAN, S; WEBSTER, C; LANDMAN, K. Methodological frameworks and interdisciplinary research on gated communities. *International Planning Studies*, v. 15, n. 01, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13563471003736886>

ROITMAN, S; PHELPS, N. Do gates negate the city? Gated communities' contribution to the urbanisation of suburbia in Pilar, Argentina. *Urban Studies*, v. 46, n. 16, 2011, p. 3487-3509. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0042098010397395>

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/SP (Org.) *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>

SABATINI, F. Barrios cerrados en Santiago do Chile: entre la exclusión y la interacción residencial. Santiago: Lincoln Institute of Land/Pontificia Universidad Católica de Chile, 2004.

SAFATLE, V. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.

São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf

SAMPER, G. Institucionalización, en Bogotá, del principio de las agrupaciones de vivienda. *Revista Escala*, Bogotá, n. 52-53, 1989.

SÁNCHEZ, G. P. Z. Dinámicas urbano-rurales en los bordes en la ciudad de Medellín. *Gestión Y Ambiente*, Medellín, v. 11, n. 3, p. 161-172, 2008. Disponível em: <http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/7879/14821.pdf?sequence=1>

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p.81-99, 1977

_____. Ensaios sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

_____. *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.6, p. 5-20, 1999

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2004a.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2.ed. São Paulo: Ed. USP, 2004b.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

_____. *O espaço do cidadão*. 7.ed. São Paulo: Ed. USP, 2007.

_____. *Manual de Geografia urbana*. 3.ed. São Paulo: Ed. USP, 2008. Geografia

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2014.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, C. S. *A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. São Paulo: Annablumme, 2015.

SANTOS, O. A. A; GOMES, E. T. A. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE - o caso do Projeto Novo Recife. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 36, n. 2, p. 379-398, 2016

SANTOS, O. A. A; MAHMOOD, S. B. Para pensar geograficamente a "pobreza urbana": o sistema de informações georreferenciadas dos assentamentos populares da Região Metropolitana do Recife/PE. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 2013, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-19.

SCHMIDT, A. *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo veintiuno, 1983.

SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, A. Espaço público: locus da pluralidade humana? In: OLIVEIRA, M. P et al (Orgs) *O Brasil, a América latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

_____. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, F. L. Sartre e a Ética. *Bioethikós*. São Paulo, v. 4, p. 269-273, 2010. Disponível em: <http://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/78/Art02.pdf>

SILVA, R. M. *Plano diretor municipal: a governança no processo de revisão do plano diretor do Recife*. 2009. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Maio de 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3291>

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

_____. The New urban frontier: gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996. Disponível em: http://rochavamaintenant.free.fr/USB%20KEY%20Fahrye/k%C4%B1tap%20Neil%20Smith_The_New_Urban_Frontier_Gentrification_and_the_Revanchist_City.pdf

_____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Geosp - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74046/77688>

SMOLKA, M. Mobilidade dos imóveis e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q; LAGO, L. L (orgs) Acumulação urbana e a cidade. Rio de Janeiro: IPPUR, 1992.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social e crítica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOBARZO, O. A segregação socioespacial urbana. Formação, Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2445/2200>

SOUZA, J. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, M. A. A. O Recife das "Terras de Marinha". Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 59, p. 127-145, 2002a.

_____. Posturas do Recife Imperial. 2008. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002b. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>

SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. Revista Rio de Janeiro, n. 12, p. 55-74, 2004.

_____. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

_____. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da "revolução molecular" à política de escalas. In: MENDONÇA, F. et al. (org.). Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademandan, 2009. p. 459-478.

_____. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SPOSATI, A. Cidade em pedaços. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A et al. (orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B; GOES, E. M. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

SVAMPA, M. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. 2.ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, 2012. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/009/original/emetropolis_n08.pdf?1447896327

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, I. Ética e capitalismo. Presença ética, Recife, v. 2, p. 13-25, 2002.

- _____. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- THUILLER, G. Gated communities in the Metropolitan Area of Buenos Aires, Argentina: a challenge for town planning. *Housing Studies*, v. 20, n. 2, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/0267303042000331763>
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B. F. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.
- _____. Quando a cidade vai à ruas. In: HARVEY, D. et al (orgs). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- VAINER, C. B; OLIVEIRA, F. L; LIMA JUNIOR, P. N. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. L. E. A. Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 11-23.
- VALDÉS, E. La ciudad dual y los nuevos fragmentos urbano: los guetos de la riqueza. *Administración Pública y Sociedad*, Córdoba, n. 12, 1999, p. 1-16.
- VALLS, A. L. M. O que é Ética. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. *Cidades (Presidente Prudente)*, Presidente Prudente, v. 1, n.2, p. 259-274, 2004.
- _____. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.
- VAZQUEZ, A. S. As ideias estéticas de Marx. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VEIGA, D. Entre a desigualdade e a exclusão social: estudo de caso da grande Montevideu. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 341-354, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3476/347632238002/>
- VELHO, G. A utopia urbana, um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WALLERSTEIN, I. M. O sistema mundial moderno (vol. II). Porto: Afrontamento, 1974.
- WASELFSISZ, J. J. Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari/Ministério da Justiça do Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>
- _____. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo. São Paulo: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>
- WOOD, E. M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- ZIZEK, S. The Ticklish subject: the adsent centre of political ontology. London: Verso, 1999.
- _____. Afterword by Slavoj Zizek: the lesson of Rancière. RANCIÈRE, J. The politics of aesthetics: the distribution of the sensible. Londres: Continuum, 2006.
- _____. O violento silêncio de um novo começo. HARVEY, D. et al (orgs). Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.



Otávio Augusto Alves dos Santos é recifense, geógrafo, mestre e doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Já foi professor de Geografia em diferentes segmentos da educação básica e superior. Hoje é professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde leciona disciplinas de Geografia para os cursos de Ciências Sociais, Economia e História.

Foi com o objetivo de apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife que o professor Otávio Santos desenvolveu sua tese de doutoramento, cujas ideias estão sintetizadas neste livro. Depois de discorrer sobre o que considera a fragmentação do espaço urbano, e atentando para o caso do Recife, o autor afirma, entre outras coisas, que esta cidade “teve no seu aspecto geomorfológico insular um dos fatores de sua ocupação inicial e crescimento”. Mas, o que se percebe ao analisar suas transformações ao longo dos anos é que “esse aspecto insular permaneceu, a despeito da valorização do espaço. Contudo, em vez de uma insularidade natural, tem-se agora uma insularidade social. Isso porque o processo de reprodução do espaço nesta cidade tem se dado com base na fragmentação e na difusão de um estilo de vida entre-muros, para o qual contribuiu o planejamento urbano”.

Otávio Santos é geógrafo e possui mestrado e doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi professor de Geografia em diferentes segmentos da educação básica e do ensino superior. Atuou como pesquisador em diferentes projetos de pesquisa, geralmente versando sobre desigualdade urbana, fragmentação do espaço e movimentos sociais. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), lotado no Departamento de História, onde tem por interesse de estudo a Geografia Humana e o Planejamento Urbano.

ISBN 978-65-86466-00-3



9 786586 466003 >